

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

MARINA SANTOS PEREIRA

Mulheres do campo: entre sonhos e realidades

Dourados-MS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

MARINA SANTOS PEREIRA

Mulheres do Campo: entre sonhos e realidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marisa de Fátima Lomba de Farias

Dourados-MS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P436m	Pereira, Marina Santos. Mulheres do Campo: entre sonhos e realidades. / Marina Santos Pereira. – Dourados, MS: UFGD, 2015. 98f. Orientadora: Profa. Dra. Marisa de Fátima Lomba de Farias. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Mulheres. 2. Famílias. 3. Trabalho. 4. Reforma agrária. I. Título. CDD – 301.412
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

Marina Santos Pereira

Mulheres do Campo: entre sonhos e realidades

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. NOME DO PROFESSOR
Orientador/Presidente

Prof. Dr. NOME DO PROFESSOR
Membro Titular

Prof. Dr. NOME DO PROFESSOR
Membro Titular

APROVADO EM: ____/____/____

DEDICATÓRIA

À minha mãe,
por acreditar e dizer que eu era um passarinho,
incentivando e zelando por minhas asas.
Ao meu padrasto e minhas irmãs,
pela paciência e o carinho.
Ao meu companheiro,
pelo afago nas
noturnas análises sociológicas.
Às mulheres do campo,
pelos ensinamentos e a inspiração.

AGRADECIMENTOS

Durante esses meses de pesquisa pessoas passaram, outras ficaram, e algumas não sei se encontrarei novamente, mas tenho a certeza que cada uma contribuiu para execução desse trabalho e no surgimento de novas indagações.

Marisa Lomba, minha admiração e meu respeito vão além de seu profissionalismo como orientadora. Sua amizade, seu carinho e zelo, incentivam e renovam minhas forças sempre. Obrigada por fazer parte dessa metamorfose que me torna uma Socióloga.

As provocações teóricas das/os professoras/es atreladas à disposição em colaborar, foram fundamentais para meu crescimento acadêmico. A dedicação do secretário José perante nossas dúvidas burocráticas e e-mails de socorro, nos tranquilizava. As amigas e os amigos, companheiras/os de luta que acreditam e fazem da Sociologia uma ciência de transformação social, foi ótimo estar próxima de pessoas compromissadas e atenciosas como vocês.

O apoio financeiro concedido pelas instituições UFGD e FUNDECT/CAPES, foram primordiais para o desenvolvimento da pesquisa.

Motivos para inspiração não faltaram, diante das trajetórias das mulheres que contribuíram para esse ensejo. Conhecer as freiras Regina e Célia e a agente de saúde Maura foi um trunfo inesperado e maravilhoso, abriram caminhos até então desconhecidos.

Claudia, a pesquisa de campo não teria sido a mesma sem sua presença, as noites dedicadas ao diário de campo, as madrugadas de filmes baseados em histórias reais, as trocas de experiências, me ensinaram a compartilhar não apenas os momentos felizes, mas angústias e inseguranças também, pois estávamos juntas.

Silvia, sua disposição e dedicação na revisão do texto, só fez aumentar o carinho que sinto por ti. Profissional competente, amiga amada, sua autenticidade e coragem me orgulham.

Distante, mas sempre tão perto quando preciso, Maria, conviver contigo foi uma escola, redescobri o sabor de uma amizade verdadeira que me acalenta mesmo longe.

Tenho o privilégio de ter amigas, mulheres guerreiras que se somam na luta por uma sociedade não sexista. Não é possível citar todas, mas não as esquecerei.

Mulher: Sonhos, Lutas e Conquistas!

Houve um tempo na história
Que a mulher só sonhava,
Era submissa ao homem
E a vida inteira passava
Tendo e criando os filhos,
Porém, só isso bastava.

O machismo dominante
Dos sonhos cortava as asas,
Mulher só era objeto
Para estar dentro de casa,
Coser, cozinhar, lavar
Fazer fogo e soprar brasas.

Mas o desejo instintivo
Da sonhada liberdade,
Levou a mulher à luta
No campo e na cidade
Por uma vida mais justa,
Por direito e igualdade.

Em meio às dificuldades
E muitas perseguições,
Movimentos femininos
Mobilizaram ações
Defendendo suas causas
E resistindo às pressões.

E mesmo à duras penas
Vieram os resultados.
Organismos feministas
Foram logo implantados
E hoje dar pra sentir
Um trabalho edificado.

A mulher já não é mais
Aquela de antigamente,
A luta não acabou
A batalha segue em frente,
E a mulher sempre a usar
Corpo, coração e mente [...]

Mesmo com tantos valores
A mulher tem que lutar
Pra superar preconceitos
E respeito conquistar
Pra destruir o machismo
E sua vida melhorar.

Literatura de cordel
Autores: Valentim Quaresma e
Francisco Diniz

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	19
CONFLITOS AGRÁRIOS: DIFICULDADES E RESISTÊNCIAS NA LUTA PELA TERRA	19
1.1. O campo brasileiro e suas implicações no estado de Mato Grosso do Sul	19
1.2. Uma fazenda, quatro assentamentos e muitas famílias	26
1.3. Fazenda Eldorado: histórias e relatos de ex-funcionários/as	32
CAPÍTULO II.....	46
HISTÓRIA DAS MULHERES E O CONTRATO SEXUAL	46
2.1. Relações de Gênero.....	46
2.2. Atuação do movimento feminista no cenário brasileiro	53
2.3. Mulheres em movimento.....	60
CAPÍTULO III	65
MULHERES ASSENTADAS: CONSTRUÇÕES DE UMA NOVA HISTÓRIA	65
3.1. Arranjos e rearranjos familiares: reflexões sobre a família.....	65
3.2. Avanços/recuos na emancipação das mulheres do campo	72
3.3. Vozes de mulheres assentadas	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA: A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DAS REDES DE SOLIDARIEDADE.....	91
REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS	95

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida no assentamento Eldorado II, localizado no município de Sidrolândia. O assentamento foi criado em 27 de dezembro de 2005, beneficia 790 famílias e pertence a um complexo formado por quatro assentamentos provenientes da desapropriação da fazenda Eldorado que, juntos, somam uma área de 28,5 mil hectares, são eles: Alambari, Eldorado I, Eldorado II e Eldorado Parte. Com objetivo de visibilizar as mulheres enquanto protagonistas, cujo trabalho na terra e/ou fora, se configura como alicerce nos arranjos familiares, a permanência no assentamento possibilitou a utilização de algumas técnicas metodológicas, como a construção do caderno de campo, através da observação participante, e o uso do gravador para a realização de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistadas seis mulheres entre 32 a 61 anos com histórico de transitoriedade de 2 a 12 anos de vivência em acampamentos, na luta pela reforma agrária. São mulheres que produzem nos lotes, trabalham fora de casa, vão à escola, educam filhas e filhos, e lidam com as ambiguidades da vida nos assentamentos rurais. As mulheres do assentamento Eldorado II mostraram que seu maior meio de luta é a resistência, diante de entraves da vida elas prosseguem na luta pela permanência no lote, reconhecimento enquanto trabalhadora rural, e em direção à realização de seus sonhos arquitetam planos diante de um cotidiano sobrecarregado de desafios e protagonizam histórias de liberdade e conquistas.

Palavras Chave: Mulheres, Famílias, Trabalho, Reforma Agrária.

ABSTRACT

The research was conducted in the settlement Eldorado II, located in the municipality of Sidrolândia. The settlement was established in December 27, 2005, benefiting 790 families and belongs to a complex made up of four settlements from the Eldorado ranch expropriation which together add up to an area of 28 500 hectares, it is: Alambari, Eldorado I , Eldorado II and Eldorado Part. In order to enable women as protagonists, whose job on the ground and / or outside, it sets up a foundation in family arrangements, to remain in the settlement allowed the use of some methodological techniques, such as the construction of field notes, through participant observation and the use of the recorder to conduct structured interviews. They were interviewed six women between 32 and 61 years with transience history 2-12 years of living in camps in the struggle for agrarian reform. They are women who produce in lots, job outside the home, go to school, educate daughters and sons, and deal with the ambiguities of life in rural settlements. Women nesting Eldorado II showed that his greatest battle flag is the resistance in the face of obstacles of life they are continuing the struggle for permanence on the lot, recognition while working rural, and toward the realization of your dreams arquitetam plans on a daily burdened with challenges and protagonists of stories of freedom and achievements.

Keywords: Women, Families, Job, Land Reform.

INTRODUÇÃO

Mulheres e homens livres. Livres de amarras, regras, preconceitos e das correntes invisíveis. Utópico? Será possível um mundo igualitário? Essa pergunta foi uma das primeiras que me fiz, ao ingressar na Universidade Federal da Grande Dourados, curso de Ciências Sociais e começar a participar do Grupo de Estudos: Gênero, Memória e Identidade. Talvez, não sei. Mas quis continuar as indagações e buscar respostas não apenas em livros, mas em pessoas, nas mulheres. O que as mulheres “comuns”, aquelas distantes dos holofotes da sociedade pensavam a respeito. Como se enxergavam diante de um ciclo vicioso de preconceitos e estereótipos no qual, muitas vezes, nos encontramos inseridas.

O primeiro contato com pesquisa ocorreu durante uma Iniciação Científica Voluntária-PIVIC, realizada com meninas adolescentes sobre preconceito racial em escola de assentamento no município de Itaquiraí/MS. Esse primeiro contato trouxe novas indagações, mas também a certeza de que meu foco seria compreender a vida de mulheres, principalmente daquelas invisibilizadas pela sociedade.

Posteriormente, trabalhei dois anos e meio como bolsista/monitora no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA¹, o interesse pelas questões ligadas a reforma agrária foram aumentando, pois as/os acadêmicas/os do curso eram procedentes de assentamentos rurais do estado de Mato Grosso de Sul.

O contato com professoras/es, acadêmicas/os, com a bibliografia elaborada para as disciplinas, as visitas de campo realizadas nos assentamentos, a participação em eventos sobre o tema, foram predominantes para a decisão de prosseguir com pesquisa em assentamentos rurais, e certamente, com as mulheres enquanto protagonistas.

O trabalho de conclusão de curso também envolveu mulheres e famílias nos assentamentos rurais. Dessa maneira, a dissertação de mestrado é a continuidade desse tema, que tanto me faz refletir, analisar e compreender como a família permanece essencial na formação da identidade do indivíduo. Contudo, a família se transforma historicamente, não é mais possível enxergá-la enquanto núcleo restrito, composto por pai-mãe-filhos/as, ela se transformou, se rearranjou, mas sua função social continua a mesma na formação dos indivíduos. Ou seja, preparar pessoas para viver em sociedade.

Diante de tantas transformações, é possível que mulheres e homens sejam/estejam livres de pré-conceitos? Essa é nossa história do estado natural, nossas ações eram determinadas pelo

¹ Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária.

instinto de sobrevivência e isenta de moralidade. Mas o contrato social retirou o homem do “estágio primitivo” lhe concedeu a liberdade civil, garantiu-lhe direitos e segurança por meio do Estado. No entanto, esse contrato excluiu mulheres e estabeleceu uma organização constituída no direito patriarcal, através de um pacto sexual/social (PATEMAN, 1993). O homem passou a ter direitos de propriedade, e a mulher por não ser detentora de tais direitos passa a ser extensão da propriedade desse homem, seja ele pai, marido, irmão.

O direito patriarcal privilegia homens, invisibiliza mulheres e age conforme o presente da sociedade, às vezes de forma velada e outras de forma assumida. Ou seja, o conceito de patriarcado está em *permanente transformação* e se adapta às mudanças sociais (SAFFIOTI, 2004). Todavia, não podemos acreditar que a submissão feminina tenha ocorrido de forma pacífica ou concluir que tenha nascido nesse exato momento da história, mas que os contratos contribuíram muito para a invisibilidade das mulheres.

Essa socialização é violenta e desigual, define e impõe papéis sociais às mulheres e aos homens, que sofrem com tais definições. O objetivo deste trabalho é ouvir as vozes daquelas que foram silenciadas pela história. Fazer perceber que a caminhada pela transformação social poderá ocorrer se mulheres e homens estiverem juntos e com um objetivo comum – colocar ponto final nos estereótipos e nas construções sociais que estabelecem papéis sociais distintos e hierárquicos para mulheres e homens.

A pesquisa foi estruturada com uma conduta que discorda com o estabelecimento de papéis sociais às mulheres como única alternativa, por isso, teve como finalidade ouvir as mulheres assentadas pela reforma agrária.

Atualmente, existem incentivos financeiros específicos a elas, como o PRONAF²/MULHER e o apoio de profissionais da área técnica agrícola contratados pelo INCRA³ através de empresas terceirizadas que prestam serviços de orientação às famílias na produção em seus lotes⁴. Percebe-se a necessidade de ampliação e aperfeiçoamento de tais mecanismos de apoio, mesmo assim, os assentamentos rurais passaram a apresentar impactos na economia local dos municípios e em seu entorno, através da venda de seus produtos nas casas, em feiras na cidade e distribuição em mercados da região. No entanto, a organização no campo continua pautada em uma base patriarcal, privilegia homens e persiste na invisibilidade das mulheres nessa luta, tanto de conquista como de permanência na terra.

² PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

³ INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁴ A utilização da palavra “lote” para designar ao pedaço de área demarcada pelo INCRA a cada família, foi definida a partir da concepção das pessoas entrevistadas.

Na fase de luta pela terra, em que as famílias moram em acampamentos, a presença das mulheres e das crianças é notória, uma vez que elas estão na linha de frente nos confrontos com a polícia e fazendeiros. Com a consolidação dos assentamentos, as mulheres assumem o espaço privado, são responsáveis por tudo que rodeia o lar, acompanham muitas vezes, as representações sociais de gênero que influenciam no comportamento assumido por mulheres e homens, como definições e alternativas únicas internalizadas ao longo da vida.

Para o homem parecem ser o destino, o espaço público, a luta por incentivos para produção no lote e a interminável luta política. As inter-relações, as responsabilidades se modificam, são situações encontradas, todavia, os modelos do que é responsabilidade feminina e masculina, ainda prevalecem nas relações e principalmente, nas representações que norteiam a vida dessas pessoas.

As dificuldades entre as mulheres são perceptíveis, tanto para se desvencilharem de tais responsabilidades e direcionarem suas atenções e forças para a participação política nos assentamentos, quanto no que se refere ao direcionamento da produção, na organização de grupos, na comercialização, enfim, nos rumos da vida nestes espaços, que são envolvidos por possibilidades para melhores condições de vida.

Diante desse contexto, a pesquisa teve por objetivo analisar como as mulheres do assentamento rural Eldorado II, concebem sua condição de responsáveis econômica e social da unidade familiar, as relações de gênero no espaço rural, identificar as alternativas de produção e geração de renda, bem como as formas de resistência para a permanência na terra.

O Assentamento Eldorado II criado em 27 de dezembro de 2005, possui uma área de 9.608,6008 há, beneficiando cerca de 790 famílias que estão assentadas próximas à antiga sede da fazenda. No entorno da sede vivem algumas famílias de antigos funcionários da época da Fazenda Eldorado; foram instalados o posto de saúde; duas escolas, sendo uma municipal e a outra estadual; o escritório da Associação Criança, Esporte, Cultura, Educação e Recreação/CRESCER, uma empresa contratada pelo INCRA que presta serviços técnicos agrícolas às famílias assentadas naquela região.

Existem muitas pesquisas sobre as mulheres rurais, sua participação política na luta pela terra, as conquistas em relação à titularidade conjunta do lote, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF/MULHER, que é destinado às mulheres agricultoras, bem como suas escolhas para a produção, como a agroecologia. No entanto, o proposto nesse trabalho é visibilizar as mulheres enquanto protagonistas, como figuras centrais e responsáveis por sua família, cujo trabalho na terra e/ou fora, não se configura como auxiliar, complementar, ou como ajuda, mas sim com função central e como alicerce nos arranjos

familiares. São essas mulheres que produzem nos lotes, educam filhas e filhos, e lidam com as ambiguidades da vida nos assentamentos rurais.

Com isso, ouvimos mulheres com idade entre 32 a 61 anos e distintas configurações familiares, com um histórico de transitoriedade de 2 a 12 anos de vivência em acampamentos, na luta pela reforma agrária. Mulheres que conquistaram a terra, mas que prosseguem na luta pela permanência no lote e pelo reconhecimento enquanto trabalhadora rural. Elas produzem no lote, trabalham fora de casa, vão à escola, e arquitetam planos e sonhos diante de um cotidiano sobrecarregado de desafios.

Perceber como vivem essas famílias foi fundamental para conhecer e analisar esses espaços, com o cuidado de observar as formas de exclusão que ainda persistem para as mulheres e suas alternativas de resistência e de emancipação. Utilizaremos o termo “mulheres” para designar a pluralidade do grupo social, ou seja, sem a finalidade de descrevê-las enquanto um grupo homogêneo.

Se os estudos que relacionam vida familiar e profissional sempre foram recorrentes quando o trabalhador analisado é uma mulher, nem sempre houve o cuidado em diferenciar as mulheres segundo suas condições sociais. Nos últimos tempos, todavia, os estudos feministas cada vez mais reconhecem que não há uma categoria “mulher” uniforme, uma vez que as mulheres se diferenciam segundo sua idade, cor ou classe social. (ITABORAÍ, 2003, p.158)

Dessa forma, a palavra mulher no singular será utilizada apenas quando estivermos discorrendo em alguma bibliografia, em que o/a autor/a não usá-la no plural, ou se as considerações referirem-se a uma mulher específica.

No início da pesquisa foi realizada uma coleta de dados, e o caderno de campo foi a técnica de registro pessoal do que fora observado nas primeiras visitas ao assentamento, principalmente durante os momentos coletivos (festas, almoços, reuniões, encontros, etc.) que proporcionam certa descontração, as pessoas ficam mais à vontade e conversam sobre diversos assuntos. A construção do caderno de campo enquanto instrumento de pesquisa foi possível devido à utilização de outra técnica metodológica - a observação participante.

A proposta da observação participante teve por finalidade a *unidade entre teoria e prática*, descrita por Brandão (2007) como um momento dinâmico em que se constrói e reconstrói práticas sociais passíveis de reflexões. A permanência no assentamento durava de 5 a 10 dias, e ao final de todos os dias as lembranças, as conversas interrompidas, as expressões, os não ditos, os comportamentos, tudo era anotado no caderno de campo que pode ser traduzido em um diário de pesquisa, que tinha também por função retratar aquilo que as entrevistadas não

conseguiam, ou não queriam dizer diante do gravador. Assim, o diário de pesquisa, além de auxiliar minha memória, foi de suma importância para elaboração de novas questões.

A segunda coleta de dados ocorreu com o auxílio das freiras Regina e Vanda que residem no assentamento, e me indicaram mulheres com o perfil para participarem da pesquisa, ou seja, aquelas famílias em que as mulheres moram ou passam a maior parte do tempo, sozinhas no assentamento. Elas colaboraram também na busca de fontes secundárias, como histórico da fazenda, mapas e, indicaram quais pessoas poderiam fornecer esses registros; e apresentaram a agente de saúde Maura que me levou até a casa de algumas das mulheres indicadas por elas.

As freiras são mulheres conhecidas, bem relacionadas e muito respeitadas no assentamento, a Regina é professora de Matemática das escolas situadas na sede e ministra aulas de violão para jovens, a Vanda é enfermeira e foi funcionária no posto de saúde, ambas estão à frente de reuniões e da organização da Igreja Católica local.

Em seguida foram realizadas entrevistas com as mulheres apresentadas pela agente de saúde. As perguntas foram objetivas para o registro de algumas informações básicas como: escolaridade, idade, número de filhas e filhos, renda, entre outras. A partir do momento em que a confiança e o desenvolvimento de um diálogo mútuo se construía na relação pesquisadora-mulheres da pesquisa, ocorria naturalmente a identificação das mulheres que desejavam participar e contribuir através da concessão de entrevistas mais detalhadas, e poderiam relatar sua história, a luta pela terra, os dilemas, as dificuldades, as alegrias e seus momentos de lazer.

Para a realização das entrevistas, a técnica do gravador foi utilizada com o cuidado para que a entrevistada ficasse à vontade diante do contato visual com a pesquisadora, além da possibilidade de não perder nenhum detalhe do que fosse relatado por essas mulheres, através da *entrevista diálogo*, na qual:

[...] O diálogo entre pesquisador e informante tem por objetivo a coleta de informações precisas sobre determinado problema, por meio de perguntas e respostas efetuadas de maneira direta, tanto quanto possível. (QUEIROZ, 1991, p.58).

Tais entrevistas foram realizadas mediante um roteiro que contemplou as informações primordiais ao entendimento da vida no assentamento. Questões como trabalho, lazer, participação política, relações de gênero e família foram os temas indagados às entrevistadas, para compreender como elas veem o mundo e a si próprias nele inseridas. Desse modo, através da observação e da realização de entrevistas, podemos ressaltar como:

[...] o ouvir e o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas – que não nos percamos com essa metáfora tão negativa – que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 21)

E para evitar possíveis quedas é preciso treinar o olhar e o ouvir para a realidade posta ao pesquisador, desnudar-se de concepções adquiridas em sua formação enquanto indivíduo. Compreender que olhar e ouvir complementam-se no sentido de desvelar situações incompreensíveis num primeiro momento.

Devido à limitação do tempo de pesquisa, não foi possível trabalhar com a história de vida dessas mulheres, mas os diálogos mais profundos através das entrevistas possibilitaram o registro daquilo que não estava visível ou, na maioria das vezes, fora “apagado” pelo sofrimento e até pela necessidade de que o vivido ficasse no subterrâneo do próprio eu.

Segundo Pollak (1989), em seus estudos sobre memória e história oral com mulheres, que vivenciaram e sofreram os traumas da Segunda Guerra Mundial, afirma que ao serem indagadas sobre as lembranças, a memória faz uma seleção individual e é um trabalho organizado sobre um fenômeno construído de forma consciente e inconsciente. Por isso, enquanto pesquisadora foram necessários atenção e cuidado nesse momento da pesquisa, e o respeito ao direito das mulheres sobre o que elas não queriam lembrar ou falar.

A fronteira entre o dizível e o indizível, confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 06)

No entanto, é fundamental a valorização da história das mulheres, que não são valorizadas como parte da história e imagem dessa sociedade majoritária, em especial das mulheres assentadas pouco contempladas ou que, quando o são, aparecem numa perspectiva que as desvaloriza ou não as identifica como protagonistas de sua própria história, ocorre o enfraquecimento e fragilização de sua identidade e imagem. Outro cuidado descrito também por autoras/es como Queiroz (1991) e Cardoso de Oliveira (2000), está no fato de que por melhor que seja a conversa e a convivência entre pesquisadora e entrevistada, a pesquisadora sempre será vista numa posição dominante. Contudo:

Seria muito interessante refazer uma história das ciências questionando a importância dessa sensibilidade no contato com os materiais sobre os quais a gente trabalha, em

relação aquilo que a gente pesquisa e sobre o que a gente escreve. (POLLAK, 1992, p. 12)

Em relação à pesquisa de campo e ao trabalho com a história oral, a posição de Pollak é bastante pertinente em se tratando de cientistas sociais, considera que sensibilidade não é sinônimo de falta de cientificidade e sim respeito e cuidado para com as vidas humanas sobre as quais pesquisamos e escrevemos, pessoas não são números nem tampouco máquinas, elas são dotadas de sentimentos diversos e memória seletiva.

As entrevistas foram realizadas individualmente, foram transcritas e analisadas considerando as expressões, os silêncios, as emoções, bem como o contexto que envolveu minha permanência junto às mulheres do assentamento rural Eldorado II.

A redação da dissertação foi dividida em três capítulos. O capítulo I é destinado a contextualização da história agrária no Brasil e seus reflexos no estado de Mato Grosso do Sul. Através de dados coletados no arquivo da Comissão Pastoral da Terra- CPT, registrou-se os números de conflitos agrários no território estadual, número de assassinatos, ameaças e agressões do ano de 2013. Como também, informações sobre o assentamento Eldorado II, o histórico de sua implementação, número de famílias beneficiadas, aquisição das terras pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, além da história contada a partir da memória de assentados/as e ex-funcionários/as da fazenda.

Procedimentos e documentos que proporcionaram a visão de um lugar singular com diferentes histórias, casos e especulações que rodeiam o lugar e fazem parte da biografia da antiga fazenda, que teve seus dias de magnetismo e charme na pequena cidade de Sidrolândia.

As mulheres entrevistadas são contempladas a partir do capítulo II, em que são discutidos os conceitos de contrato sexual, gênero, patriarcado e emancipação. Tais conceitos se interligam na finalidade de descrever e compreender as dificuldades enfrentadas por mulheres desde os primórdios da história que a instituiu enquanto “inferior” em relação aos homens. Como também a atuação dos movimentos feministas e movimento de mulheres no Brasil, suas conquistas, recuos, impasses, aproximações e diferenças. Como também, sua contribuição social aos direitos e visibilidade das mulheres.

O capítulo III, está voltado às protagonistas da pesquisa. Nele trabalhamos com o conceito de família enquanto arranjo e rearranjo social, as mulheres constituem suas famílias sem a necessidade de um padrão estabelecido, com autonomia para decidir quem são os integrantes considerados enquanto parte de sua família. Esse capítulo registra as suas vozes, memórias e histórias, que não podem mais serem silenciadas. Com esse registro reconstitui-se

suas histórias em vários momentos e temáticas, com o objetivo de valorizar as experiências vivenciadas por mulheres no campo, bem como compreender o significado da luta pela terra e por sua emancipação.

CAPÍTULO I

CONFLITOS AGRÁRIOS: DIFICULDADES E RESISTÊNCIAS NA LUTA PELA TERRA

1. O campo brasileiro e suas implicações no estado de Mato Grosso do Sul

O Brasil teve sua base organizacional na área rural, os grandes latifundiários detinham o poder, as influências econômicas e políticas do país. A organização era pautada na unidade familiar, em que o homem/chefe era proprietário não só de terras, mas de mulheres, crianças e escravos, numa espécie de *clã patriarcal* (VIANNA, 1987) que lhe assegurava uma posição elevada na estrutura social do país. Como esquecer a famosa política do – café com leite – que atendia aos estados de São Paulo e Minas Gerais, em que produtores rurais dessas regiões passaram a exercer o controle político do país.

Com a abolição da escravatura, os fazendeiros sentiram-se prejudicados, pois não havia mais quem trabalhasse nas lavouras. Assim o Estado com uma estratégia de indenizar os fazendeiros, aproveita a oportunidade de crise europeia e traz para o Brasil cerca de um milhão de imigrantes entre os anos de 1881 e 1913, sendo em sua maioria de nacionalidade italiana.

Esperançosos de que a vida seria reconstruída no Brasil, esses novos trabalhadores se submeteram ao regime de colonato, onde lhe era concedido um pequeno sítio em troca da formação do cafezal e recebimento dos salários na colheita. Porém, esta terra cedida nem sempre era de boa qualidade, não servia para o cultivo de subsistência familiar.

Os imigrantes e compravam alimentos com preços elevados (superfaturados) nas chamadas “vendas” instaladas nas fazendas, se endividavam e os custos eram abatidos em seu salário, que já vinha com descontos dos gastos com as passagens e a manutenção inicial no país.

Os escravos se foram, e os imigrantes vieram, mas as relações de trabalho baseadas na escravidão permaneceram. A libertação em relação à dívida não chegava com menos de 4 ou 5 colheitas, eram homens e mulheres livres em terras cativas. (MARTINS, 1986a). Assim, é perceptível:

A forma como se encontra organizada a propriedade das terras no Brasil vem demonstrando que sua estrutura é decorrente da distribuição do solo brasileiro no início de nossa colonização. Naquele momento, favoreceram-se e formaram-se grandes latifúndios os quais, ainda permanecem em muitos dos estados brasileiros. (AVELINO, 2008, p.115)

A permanência dos grandes latifúndios fortalece os conflitos agrários, que na atualidade, não se findaram. Com o aumento das produções e exportações, tem ocorrido uma homogeneização no campo brasileiro com o predomínio da monocultura, através de suas plantações de soja e cana de açúcar. Temos também o alargamento de terras destinadas à pecuária de corte que avança as áreas de preservação ambiental amazônica, situadas nos estados da região norte do país. Assim, o Brasil permanece uma feitoria (PRADO Jr, 1996), com interesses voltados ao mercado internacional.

Os conflitos por disputas de terra ocorrem em todo território brasileiro, a região sul de Mato Grosso é um desses estados de conflito agrário permanente. Suas terras foram alvo de contendas desde a colonização, com a chegada dos europeus. (FABRINI, 2008). Mais tarde o próprio Governo incentivou a migração para essas terras, assim:

[...] A transferência de poder sobre a terra às oligarquias regionais mato-grossenses com a proclamação da república contribuiu ainda mais para concentração de terras, quando o governo vendia ou arrendava terras devolutas a grandes fazendeiros e empresas capitalistas. (FABRINI, 2008, p.53)

No início do século XX com o incentivo do governo, essa área central do país passa a ser ocupada e a terra se concentrou nas mãos de poucos proprietários, que detinham o poder de mando, transformando a região num lugar sem lei, ou melhor, a lei era construída a partir da vontade desses proprietários de terras.

Segundo Corrêa (1995), a violência na região se instaurou desde os primeiros contatos a essa terra, com a exploração de seus recursos naturais e se agravou com a chegada dos ocupantes que posteriormente se tornaram grandes proprietários de terras, coronéis e donos da lei. O coronelismo fundamentava num- “[...] sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis.” (CARVALHO, 1997, p.02). E a situação tornou-se mais alarmante quando o estado de Mato Grosso se divide (informalmente) em norte e sul e travam um conflito político, fundiário, econômico com interesses de ambas as partes. O norte não queria se desmembrar da parte sul do estado. E o sul defendia a divisão, com os interesses de viabilizar o poder de mando e anular a dependência política do norte. (CORRÊA, 1995).

Nessa perspectiva, as lutas armadas coronelistas em Mato Grosso adquiriram uma função econômica [...] essa função econômica tornou a luta armada um meio de vida de uma substancial parcela da população mato-grossense, ocupando um grande contingente de mão-de-obra ociosa e marginalizada da posse da terra e do processo de produção na região, possibilitando, por outro lado, o enriquecimento de *coronéis* em dificuldades econômicas, ou de comerciantes. (CORRÊA, 1995, p.60)

Como consequência das lutas armadas e da falta de segurança, criou-se um “novo funcionário” - o jagunço, que era uma espécie de segurança do fazendeiro e de sua família, sua função era de proteger a vida e os interesses do patrão, e isso incluía fazer “justiça” com as próprias mãos. Com as disputas fundiárias e políticas locais, muitos coronéis e comerciantes enriqueceram, formaram não só uma elite agrária, mas urbana também. Dessa maneira, o estado de Mato Grosso constrói sua história, a partir da concentração de terra, do coronelismo e das lutas armadas. Até hoje o estado é conhecido popularmente, como a terra da “Lei do 44, em que tudo se resolvia a bala.”⁵

Das empresas que se privilegiaram com o incentivo do governo para região, podemos destacar a Cia Mate Laranjeira que detinha o monopólio de exploração de erva-mate e, ocupava imensas extensões de terras cedidas pelo Governo, impedindo o desenvolvimento de pequenos produtores rurais (FABRINI, 2008). A Cia Mate Laranjeira se enriqueceu e suas exportações alcançaram outros países da América do Sul, chegava a emprestar dinheiro ao próprio estado de Mato Grosso em troca de favorecimentos contratuais, além disso, parte de seu território era de terras indígenas, grupo que foi “utilizado” como mão de obra para a Cia.

O incentivo de ocupação para uma região em que já predominavam diversos conflitos fundiários, fronteiriços e político-econômicos, contribuiu para outras formas de de violências, com principal alvo, a parcela da população desapropriada e esquecida pelas instituições públicas. Referimo-nos aos índios, negros e pobres que eram submetidos a um regime de trabalho desumano, como explica Corrêa:

Outra forma de violência tolerada por um longo período desde fins do Império, foi a utilização de trabalho escravo em fazendas, usinas de açúcar e nos ervais de Mato Grosso. Até o ano de 1931 registrou-se a existência de escravidão de negros, índios e brancos em algumas usinas do norte que possuíam também um eficiente esquema repressivo, com guarda própria, *troncos* e casas de suplício. Na região sul, mais especificamente nos ervais da Cia. Matte Laranjeira, os trabalhadores que contraíam dívidas com a empresa passavam longo tempo trabalhando sob regime de escravidão. (CORRÊA, 1995, p.40)

Dessa maneira se consolida o sul de Mato Grosso, através do reflexo da concentração de terra e dos conflitos fundiários iniciados na colonização do país. No ano de 1977, a região sul do estado foi desmembrada, passou a ser chamado, Mato Grosso do Sul. Porém, o cenário fundiário é similar em relação à terra que continua concentrada, agora para o agronegócio e usinas de cana de açúcar.

⁵ Lei do 44: O número 44 faz menção ao calibre do revólver. O que significa que as desavenças eram resolvidas com a arma de calibre 44.

O uso excessivo de agrotóxicos pelas grandes lavouras de grãos; a contratação de mão de obra indígena para trabalhar nas usinas, que, muitas vezes, ocorre de forma irregular às leis trabalhistas; o esmagamento do pequeno produtor rural; e os conflitos agrários envolvendo indígenas, sem-terra, ribeirinhos, fazem com que os conflitos em relação à terra persistam num panorama em que as relações humanas, sociais e ambientais se encontram cada vez mais degradantes e intensificadas. Devido a essas questões e conflitos, a:

[...] grande concentração de terras nas mãos de poucos e por um número crescente de trabalhadores rurais sendo expulsos da terra que o estado do Mato Grosso do Sul tem na questão agrária o seu principal ponto de tensão. (AVELINO, 2008, p.122).

A questão agrária no estado de Mato Grosso do Sul se agrava por três aspectos: a) região de fronteira que serve como rota para o tráfico de drogas e de pessoas; b) a permanência de uma política voltada aos interesses de fazendeiros que, em muitos casos, são os próprios candidatos políticos; c) conflitos que envolvem as comunidades tradicionais, principalmente quando se trata da demarcação de terras indígenas, permeada pelo uso da violência para silenciá-los.

Dos três aspectos, o que mais se agrava, pois impede também a resolução dos outros dois problemas, é a política de interesse dos grandes fazendeiros, que nos remete a um fenômeno político do passado, já citado, mas que permanece presente no estado, em que- “[...] Os chefes políticos municipais ou regionais acabaram sendo conhecidos como “coronéis” [...]” (MARTINS, 1986, p. 46).

Evidente que atualmente esses chefes políticos não são chamados de coronéis pela população, entretanto, sabe-se de seus propósitos e empenho para a manutenção de uma oligarquia política estadual, que vise os interesses dessa classe, ou seja, os grandes proprietários de terras. Tal contexto impede transformações na estrutura fundiária do estado.

De acordo com Carvalho (1997), atualmente não há coronelismo em regiões urbanas, mas sim uma espécie de clientelismo, pois ele perpassa a história política do Brasil, ocorre a troca de parceiros/aliados, o aumento e a diminuição de seu poder: “Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo.” (CARVALHO, 1997, p.03).

O objetivo nesse momento é identificar como iniciou o histórico de conflitos agrários existentes no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e as causas de sua permanência. A concentração de terras e as vistas grossas na resolução da questão pelos órgãos competentes, só tendem a piorar a situação no país, pois:

Os conflitos sociais do campo tendem a aumentar, como consequência natural da enorme contradição que existe em nosso país: de um lado, vastas extensões de terras inaproveitadas e apropriadas por latifundiários; de outro, enormes contingentes populacionais de trabalhadores que sabem e podem trabalhar a terra, mas são impedidos de fazê-lo. (STÉDILE, 1997, p.29).

Alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE do ano de 2009 demonstraram que nos últimos 20 anos a questão agrária do país permaneceu a mesma, a área destinada à agropecuária equivale a 36% do território nacional e quase metade desse percentual é formado por latifúndios.⁶

Desse modo, o estado de Mato Grosso do Sul ficou em 3º lugar em intensidade de conflitos no país, atrás apenas dos estados do Acre e Amapá. De acordo com dados de arquivos da Comissão Pastoral da Terra- CPT, os índices em Mato Grosso do Sul foram considerados altíssimos no ano de 2013, conforme demonstra o mapa abaixo:



Fonte: CPT, 2013.

⁶ Fonte: <http://reforma-agraria-no-brasil.info/> retirado em 11/01/2013.

Os dados demonstram 103 conflitos de terras, com 22.036 pessoas envolvidas e 03 mortes, no ano de 2013⁷. Embora os assassinatos ocorram, também estão presentes outros tipos de violências que nem sempre resultam em morte, mas que instauram o medo e a insegurança aos envolvidos/as na luta pela reforma agrária. Nesse mesmo ano, foram 07 tentativas de assassinatos, 18 pessoas ameaçadas de morte, 24 pessoas presas e 59 sofreram agressões⁸.

As agressões, ameaças, prisões são violências com o intuito de deixar um recado para os demais envolvidos/as. O recado, de quem é que manda naquele lugar. Há intenção de calar a voz daqueles/as que lutam contra a concentração de terra e a injustiça social do país: “[...] os assassinatos no campo são claramente assassinatos políticos, a intenção é eliminar as lideranças e aqueles que estão engajados na luta pela posse e uso da terra.” (AVELINO, 2008, p.127).

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. (HOLANDA, 1995, p.73)

A concentração de terras e os conflitos agrários são resquícios de um coronelismo político e econômico que permanece no estado de MS e no país, no entanto, as resistências de pessoas e grupos dispostos a lutarem pelo desaparecimento dessa oligarquia política e fundiária também persistem. O apoio, a atuação dos movimentos sociais, de sindicatos e organizações não governamentais na luta pela Reforma Agrária no Brasil apresentou avanços consideráveis e significativos.

Entretanto, essa atuação ativa de defensores/as da reforma agrária, motiva organizações de entidades com interesses contrários. Cada vez mais, os proprietários de extensas porções de terras; as empresas ligadas ao agronegócio, à pecuária de corte; as mineradoras; madeireiras, entre outros se movimentam e adquirem privilégios políticos e o apoio da população através da mídia.

[...] A mídia tem atuado como formadora de opinião totalmente contrária as organizações camponesas. Já foram feitos estudos sobre isso e a constatação é que o baixo conceito dos sem-terra – tidos, em certa opinião pública, como bandidos, ladrões e violentos – tem estimulado contra eles a ação violenta dos fazendeiros, policiais e jagunços. (BALDUINO, 2004, p.20).

⁷ Foram utilizadas informações do dossiê do ano de 2013, pois o dossiê equivalente aos dados de 2014 foram divulgados quando a pesquisa estava em fase de defesa.

⁸ CPT, 2013. Tabela 13. Informações retiradas do dossiê anual de conflitos no campo realizado anualmente pela CPT.

Não há neutralidade na veiculação de notícias sobre conflitos agrários, os sem-terra são apresentados ao telespectador como vagabundos, arruaceiros, baderneiros e vândalos que querem apenas roubar o bem alheio. Além, do investimento em belos comerciais de televisão, alguns com a participação de pessoas famosas apoiadoras do agronegócio, foca-se nos benefícios do agronegócio para o crescimento do país.

A mídia utiliza mecanismos sutis e mensagens nas entrelinhas para dizer que – “Ser a favor da reforma agrária é ser contra o Brasil!”. Há um posicionamento ideológico a favor do agronegócio como único responsável pela produção de alimentos e desenvolvimento econômico do país. E a reforma agrária tiraria terra de trabalhadores para entregar a “vândalos”. Não se considera que mais da metade dos alimentos consumidos no Brasil origina da produção agrícola da agricultura familiar, o agronegócio tem o interesse na exportação de sua produção.

Segundo Marilena Chauí (2006), os meios de comunicação controlam e regulam como a notícia deve ser veiculada, o jornalista expõe sua opinião com um *discurso especializado da técnica e da pseudociência*, os interesses estão concentrados nos sentimentos, que causa a notícia e não em seu significado.

Gradualmente desaparece uma figura essencial do jornalismo: o jornalismo investigativo, que cede lugar ao jornalismo assertivo ou opinativo. Os jornalistas passam, assim, a ocupar o lugar que, tradicionalmente, cabia a grupos e classes sociais e a partidos políticos. (CHAUÍ, 2006, p. 12-13).

Essa manobra midiática não só torna negativa a atuação das organizações do campo, como incita a violência, muitas vezes, praticada contra os sem-terra, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, por jagunços e pistoleiros, e até mesmo ações legais, como as ordens de despejos que nem sempre ocorrem de maneira tranquila devido à atuação dos policiais.

E por essa fama negativa que a mídia faz de todo grupo organizado que queira lutar contra a desigualdade social e os desmandos de uma pequena parcela da população, percebemos que: “[...] A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes.” (MARTINS, 1986b, p. 26). Aquelas pessoas que ousam lutar contra essas formas de dominação existentes, são, em grande medida, desacreditadas, classificadas como “bandidas e loucas”, ficam a margem da história do Brasil, os heróis são outros.

1.2. Uma fazenda, quatro assentamentos e muitas famílias

As boas terras dos Campos de Vacaria⁹ já eram conhecidas por sertanistas bandeirantes desde o século XVII, mas o município de Sidrolândia começou a ser habitado no século XIX, com a chegada dos irmãos Antônio e Inocêncio Barbosa que prosperaram com a formação das primeiras fazendas de gado e incentivaram o povoamento da região.

Em 1942, as coisas mudaram quando o catarinense Sidrônio Antunes de Andrade resolveu lotear e vender parte de sua fazenda após o falecimento de sua esposa, a partir de então, surgiram construções residenciais e estabelecimentos comerciais e o povoado foi denominado Sidrolândia¹⁰.

No dia 01 de fevereiro de 1948, o Governo do Estado através da Lei nº 207, cria o Distrito de Paz de Sidrolândia e quase um ano depois, instala um cartório na região. Mas o distrito se desmembra do município de Campo Grande, torna-se município em 11 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual nº 684¹¹. Nessa data a capital era Cuiabá e o estado Mato Grosso. A divisão do estado ocorreu apenas em 11 de outubro de 1977, e foi criado o Mato Grosso do Sul, com a capital no município de Campo Grande.

O município de Sidrolândia possui uma população estimada em 42.132 habitantes, segundo IBGE/2010 e está localizado na mesorregião centro-norte do estado de Mato Grosso do Sul, com distância de 60 km da capital Campo Grande. O município conta com um solo fértil para atividades agrícolas e uma cultura com influências sulistas, mineira e paraguaia. O município conta com 11 empresas de médio a pequeno porte, desde alimentos, atividade têxtil a serviços e, cria em torno de 3.589 empregos formais.¹² Segundo uma apuração do IBGE/2006, a população sidrolandense conta com um número de 19.622 eleitores/as na faixa dos 16 a 79 anos. Quanto à população residente, conta com maior número do sexo masculino, são 20.617 mulheres e 21.515 homens.

O estado de Mato Grosso do Sul conta com 204 assentamentos e 27.936 famílias assentadas¹³. Em Sidrolândia está instalado o maior número de assentamentos rurais do estado, um total de 22 Projetos de Assentamentos- PA que beneficia 4.221 famílias, ao considerar uma média de quatro pessoas por grupo familiar. Dentre 31% da população sidrolandense, 15 mil moradores são oriundos de assentamentos.

⁹ Área propícia para atividades pecuárias.

¹⁰ O histórico do município foi retirado a partir de informações do site da prefeitura local e de um dossiê organizado pelos alunos/as da escola estadual do assentamento. Pois são poucas as fontes científicas sobre o município.

¹¹ IBGE cidades.

¹² Informações acessadas em 14/03/2014 as 10:20 hs no site: www.sidrolandia.ms.gov.br.

¹³ Informações acessadas em 13/07/2014 as 19:32 hs no site: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

O percentual da população assentada em Sidrolândia é expressivo, e não há número suficiente de órgãos para o atendimento de demandas dos assentamentos, esse fato causa problemas a essas famílias. As escolas, os ônibus funcionam adequadamente, as estruturas melhoraram nos últimos anos, e a região da sede da antiga fazenda recebeu uma escola municipal nova, assim são três escolas para atender três assentamentos da região. Duas são localizadas na região da antiga sede e a outra no Retiro (lugar distante da sede que possuía uma estrutura de casas para abrigar as famílias dos funcionários responsáveis por cuidar do gado naquela área).

Entretanto, para os moradores/as assentados/as algumas demandas não são atendidas pelo município, como o apoio da polícia e assistência social para casos mais urgentes, como violências e abusos sexuais. Durante as visitas, algumas moradoras relataram casos ocorridos no assentamento que, infelizmente, foram ignorados pelas assistentes da Secretaria de Assistência Social do município, elas se deslocavam ao local apenas para amenizar a situação. As moradoras salientaram que, talvez, uma secretaria para atender apenas as demandas dos assentamentos resolveria de forma mais eficaz tais situações.

Em relação à saúde, as famílias que moram mais próximas da antiga sede são privilegiadas, pois o posto de saúde está localizado ali. Aquelas residentes mais distantes reclamam do deslocamento até a sede, pois nem sempre a unidade móvel de atendimento está presente no assentamento, e para questões mais específicas devem se dirigir até uma unidade em Sidrolândia, muitas vezes em vão, pois geralmente, aguardam em uma longa fila de espera, com isso, muitos/as usuários/as desistem devido o horário do ônibus de volta para o assentamento. No entanto, uma nova unidade de saúde maior e com mais recursos está em construção no assentamento.

As demandas sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade social, mais uma vez, são invisibilizadas pela gestão local. Sidrolândia se diferencia de outros municípios justamente porque uma parcela significativa de sua população (31%) está localizada na área rural, em assentamentos e fazendas. A gestão local parece não perceber que é quase impossível atender as demandas da área urbana e da área rural equitativamente, como se todos/as os/as moradores/as residissem no perímetro urbano, não leva em conta as necessidades diferenciadas, as dificuldades e especificidades de uma realidade e de outra.

Essa impossibilidade de atendimento com qualidade para as duas áreas com os mesmos critérios, é questionada pelos/as assentados/as, enfatizam a necessidade de instalação de unidades específicas nas áreas rurais, especialmente nos assentamentos, para facilitar e proporcionar atendimento efetivo à população, pois existem famílias sem condições físicas e/ou

financeiras para se deslocarem dos assentamentos. A intenção não é segregar, e sim atender de forma eficaz uma parcela expressiva da população sidrolandense, que encontra-se na área rural do município.

Os assentamentos visitados fazem parte de um complexo formado por quatro assentamentos provenientes da antiga fazenda Eldorado que juntos somam uma área de 28,5 mil hectares, são eles: Alambari¹⁴, Eldorado I, Eldorado II e Eldorado Parte. O Assentamento Eldorado II criado em 27 de dezembro de 2005, foi o escolhido para a presente pesquisa. Ele possui uma área de 9.608,6008 ha, beneficiando cerca de 790 famílias que estão assentadas próximas a região da antiga sede da fazenda.

No entorno da sede vivem algumas das famílias de antigos funcionários¹⁵ da época da Fazenda; o posto de saúde; duas escolas, sendo uma municipal e a outra estadual; e o escritório da Associação Criança, Esporte, Cultura, Educação e Recreação/CRESCER, uma empresa contratada pelo INCRA que presta serviços técnicos agrícolas às famílias assentadas naquela região.

Em 2012 esse assentamento recebeu cerca de 12 milhões de reais para o desenvolvimento socioeconômico de seus moradores, esse recurso tem como destino o empréstimo para atividades de melhoria de renda e para ampliação das residências de 506 famílias.

Outras pesquisas e atividades de extensão são desenvolvidas neste assentamento, pois se trata de um espaço profícuo para a ampliação da produção e da renda das famílias que lá residem. Foi assinado um convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e a Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD, a partir de então, parte da sede do assentamento é utilizada para o desenvolvimento de tais atividades realizadas por grupos de pesquisa e acadêmicos/as juntamente com os/as assentados/as.

Atualmente a UFGD realiza cursos que atendem as demandas da população assentada - o curso de Especialização Multidisciplinar em Residência Agrária, com o envolvimento de graduados/as em diferentes áreas do conhecimento ligados/as aos assentamentos rurais; e o curso de graduação Licenciatura em Ciências da Natureza, que tem como meta habilitar docentes para lecionar em disciplinas de Biologia, Física e Química¹⁶. Os dois cursos utilizam o assentamento Eldorado II para o desenvolvimento de suas atividades práticas. Esses cursos e

¹⁴ Esse assentamento é subdividido em: Alambari- CUT; Alambari- FAF e Alambari- FETAGRI.

¹⁵ Os/as antigos funcionários/as receberam lote mediante sorteio, mas tiveram o direito concedido pelo INCRA de permanecerem em suas antigas casas, até a conclusão da construção da nova residência no lote.

¹⁶ Notícia do dia 12/12/2012 retirada do site: www.incra.gov.br em 19 de março de 2013.

a própria presença da universidade no local tem atraído a atenção dos/as moradores/as, consideram uma oportunidade para formarem parceria em projetos, partilhar experiências diversas e informar aos/as alunos/as das escolas sobre esses e demais cursos oferecidos pela universidade.

A antiga Fazenda Eldorado é bastante conhecida na região de Sidrolândia por sua estrutura imponente, mas também pela especulação em relação ao valor de compra, pela aquisição das terras paga pelo INCRA ao Grupo Bertin¹⁷. O Laudo de Avaliação foi realizado por profissionais da área de Agronomia e Engenharia Civil designados pelo próprio órgão.

Tivemos acesso a esse Laudo de Avaliação que tinha como objetivo fundamental apresentar preço justo da terra nua e de suas benfeitorias a partir de preço do mercado do imóvel. O laudo divide as benfeitorias em Reprodutivas e Não Reprodutivas, traz análise de suas condições (atuais a época do laudo) e especifica as quantidades e os valores de cada benfeitoria da fazenda. O laudo foi disponibilizado tranquilamente, porém incompleto, apresenta valores de apenas uma parte da fazenda que não compreende ao todo de 28 mil hectares e não sana as dúvidas em relação ao seu real valor e ao valor pago ao grupo Bertin para fins de reforma agrária.

As Benfeitorias Reprodutivas- BR estão ligadas ao solo e suas condições, como pastagens plantadas, gradagem (preparação do solo para cultivo), semeadura, sementes e controle de formigas, que foram avaliadas em R\$ 7.353.362,59. As Benfeitorias Não-Repodutivas- BNR são os açudes, estradas internas, porteiras, mata burro, represas, pontes de madeira, cercas e curral, que foram avaliados em R\$ 5.735.235,69. No laudo, as edificações da fazenda foram analisadas e avaliadas, e posteriormente somadas ao valor das BNR.

As estruturas possuíam alto padrão, somente a casa principal da sede foi avaliada em quase meio milhão de reais, nela continha sauna, piscina, capela, garagem, despensa e casa de empregado. A fazenda também possuía uma vila de funcionários com uma construção de casas em padrão popular, bem edificadas e de tamanho médio, no entanto, na data do laudo já se encontravam em condições regular e ruim. São dezoito casas e entre elas uma oficina, um alojamento, e dois depósitos. A estrutura da casa e suas adjacências foram avaliados separadamente. Exemplos: só a capela foi avaliada em R\$ 39.021,38, e a casa de oficina em R\$ 96.123,77. A terra nua recebeu o valor de R\$ 53.457.546,64, mais a soma das benfeitorias R\$ 13.088.598,28, o laudo apresentou um resultado final de R\$ 66.546.144,92.

¹⁷ Grupo Bertin: conglomerado brasileiro ligado ao agronegócio.

Como o laudo está incompleto, pelas suas especificações entendemos que a área avaliada compreende a região da sede, ou seja, Eldorado II. Dessa forma, precisaria das avaliações das áreas compreendidas da Eldorado I, Eldorado Parte e Alambari para que fossem somadas como total do laudo.

De acordo com uma publicação do jornal- O Estado de Mato Grosso do Sul:

Em 28 de maio de 2004, o Grupo Bertin adquiriu de Franca Giordanetti de Souza Firmo e Monique Giordanetti de Souza Firmo a Fazenda Eldorado e Alambari, a cerca de 30 quilômetros de Sidrolândia, por R\$ 73,6 milhões. Em agosto do mesmo ano, apenas quatro meses após a conclusão da venda, o Incra começou a negociar a aquisição das terras, que acabaram sendo compradas pelo instituto por R\$ 179,7 milhões.¹⁸

O grupo Bertin adquiriu as terras por um valor pouco acima do apresentado no laudo de avaliação apenas da região da sede, as negociações com o INCRA se iniciaram no mesmo ano e o instituto adquiriu o imóvel por R\$ 106,1 milhões a mais do que o grupo pagou. Observando que o grupo Bertin comprou a fazenda de porteira fechada, ou seja, com toda a estrutura, além de animais e maquinário. Acreditávamos que o laudo desvelaria as incoerências em relação aos valores pagos, mas diante dos percalços da pesquisa, principalmente quando se trata de documentos de órgãos públicos, não obtivemos o documento integralmente. Logo, não sabemos dizer se o grupo Bertin pagou mais barato e repassou ao valor de mercado ao INCRA, ou se esse valor de pouco mais de 100 milhões pagos compreende ao restante da terra nua.

Em conversas com os assentados as opiniões se dividem, uns acreditam que o grupo Bertin comprou barato e repassou com verdadeiro valor de mercado ao INCRA, outros acreditam que a compra foi superfaturada. Ressaltam, que no ano de 2007 foi desapropriada uma área de 16.700 hectares para criação do complexo de assentamento Santo Antonio em Itaquiraí- MS, pertencentes também ao grupo Bertin que vendeu a área por 108 milhões ao INCRA¹⁹.

Em 2007, um Requerimento de Informação foi expedido pelo então Deputado Federal Geraldo Resende, que solicitou explicações sobre o valor pago pelo INCRA ao grupo Bertin. No entanto, o valor pago pela Fazenda Eldorado não foi explicada pelo INCRA, e devido ao não pronunciamento referente a essa negociação milionária, não é possível apresentar justificativa do instituto, contudo em relação à reforma agrária no Brasil sabemos que:

¹⁸ Acesso em 14/01/2014. Link: http://www.mnp.org.br/index.php?pag=ver_noticia&id=394706

¹⁹ Acesso em 02/02/2014.

Link: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/327331/complemento_1.htm?sequence=2

[...] A desapropriação por interesse social deixou de figurar como medida prioritária: em seu lugar, a preferência pela ocupação de terras públicas, ou seja, colonização na fronteira agrícola; ou ainda a “desapropriação negociada”, que chegou a interessar muitos proprietários, diante da possibilidade de obter indenização pela desapropriação de áreas inférteis de suas fazendas, entre outros objetivos e procedimentos escusos. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 32).

Segundo os/as assentados/as a terra é fértil, mas os anos de pasto deixaram consequências e algumas áreas necessitam de correção do solo para utilização de agricultura. Diante das declarações dos/as assentados/as e das explicações de Bergamasco e Norder (1996) sobre desapropriação negociada, percebemos que o grupo Bertin lucrou com a venda de uma área que talvez não lhe trouxesse os lucros esperados e o INCRA se colocou em uma situação complicada de desconfianças e descrédito enquanto um órgão sério destinado a mediar e negociar a reforma agrária, em que os principais questionamentos encontrados sobre o assunto é por que o INCRA não se interessou em adquirir as terras diretamente da antiga proprietária.

Apesar dos questionamentos virem de membros de movimentos sociais, jornalistas, percebemos que os/as moradores/as não são totalmente sem informações sobre o assunto, todos/as já ouviram alguma coisa, até mesmo por se tratar de uma exorbitante variação de preço em tão pouco tempo. E como não se obteve respostas dos órgãos competentes, as suposições e deduções ficam por conta das especulações fundamentadas em um sistema político nacional em que notas são superfaturadas e verbas públicas facilmente desaparecem.

Apesar de lenta e com inúmeras falhas em sua efetivação, a reforma agrária beneficia famílias, mas a desapropriação negociada favorece muitos proprietários que usufruem da renda da terra, a oportunidade de lucro em terras desgastadas pela monocultura e corroídas pelos agrotóxicos. Esse oportunismo ocorre na Reforma Agrária, muitas terras inadequadas e improdutivas são destinadas aos/as assentados/as, indígenas, ribeirinhos, submetidos/as aos sobejos dos ricos desse país. Por isso, não devemos esquecer a história fundiária no país e seus conflitos.

[...] É importante, então, atentar para o fato de que no Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da primeira metade dos anos 80. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 09)

Dessa maneira, o objetivo da implementação dos assentamentos não surgiu de uma verdadeira intenção de transformação e diminuição da desigualdade social, mas como uma

forma de acalmar os ânimos daqueles que lutavam pelo direito a terra e a vida, e diminuir conflitos entre proprietários de terras e sem-terra. Terras foram distribuídas, mas a reforma agrária, aquela sonhada e eficiente não aconteceu.

Ao conquistar o lote, a família assentada apenas inicia a luta, é preciso correr adquirir crédito para produção; em muitos casos corrigir solos degradados pela monocultura, às vezes inférteis para agricultura; aguardar o financiamento para construção da casa, que pode levar anos; vivenciar as dificuldades em relação ao fornecimento de água, energia elétrica, sinal de telefone; além das distâncias de hospitais e escolas.

Há um longo caminho a percorrer. São necessários esclarecimentos e transparência nos processos de desapropriações, caso contrário, os proprietários de terras serão os únicos beneficiados efetivamente, ao contrário daqueles/as que foram expropriados historicamente de suas terras de moradia onde produziam seus alimentos. Mulheres, homens, jovens e crianças que não sonham apenas com a terra, com seu pedaço chão, mas com o sustento de suas famílias. Por uma vida menos desigual e injusta.

1.3. Fazenda Eldorado: histórias e relatos de ex-funcionários/as

Em 2008, a sede da antiga fazenda já destinada à Reforma Agrária serviu de cenário ao filme nacional- Cabeça a Prêmio, do diretor e ator Marco Ricca, com um elenco atores e atrizes reconhecidos/as como Alice Braga, Fúlvio Stefanini, Eduardo Moscovis e Cássio Gabus Mendes. O filme relata a história de uma família de pecuaristas em decadência que mantinham negócios paralelos com o narcotráfico na região de fronteira com Paraguai e Bolívia. Recebeu uma indicação na categoria de melhor atriz, para Alice Braga, no Grande Prêmio Brasileiro de Cinema de 2011, além de outras indicações e prêmios. Na época, a sede ainda ostentava um período de riqueza e glória em toda sua arquitetura, seus portões de ferro maciço, suas fontes conservadas, as paredes revestidas de madeira pura, e os armários embutidos em todos os quartos com grandes espelhos.

Os/as moradores/as e antigos/as funcionários/as da fazenda, em conversas informais, relataram que apesar de a casa ser um pouco escura devido o revestimento de madeira nas paredes, era muito bonita e a família era muito rica. Existiam funcionários para a área interna da sede, que cuidavam dos afazeres da casa e os externos, responsáveis pelo gado e afins. Ninguém entrava portões adentro sem autorização prévia, através de comunicação com o

responsável pela área interna, que trazia a resposta, não se tinha acesso fácil aos patrões. Inclusive conhecemos uma jovem de 19 anos que nasceu na fazenda e só conheceu a casa por dentro quando a fazenda foi vendida.

Fotografia 1- Área interna da sede- casa principal (2014).



Fonte: Autoria da foto de PEREIRA (20/01/2014), tirada durante a pesquisa.

Na parte interna da sede tem uma capela com a imagem do santo São Paulo, construída em homenagem ao antigo dono falecido Paulo Eduardo Firmo, após a desapropriação a capela não fora usada e nem reconhecida pelos/as assentados/as, para alguns/as assentados/as a sede e, principalmente, a capela são mal assombradas, pois seus restos mortais ainda estão lá dentro. Segundo as freiras que moram próximo à sede, o fato não é verídico, seus restos mortais teriam sido retirados pela família.

De acordo com a placa de homenagem ao antigo dono localizada na entrada da capela, ele era da região nordeste do Brasil, especificamente do estado do Rio Grande do Norte, e migrou para a região de Sidrolândia na década de 1970 com o intuito desbravador e empreendedor. Ali montou seu singelo reinado, com a construção de uma casa que se torna arrogante em toda sua ostentação arquitetônica, revelando como o latifúndio se construiu numa região pobre e afastada dos centros urbanos do país, na época.

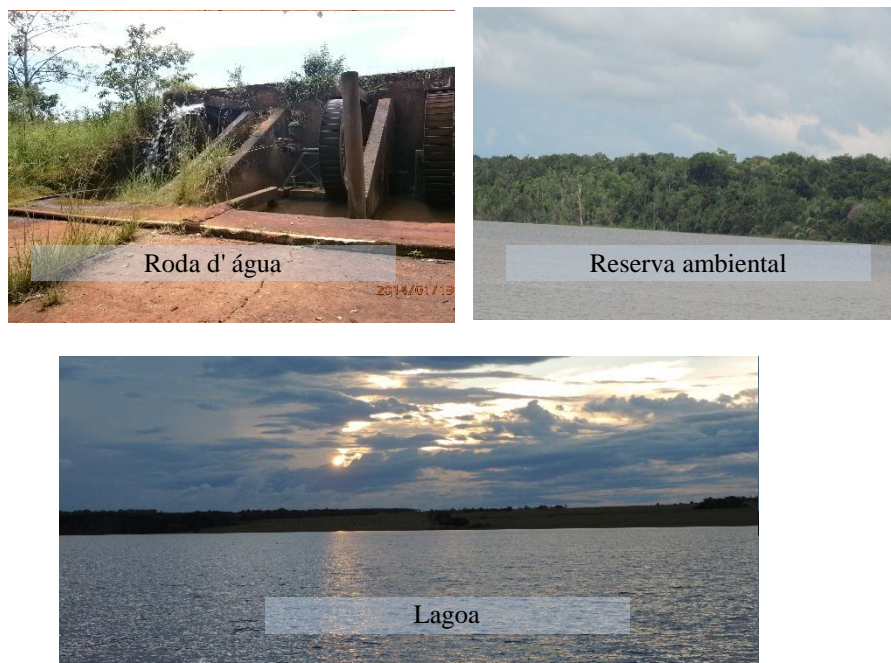
Seu João, funcionário da CRESCER, relatou que os vasos pendurados nas pontas de ferro dos muros foram trazidos da França, que o imenso lago próximo a reserva ambiental fora construído artificialmente.

Fotografia 2- Placa de homenagem na Capela (2014)



Fonte: Autoria da foto de PEREIRA (20/01/2014), tirada durante a pesquisa.

Fotografia 3- Área externa da sede (2014).



Fonte: Autoria da foto de PEREIRA (20/01/2014), tirada durante a pesquisa.

A estrutura da casa e principalmente a placa de homenagem póstuma a Paulo Firmo, nos indica a evidente representação do latifúndio no estado, uma forma de exibir riqueza e poder local. Segundo ex-funcionários/as, a família quase não permanecia na casa e ela era bastante usada para recepcionar amigos e pessoas importantes, como políticos e artistas.

Diversas histórias constituem as representações sobre a fazenda, e esse tópico tem a intenção de narrar essas histórias contadas pelos/as ex-funcionários/as. Histórias que se misturam a própria história de vida de cada um, por isso questionar a veracidade desses relatos não é o objetivo nesse momento, ficou explícito que a antiga Fazenda Eldorado marcou sua presença no município de Sidrolândia, e na vida das pessoas que presenciaram seu momento de glória e poder.

A respeito do antigo e falecido dono da fazenda, Paulo Firmo, mais de uma pessoa relatou e que ele seria um “simples” peão, se casou com a filha do patrão e recebeu a fazenda Eldorado de “presente”, por isso se deslocou para o estado de MS. Alguns confirmaram a mesma história, conhecida por meio de narrativas, mas não sabem sobre sua veracidade. Outros contradizem, não acreditam que um simples peão se casaria com uma moça de família tão rica. Apesar da placa da capela informar que Paulo Firmo veio do nordeste, foi encontrada outra

versão de sua identidade, a de que seria um homem muito rico com duas nacionalidades: um xeique árabe e um francês.

Leach (1996)²⁰ em sua análise sobre as variedades de organização das comunidades Kachin e Chan²¹ explica que acreditar no mito como um conjunto coerente: “[...] tendem a discriminar entre versões ‘corretas’ e ‘incorretas’ do mesmo conto”. (LEACH, 1996, p.308). Assim como não existe uma história com total concordância entre os kachin, assim também não existe nesse contexto do assentamento, apenas envolvem os mesmos personagens que de certa forma sempre despertaram curiosidades.

Em suas pesquisas com idosos, Bosi (2003) atenta para essas inconsistências em relação a uma mesma história contada por diferentes pessoas:

Qual versão de um fato é a verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a *sua* verdade. (BOSI, 2003, p. 65)

Essa é a especificidade e originalidade do assentamento Eldorado II, suas diversas histórias envolvem as pessoas num enredo de fantasia e realidade, em que preferimos acreditar que todas as histórias são verdadeiras, cada qual a sua versão, em que o narrador exalta e exclui aquilo que considera importante e que, provavelmente, muito tem a ver com sua própria história de vida e conhecimento sobre esse lugar.

Foram gravadas entrevistas com dois ex- funcionários e uma ex-funcionária²² da fazenda. O primeiro que conhecemos foi Toninho²³, um homem de 43 anos, simples e tímido, não queria conversar, disse não ter muita coisa para contar e tinha receio de falar algo que desagradasse a ex- patroa.

Ele mostrou indecisão, mas marcou uma conversa no dia seguinte às 07 horas da manhã, desconfiamos que havia pensado em um horário, bem cedo, para dificultar nossa presença. Contudo, até fotos ele havia separado para nos mostrar. Toninho vive na fazenda desde os sete anos de idade, sua família veio de Porto Murtinho trabalhando em fazendas até chegar a Sidrolândia. Seu pai era campeiro, cuidava do gado no Retiro que fica distante da sede da

²⁰ LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

²¹ Entre os Kachin e Chan, o conjunto de personagens mitológicas são os mesmos, mas as versões são pautadas de acordo com quem narra o conto. Isto é, as versões são distintas para validar status ao grupo que narra a história.

²² As entrevistas foram transcritas de forma integral as falas das pessoas.

²³ Os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios, para preservação de sua identidade.

fazenda. Após um período a família foi transferida para próximo da sede e sua mãe cozinhava para os peões.

A sede contava com uma escola primária improvisada que atendia aos filhos dos funcionários/as, onde Toninho estudou até a 3ª série. Nessa época parte das casas era de madeira, foram gradativamente derrubadas e construídas de alvenaria. Segundo Toninho, a fazenda era propriedade do pai de Franca Giordanetti, ele a presenteou quando casou com Paulo Eduardo Firmo oriundo do Rio Grande do Norte. Franca nascida na Itália já morava na fazenda quando se casou. Não sabemos dizer ao certo a profissão de Paulo, pois às vezes Toninho dizia engenheiro, em outras vezes arquiteto. Mas teria sido ele responsável por desenhos e plantas da estrutura da fazenda, repassando os projetos aos funcionários pedreiros para execução. Em relação aos ornamentos, às madeiras e aos diversos materiais para construção, Toninho salientou que foram adquiridos em fábricas de outros estados e, nega que tenha vindo algo do exterior.

A fazenda contava com uma pista de avião, mais movimentada quando Paulo Firmo era vivo. Ele recebia muitas visitas de outros fazendeiros, alguns deles envolvidos com política. Lúdio Coelho,²⁴ filho de Laucídio Coelho e Lúcia Martins Coelho, é o nome mais citado entre os ex- funcionários/as. Ele faz parte de uma família famosa de agropecuarista do estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com a narrativa²⁵ de Toninho, quando a fazenda começou a crescer e prosperar, Paulo Firmo faleceu. A partir daí, Dona Franca (como ele a chama) começa a se envolver mais com as questões da fazenda, pois o esposo não aprovava esse envolvimento anteriormente.

A dona Franca só começou a trabalhar com nós no mangueiro, depois que ele morreu. Por que quando ele chegava no mangueiro com ela, ele tinha as passarelas. Ele só chegava subia as passarelas e já ia embora. Já chamava ela, porque senão, se deixasse ela gostava. Inclusive depois que ele morreu, ela começou a trabalhar com nós dentro do mangueiro o dia inteiro, ia semana, semana, vacina e ela junto com nós. E ele não gostava. (Entrevista realizada com Toninho, concedida em 17/07/2014).²⁶

Através de suas considerações, percebemos que a vida rural fazia muito mais parte da vida de Franca que de seu esposo. E apesar de seu maior envolvimento com os cuidados da

²⁴ Agropecuarista e político. Foi prefeito de Campo Grande entre os anos 1983-1985, senador pelo estado de MS entre os anos 1995-2003. Faleceu aos 88 anos em 22/03/2011. Em Campo Grande, o Parque de Exposições, destinado a grandes eventos leva o nome de seu pai, e sua mãe foi homenageada por meio de uma grande escola estadual localizada no centro cidade que conta com o seu nome.

²⁵ Em toda dissertação, nos trechos transcritos de entrevistas, o uso de reticências significa: pausa, expressão de pensar. Os colchetes foram utilizados na supressão de trechos da entrevista.

²⁶ Entrevista realizada por Claudia Delboni e transcrita por Marina Santos Pereira.

fazenda após sua morte, ela passou a se ausentar bastante, em decorrência de muitas viagens que fazia. E os tempos de festa e glória do lugar se atenuaram.

Ela era mais fechada, entendeu?! Assim ela não gostava de muita... visita, se chegasse visita e tivesse trabalhando com ela no manguieiro, ela não dava muita atenção não, ela dedicava no serviço. Até, inclusive os fazendeiros que vinha de volta aí, não vinha mais. O único que vinha sempre ver ela era o Seu Uru e Rafael Patalena que era aqui da Imbira. O resto dos fazendeiros foram ficando, se distanciando dela. Aí, ela viajava pra fora. (Entrevista realizada com Toninho, concedida em 17/07/2014).²⁷

Franca Giordanetti gostava do trabalho e de administrar a fazenda. A vida social, as visitas, as festas não eram sua diversão e nem seu interesse. Entretanto, é perceptível em Toninho o carinho, a saudade e o orgulho do passado, principalmente no que se trata de sua ex-patroa que não era muito receptiva a visitas e tratava muito bem seus funcionários. A fazenda representava um tempo de fartura e segurança, muitos queriam trabalhar ali.

Rapaz! Era um orgulho. Todo mundo queria entrar aqui, mas os funcionários eram funcionários velhos. Dez anos acima, não tinha peão novo de firma não. Tudo funcionário velho de firma. Geralmente quem entrava solteiro aí, casava. Por que ela tinha empregada que era solteira e já arrumava namorado e já casava aí mesmo. (Entrevista realizada com Toninho, concedida em 17/07/2014).²⁸

A fazenda tinha em torno de 20 famílias residentes, chegou ao um número aproximado de 50 pessoas, contando com empreiteiros que não residiam, mas ficavam instalados por certo período no local. Dessas famílias, quase todas as pessoas têm um histórico parecido com o de Toninho, chegaram quando crianças, cresceram, casaram e constituíram famílias por ali mesmo. Quando um funcionário solteiro casava, ele recebia uma casa para morar, como ocorreu com Toninho. Entre as diversas considerações de ex-funcionários/as, ouvíamos a frase: “Éramos uma família”. Diante dessa nostalgia, Toninho foi indagado sobre sua opinião em relação à desapropriação das terras para fins de reforma agrária.

Ah... eu achei os dois lados bom, né. Assim, quando começou a vender a fazenda, a gente começou a ficar preocupado. Eu fiquei preocupado mesmo, preocupado com minha família, por que a gente não sabia como era o sistema dos sem-terra. Nunca ouviu falar, a gente não tinha costume, né. Aí, o pessoal foi conversando com nós, os outros companheiros nosso foram tudo embora. Aí, ficou só eu e mais três companheiros que fiquemos aí. Peguei lote automático mesmo. Mas a gente bate a preocupação. Por que você vai ficar desempregado, né. Por que quando a gente trabalhava na fazenda você tem, a mensalidade é sagrada. Você pode contar com

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

aquele dinheiro que... agora quando o acampamento fica difícil. (Entrevista realizada com Toninho, concedida em 17/07/2014)²⁹

A sua principal preocupação refere-se ao salário. Ele era apenas um funcionário, não tinha nada, não tinha casa, não tinha lote, tudo era da fazenda. Mas recebia um salário garantido todo mês e uma casa para morar. E como seria dali em diante, viveria de quê, trabalharia em quê, onde? E foi diante dessas questões que a grande maioria foi embora. A grande família se desfez e deixou muitas lembranças e saudades, principalmente aos que ficaram.

Das vinte famílias residentes, entre quatro a seis ficaram na fazenda, ele não soube precisar o número correto. Todavia, algumas foram trabalhar em fazendas em Bonito e no Pantanal, pertencentes aos ex-patrões. Os demais foram para outras fazendas, segundo Toninho quem se acostuma a trabalhar em fazenda *sai de uma e vai para outra*.

O diferencial de se trabalhar na Fazenda Eldorado não estava apenas na cordialidade dos patrões, mas no trabalho de carteira assinada, no pagamento dos salários e de horas extras, o respeito ao descanso nos finais de semana, além dos vínculos criados entre as partes. A fazenda era gerenciada como uma empresa, o que a tornava distinta das fazendas no entorno.

Tipo sexta feira a gente já ia organizando tudinho, pra gente trabalhar de segunda até sábado meio dia, entendeu?! Onze horas você ia lá, trocou teu gado, organizou tudinho, você já podia vir embora, pra tua casa [...] É, por que nessas outras fazendas aí, você tem que trabalhar sábado o dia inteiro, domingo de repente, né. Não tem dia. E aqui era uma firma, era organizado, né?! (Entrevista realizada com Toninho, concedida em 17/07/2014).³⁰

A postura do patrão é considerada como respeito e bondade pelos/as ex-funcionários/as com origem em um processo trabalhista migratório, em que as pessoas migram continuamente com suas famílias em busca de trabalho e sobrevivência. Essas pessoas passaram por uma trajetória de regime trabalhista sem muitos recursos e direitos garantidos, como a carteira assinada e a possibilidade de instalação naquele lugar.

Muitos funcionários vieram de diversos locais até a chegada à Fazenda Eldorado e contam com significativos anos de trabalho. Toninho chegou aos sete anos de idade, seus pais passaram por diferentes lugares e municípios até chegarem à fazenda. Segundo a definição de frente pioneira de Martins, podemos destacar Paulo Firmo como pioneiro não apenas por se

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

estabelecer na região e construir algo grandioso e lucrativo, mas em sua concepção moderna de relações sociais, que visava o trabalho como algo contratual e não escravo.

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. (MARTINS, 1997, p. 153).

Essa concepção moderna de trabalho criou um vínculo afetivo entre os/as funcionários/as não acostumados/as a esse tipo de relação pautada em alguns direitos, não existiria lugar melhor para se trabalhar. Tinham salário, casa, direitos garantidos, escola para as crianças e descanso nos finais de semana e, liberdade política, como nos relatou Marcos, ex-funcionário também entrevistado.

[...] geralmente já trabalhamos em algum lugar assim que, o patrão chegava e "*Oh, vai ter uma política, e quero que vocês votem em fulano né, já está do meu lado*", com ela nunca aconteceu isso. (Entrevista realizada com Marcos, concedida em 17/07/2014).³¹

Algo realmente novo para muitos/as funcionários/as que passaram a se sentir parte daquele lugar, por isso é difícil essa nova vida, essa nova paisagem, eles/as presenciaram a transformação da fazenda em assentamento.

Logo que vendeu a fazenda, pensei de ir embora [...] Ih... Deus me livre. É que a gente veio construir a fazenda e viu desmanchar, acabar com tudo, é diferenciado [...] É muita coisa que você vê, desmanchou, acabou. O pessoal pega tudo, não tem respeito com as coisas dos outros. Aquele mangueiro mesmo, uma coisa que era tão bonita, olha lá a situação que ficou. (Entrevista realizada com Toninho, concedida em 17/07/2014).³²

O mangueiro que Toninho cita era utilizado para vacinar o gado, construído com madeira de boa qualidade e foi saqueado quando ocorreu a desapropriação da fazenda, assim como diversos objetos da casa e que ele se refere como se fosse ainda dos antigos donos. Para os/as ex-funcionários/as esse foi um processo doloroso, pois eles ajudaram a construir e manter esse lugar que faz parte de sua história também, muitos vivem ou viveram mais da metade de suas vidas nessa fazenda. Toninho acredita no benefício da desapropriação para muitas famílias,

³¹ Entrevista realizada e transcrita por Claudia Delboni.

³² Entrevista realizada por Claudia Delboni e transcrita por Marina Santos Pereira.

inclusive a sua, pois agora tem seu próprio lote. Todavia, emocionado não consegue nos responder o que preferia se pudesse escolher entre fazenda e assentamento.

Putá merda, hein... os dois. [...] É complicado, hein. (*silêncio, ele chora*) [...] É ruim da gente avaliar, né. (*pede água para esposa*) [...] Por isso, que eu não queria responder essas coisas [...] Era tão bom demais. A gente era uma família, cara. E tem um pessoal nosso que Deus já levou, né?! (Entrevista realizada com Toninho, concedida em 17/07/2014).³³

Segundo sua esposa, se ainda existisse a fazenda, eles estariam trabalhando nela até hoje, de qualquer forma ainda estariam ali. A emoção de Toninho nos faz refletir sobre os vínculos afetivos que são criados com pessoas, objetos, lugares que não criam vínculos e sentimentos recíprocos na mesma intensidade. Na obra *Raízes do Brasil*, o autor retrata essas relações em- “O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo [...]” (HOLANDA, 1995, p.148). Ou seja, até mesmo aquilo que deve ser obrigação do patrão, como a legalização do trabalho de seus funcionários, e o pagamento em dia e equivalente as suas funções são tidas como bondade e não apenas como o cumprimento de leis trabalhistas.

[...] Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. (LEAL, 2012, p.47)

Esse patrão e patroa benfeitores são enfatizados nas entrevistas e no dia a dia dos/as entrevistados/as, por isso a dificuldade em quebrar tais vínculos afetivos. Contudo, não queremos nos referir a essas pessoas como ignorantes, mas que em suas vidas não estavam acostumadas ao tratamento correto e digno diante da venda de sua força de trabalho. Famílias em que a transitoriedade é marcada pela pobreza e por baixa ou nenhuma escolaridade. E diante de alguém que lhes concedam um tratamento humano e um salário para uma vida digna, essas pessoas se tornam benfeitores ou “mães e pais” - “Era especial pra trabalhar, a patroa, a dona Franca. [...] Tá louco, era uma mãe pra gente essa dona.” (Entrevista realizada com Marcos, concedida em 17/07/2014)³⁴.

Para muitos/as ex-funcionários/as a transitoriedade voltou a ser a única opção, viver do próprio trabalho só é garantia quando se tem o que receber no final do mês. E cultivar a própria terra não era a realidade da maioria dessas pessoas, que sempre trabalhou com o gado e não

³³ Idem.

³⁴ Entrevista realizada e transcrita por Claudia Delboni.

com agricultura, por isso existe a insegurança e o medo diante dessa nova realidade posta e imposta.

Leda é uma senhora de 60 anos, também ex-funcionária da antiga fazenda. Ela trabalhou como cozinheira na casa, suas maiores recordações são as festas e a beleza da casa.

Mas menina, aquilo era tão bonito, até hoje, tá tudo esbanguelado, mas tá bom ainda (risos). Vixi, acabou com aquilo lá... era tão lindo lá dentro. Piscina, ali vivia cheio de gente, sabia? Principalmente, quando seu Paulo era vivo. [...] até seu, seu... eu acho que aquele velho já morreu, vinha ali. Não sei que lá Coelho [...] ele vinha, dos aniversário da menina, ele vinha. Ali era cheio de gente direto, final de semana. Nós era em quatro né, duas copeira, e eu e a cozinheira. Aí, quando nós se apurava, nós pegava alguém dali pra ajudar nós. Dalí do outro lado da onde as meninas mora. Era dia e noite aquilo lá, cheio de gente. (Entrevista realizada com Leda, concedida em 17/07/2014).³⁵

As meninas do outro lado que ela cita eram as mulheres que cozinham para os peões, eram as esposas dos funcionários que moravam nas adjacências, do lado de fora dos portões de acesso à casa. As lembranças de Leda são associadas à movimentação da casa, da sua época de muitas festas e visitas e do pagamento correto e em dia dos salários. E como Toninho disse, se findou após a morte de Paulo Firmo, deixando a ela saudades.

O pagamento era tudo certinho. Ai, quando nós era solteira, até casada mesmo, sabe ali o Capão Seco, eles não ia na festa mais nós, mas eles mandavam o motorista levar nós. Ixi... nós ia na exposição em Campo Grande, nós cansada do serviço, mas ela mandava nós ir e nós ia. (Entrevista realizada com Leda, concedida em 17/07/2014).³⁶

Leda recorda aquele tempo como de alegria e diversão, e a bondade dos patrões também é citada quando se refere ao pagamento do salário em dia, a disponibilização do motorista para levá-las a festas, dentre outros. O Capão Seco é uma simples parada com um pequeno comércio/mercearia, um posto dos Correios e um orelhão telefônico, mas tradicionalmente conhecido por suas festas. Muitos se deslocavam das fazendas próximas, da zona urbana de Sidrolândia e de Campo Grande para essas festas. E a exposição em Campo Grande trata-se de uma festa de vendas de produtos e máquinas agropecuárias, mas que também traz diversos artistas musicais famosos, principalmente ligados ao ritmo sertanejo. Essas duas festas que Leda se refere ainda ocorre anualmente

Na narrativa de Leda, a organização também é pautada, desde a divisão dos trabalhos ao uniforme que não gostava de usar. Leda não disse ao certo o valor de seu salário, mas era

³⁵ Entrevista realizada e transcrita por Marina Santos Pereira.

³⁶ Idem.

superior ao do marido que atuava como pedreiro da fazenda. Além das eventuais gratificações, ocorridas com frequência: “[...] Quando ela saía, ela trazia as coisas pra nós, uma lembrancinha, qualquer coisa ela trazia.” (Entrevista concedida em 17/07/2014). Essas lembrancinhas eram consideradas pelas funcionárias como sentimentos de interesse e afeto. Apesar de gostarem muito de trabalhar na fazenda, Leda pediu demissão antes de sua venda, devido à preocupação em relação aos estudos de seu único filho, não queria o mesmo destino a ele, isto é, que não tivesse oportunidades de prosseguir os estudos, e foi embora para Sidrolândia.

Quando a fazenda foi vendida e ela soube do processo de desapropriação, procurou o INCRA e se cadastrou, porém como não residia mais na fazenda não foi sorteada como os demais funcionários que ficaram com lotes na região da sede. Leda recebeu o lote, no Eldorado II, mas em uma região mais distante da sede.

Eu não fui assim, sorteada igual eles. Eu vim um ano depois. Aí, eles falou: “a senhora aguarda lá que eu vou ver, se sobrar algum lote.” E sobrou esse aqui. (Entrevista realizada com Leda, concedida em 17/07/2014).³⁷

Embora a saudade da fazenda a incomodasse, não se arrependeu da decisão de sair, mesmo diante da espera por um lote. Os estudos de seu filho sempre tiveram em primeiro lugar, seu desejo e empenho era proporcionar aquilo que não teve, de torná-lo “alguém”, de afastar um destino parecido com o seu. Seu filho terminou a faculdade de Educação Física, atualmente faz pós-graduação e trabalha em Sidrolândia, o que a enche de alegria e satisfação, como dever cumprido.

Em relação à desapropriação para fins de reforma agrária, o sentimento de Leda é comum aos de outras pessoas, ela teve medo, pois presumiu que todos/as deveriam ir embora e não seriam beneficiados/as com o acesso aos lotes. Essa incerteza foi demonstrada por todos os/as ex-funcionários/as diante dessa realidade.

Ah... eu fiquei com uma dó hein. Ai, tanta gente que ainda tinha aqui, por exemplo, tinha... igual o Títonio, Daniel, cumpade Dego. Esse povo tudo foi quase criado ai, né. E de repente virar isso. E se eles não fossem sorteados de novo nos lotes, né. (Entrevista realizada com Leda, concedida em 17/07/2014).³⁸

Antes de trabalhar na fazenda como cozinheira, Leda trabalhava na roça, por isso não teve muitas dificuldades em se adaptar com a realidade do lote. Desde o ano passado, planta mandioca e limão e consegue se manter financeiramente com o auxílio da renda do aluguel de

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem.

duas casas que é proprietária em Sidrolândia e alguns serviços realizados pelo marido como pedreiro. Tantos foram embora, e ela voltou. No entanto, indaguei sobre suas expectativas futuras em relação ao lote e a sua família.

A promessa aqui, todo dia a gente vê, né. Ah... vai chegar isso você vai fazer isso, você vai fazer aquilo. Eu tem vez que falo assim, se for pra gente ficar assim, né, encabulado com aquilo lá... igual fala vai chegar tal coisa pra você do INCRA, né. Ai, eu falei: gente vocês ainda infarte aí, porque as coisas não é assim não. Porque já vi um monte de gente aí, porque que essas casas não chega. Falei: gente essas coisas pra vim, é demorada. Sobre meu filho, eu sei que ele não vai querer morar aqui, vai ficar assim vindo aqui, se quiser passar um fim de semana aí inteiro dormindo, quando tiver de folga, né. Mas pra morar acho que ele não quer não, agora não, só se for mais pra frente. Mas pra mim, aqui ta bom. (Entrevista realizada com Leda, concedida em 17/07/2014).³⁹

Apesar das lembranças e recordações festivas da época de fazenda, Leda voltou em busca do sossego e da tranquilidade. Sua adaptação à vida de assentamento foi rápida devido ao histórico de uma trajetória no campo e do trabalho na lavoura. Ela não se angustia com a possibilidade do filho não querer morar no lote, para ele o campo representa a paz a calma e o descanso nos finais de semana, que a cidade não lhe proporciona. Para ela, morar ali está sendo ótimo.

A história da fazenda a partir da narrativa da história de vida dos/as ex-funcionários/as foi fundamental para compreendermos como para alguns, essa história iniciou na fazenda e continua no assentamento, permeada por uma memória de festa, luta, sentimentos variados, como é o caso de Toninho, que cresceu ali e permanece na construção do novo/antigo lugar. Para Leda e Marcos, trabalhar na fazenda se constituiu em uma oportunidade de nova vida, uma experiência desconhecida, os funcionários/as eram respeitados, seus direitos eram concedidos, desde a carteira assinada até o descanso nos finais de semana e, tinham liberdade para escolherem seu próprio candidato político.

Diante das considerações de Toninho, Marcos e Leda, percebemos que a época “gloriosa” da Fazenda Eldorado deixou recordações. O processo de desapropriação da fazenda foi marcante para cada um, numa combinação de insegurança e novas oportunidades. Insegurança, pois não teriam mais salários e moradia. Novas oportunidades, porque a terra agora seria sua propriedade, algo inimaginável de se adquirir com o salário de peão ou cozinheira. E diante do receio do novo e desconhecido, muitas famílias se foram. E as famílias que permaneceram, viveram sentimento de tristeza ao verem, a fazenda que ajudaram a

³⁹ Ibidem.

construir ser danificada pela falta de cuidados. Tristeza essa, perceptível em suas recordações passadas sobre a beleza e exuberância daquele lugar.

Contudo, as famílias que optaram por continuar naquele lugar estão se adaptando a esse novo modo de vida. O material de construção não chegou a todos/as de forma integral, mas as casas estão sendo construídas enquanto permanecem nas antigas residências destinadas às famílias de funcionários da fazenda. A produção no lote se amplia gradativamente e gera algum retorno financeiro a partir do conhecimento “com a lida da terra” de cada um. E assim, essas famílias se fazem a partir de uma nova realidade, que no primeiro momento foi conduzida pela angústia, mas atualmente, se move pela esperança com a superação de dificuldades, que são transformadas em realizações e projetos futuros.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DAS MULHERES E O CONTRATO SEXUAL

2.1. Relações de Gênero

Tendo em vista a compreensão dos processos excludentes e violências praticados a mulheres do campo, pautados na diferenciação sexual ao longo da história, esse Capítulo é dedicado a história das mulheres, sua luta e resistência diante de uma sociedade que nasce e a exclui dela. Dessa maneira, antes de ouvir as protagonistas da pesquisa, conheceremos de que forma se instituiu essa sociedade sexista, e como os movimentos feministas, movimento de mulheres e os estudos de gênero tem contribuído para possíveis transformações na vida de homens e mulheres.

Ao transcorrer sobre gênero, utilizamos autoras e autores que o conceituam enquanto uma construção social e que segundo Bourdieu (1999) são construções sociais explicadas pelas diferenças anatômicas dos corpos de homens e mulheres, ou seja, as diferenças dos órgãos sexuais, definindo os sexos e suas respectivas condutas sociais.

Sendo assim, Joan Scott define:

[...] O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1990, p.07)

No início, de acordo com Scott (1990), o termo gênero passou a ser usado como sinônimo de mulher, erudição e seriedade. Muitos trabalhos sobre mulheres, foram considerados de gênero, devido à ideia de objetividade e neutralidade do termo. Todavia, falar de gênero não é apenas falar de mulher. É pensar em mulheres e homens, no plural.

Discorrer sobre gênero transcorre por diversas relações sociais estabelecidas, envolve a reflexão sobre família, casamento, educação, sexualidade, diversidade, política e economia. Exprime sobre o que mantém a imagem de inferioridade das mulheres na sociedade e porque elas ainda são vistas como seres “incapazes” e “dependentes”. Possibilita pensar como alguns padrões sociais sexistas mudaram e outros se mantiveram.

Para essas reflexões faremos um passeio histórico para tratar acerca de transformações na vida de homens e mulheres que constituiu a sociedade, como a consideramos atualmente.

Vivíamos em grupos, bandos ou clãs, éramos mulheres e homens livres e as ações eram impulsionadas por instintos de sobrevivência. Porém multiplicamos e sentimos a necessidade de instituir formas de organização e estabelecimento de regras e, desse estado natural passamos para um estado civil. Segundo Rousseau, o estado natural incentivava o olhar para nós mesmos, por isso a ação acontecia por instinto físico e excluído de qualquer moralidade social. Para o autor:

O que o homem perde pelo contrato social é sua liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e que pode alcançar. O que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo aquilo que possui. Para que não haja engano nessas compensações, é necessário distinguir muito bem a liberdade natural, que só tem por limites as forças do indivíduo, da liberdade civil, que é limitada pela vontade geral e a posse, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, da propriedade, que só pode ser baseada num título positivo. (ROUSSEAU, 2008, p.37)

Em relação ao contrato social, poderíamos sintetizar que houve a troca de nossa liberdade natural e insegura pela liberdade civil e segura, garantida pelo Estado. Assim, nascem a imposição de limites às ações do homem e a propriedade privada. Porém é necessário levar em consideração o que seriam tais limites e o que poderia ser considerado enquanto propriedade privada.

De acordo com Pateman (1993), o contrato social, também chamado de contrato original, nada mais é que um pacto sexual/social. Exclui mulheres e estabelece uma organização fundada no direito patriarcal legitimado pelo direito político.

[...] O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal- é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. [...] (PATEMAN, 2003, p. 17)

Ao elaborar uma análise da sujeição das mulheres a partir do contrato original, podemos entender, com a posição teórica de Pateman, de que maneira o contrato social legitimou a dominação de homens adultos sobre mulheres e crianças, e como a história de liberdade não abrange mulheres e homens de forma igualitária. O direito de propriedade inclui terras, benfeitorias, bem como mulheres, crianças e escravos, e esse direito legitima o homem como proprietário de sua esposa, ou seja, ela faz parte de suas benfeitorias como se fosse extensão da casa e da terra. E os limites embutidos no contrato social, atingiram diretamente as mulheres, que passaram a serem controladas socialmente.

A partir do contrato social os homens passaram a ter direito à propriedade garantida pelo Estado, não precisavam mais usar a força física para garantir e manter seu território. Um novo modelo de organização surgiu, determinando lugares “apropriados” para homens e outros para mulheres. Com o acesso a propriedade garantida, os homens não precisavam mais se unirem às mulheres para lutar contra um possível inimigo. Eles assumiram a posição de chefes/proprietários – do seu território e da sua família. Tudo e todos/as que estavam sobre sua guarda e proteção, pertenciam a ele, inclusive sua esposa. “[...] Ignorar o contrato matrimonial é ignorar metade do contrato original.” (PATEMAN, 1993, p.18).

[...] Os maridos não desfrutavam mais dos amplos direitos que exerciam sobre suas mulheres no século XIX, quando as esposas estavam na condição legal de propriedade. Mas, nos anos 80, esse aspecto da sujeição conjugal subsiste nas jurisdições que se recusam a aceitar algum tipo de limitação do acesso de um marido ao corpo de sua mulher, negando, desse modo, a possibilidade de estupro no casamento. (PATEMAN, 1993, p.22)

O direito de propriedade garantida é notória nos casos de distribuição de lotes pela reforma agrária, em que mulheres solteiras, separadas, divorciadas encontram dificuldades no acesso à terra, mesmo diante de leis que as protegem. Dessa maneira, mesmo não desfrutando de amplos direitos sobre as mulheres, a sociedade tem privilegiado homens na garantia dos direitos sociais.

Diante desse poder de propriedade sobre bens materiais e pessoas, esses homens alcançaram o reconhecimento como patriarcas, que significa um *controle exercido pelo pai* (MORAES, 2002). Como um grande pai com a função de proteger e estabelecer suas regras aos que são sua propriedade, garantindo-lhe amplos direitos, inclusive o acesso ao corpo de sua esposa sem seu consentimento. Assim, o patriarcado se institucionaliza socialmente num domínio dos homens sobre as mulheres.

[...] o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. [...] A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político. (SAFFIOTI, 2004, p. 54-55)

Saffioti expande o conceito de patriarcado em uma relação civil: um modelo que concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres e corporifica-se, ou seja, se solidifica socialmente. Para a autora funciona como uma espécie de máquina, acionada tanto por homens quanto por mulheres que: “[...] representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.” (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

O conceito de patriarcado sintetiza de forma genérica, as relações entre homens e mulheres e os princípios da dominação e suas diversas faces e *permanente transformação* (SAFFIOTI, 2004, p.45). Essa permanente transformação traz a ilusão propagada de uma equidade entre homens e mulheres, entretanto:

[...] o patriarcado que quer fazer da dominação masculina um fato “natural” e biológico. E o patriarcado é de tal modo hoje uma realidade bem-sucedida que muitos não conseguem pensar na organização da vida humana de maneira diferente da patriarcal, em que o macho domina de direito e de fato. (MURARO, 2000, p.61)

A naturalização do patriarcado se insere na sociedade a partir da ideia de que as mulheres “conquistaram o mundo”, liga essa conquista a sua inserção ao mercado de trabalho e oculta relações sociais pautadas na diferenciação dos sexos mais complexas que comprova que essa equidade não é real. O intuito é discutir sobre um conceito/sistema que inferioriza mulheres, mas também as transforma em reprodutoras de preconceitos fundamentados na diferenciação biológica, mantidas por construções sociais ideológicas que violentam mulheres e homens em sua formação enquanto pessoa.

O patriarcado prejudica os homens também, eles vivenciam transformações nos papéis sociais estabelecidos, que não se encaixam mais nesse tipo de sociedade dualista. Apesar de privilegiar os homens, o sistema criado e mantido para excluir mulheres, atingem ambos e, tanto elas quanto eles são suprimidos de uma possível transformação radical e ruptura de lugares e posições determinadas para homens e mulheres.

O patriarcado se adaptou às transformações sociais ao longo da história, por isso ele permanece com a “intenção” de conduzir a vida das mulheres. Dessa maneira, Pateman (1993) discorre sobre o abandono do conceito por algumas feministas:

[...] Algumas argumentam que os problemas com o conceito são tão grandes que ele deveria ser abandonado. Seguir tal caminho representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. (PATEMAN, 1993, p.39)

Pateman (1993) acreditava que uma análise do patriarcado a partir do contrato social não seria algo fácil, equívocos poderiam ocorrer em relação à dominação das mulheres a esse contrato, mas abandonar o conceito de patriarcado não é a melhor opção. Para autora a sujeição feminina pode ter sido concretizada a partir desse momento, mas que nem por isso ela ocorreu

de forma passiva. Apesar do sistema de dominação ser bastante determinante na vida das mulheres, o patriarcado não é soberano, muitas foram e são as formas de subversão das mulheres.

Segundo Bourdieu, que trabalha com o conceito de dominação masculina:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também a ordem social [...] poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 1999, p.139)

Assim sendo, o conceito de patriarcado pode ser muito explorado, pois se desfazer de um conceito que possui uma estrutura vigente e visível na vida das mulheres, que se mantém há muito tempo e perpassa por todas as relações sociais existentes, seria o mesmo que desconsiderar uma ação política em prol de mudanças. Como transformar uma sociedade patriarcal se não aceitarmos ou compreendermos os prejuízos que ela traz às relações entre homens e mulheres? Da mesma forma que Bourdieu incita a pensar a submissão feminina como uma possibilidade de romper barreiras da violência simbólica, é necessário prosseguir a discussão sobre o patriarcado como ação de luta para transformações nas relações sociais entre homens e mulheres.

Atualmente no Brasil, as mulheres têm direito ao voto, chegaram às universidades, conquistaram uma vida profissional e o direito à licença maternidade, além de leis que condenam os que as agridem, violentam e matam. Porém, elas não ocupam nem metade das cadeiras políticas do país; nas universidades, apesar de serem maioria permanecem nos cursos tidos como femininos; sua vida profissional são subjugadas pelo sexismo institucional; as empresas procuram evitar contratá-las em idade fértil; e infelizmente não estão livres da violência e dos abusos e assédios que as rodeiam diariamente.

Os direitos aumentaram, mas a consciência social nem tanto. As mulheres conquistaram o espaço público em diferentes profissões, mas muitas continuam como as únicas responsáveis pelo espaço privado e pelo trabalho doméstico. E a rotina transformou-se em um crescente acúmulo de trabalho, devido à constância da divisão sexual do trabalho doméstico em muitas famílias, que não se transformou em meio às mudanças e aos avanços na autonomia das mulheres.

Segundo dados do IBGE 2011⁴⁰, a jornada semanal de atividades domésticas realizadas pelas mulheres era 2,5 vezes maior que a masculina, sendo 27,7 horas semanais dedicadas pelas mulheres contra 11,2 horas semanais dedicados pelos homens. Para a população ocupada com 16 anos ou mais, as horas diminuem, mas a diferença ainda é significativa. São 22,3 horas semanais destinadas as atividades domésticas exercidas pelas mulheres, enquanto que os homens destinam 10,2 horas semanais para tais atividades.

As desigualdades são interpretadas por meio de formas e normas sociais distintas em cada região do mundo, porém com um mesmo objetivo – indicar qual o papel deve ser representado pelas mulheres. Em boa parte, quando as desigualdades não são reforçadas por diferenciações biológicas (homem/mulher), essa representação é reforçada pela religião.

Os padrões sociais e a conduta moral são ensinados no seio familiar e educacional, que por sua vez estão arraigados de interpretações religiosas, biológicas e/ou ideológicas do comportamento destinados a homens e mulheres. As diferenças impostas aos corpos, não contribuem para uma socialização saudável entre mulheres e homens, pois ambos sofrem com tais determinações e sanções. Às mulheres é ensinado desde muito cedo regras de comportamentos que tem como expectativa transformá-las em seres frágeis, dependentes, e por vezes “puros”. Aos homens é ensinada a necessidade de ser forte, esperto, corajoso e não demonstrar fragilidade (como choro, medo).

As condutas impostas a homens e mulheres são alicerçadas em uma socialização violenta para ambos, que mantém o domínio de um sexo sobre o outro; homens devem comandar, ser o sexo forte que traz segurança ao lar. As mulheres são “comandas e passivas”, pois é frágil e lhe foi ensinado que será protegida. No entanto, antes de serem mulheres ou homens, são seres humanas/os que independente do sexo biológico, sentem medo, dor, compaixão, tristeza, angústia, bem como necessidade de demonstrar e receber afeto e carinho. E isso não deve ser retraído das relações humanas.

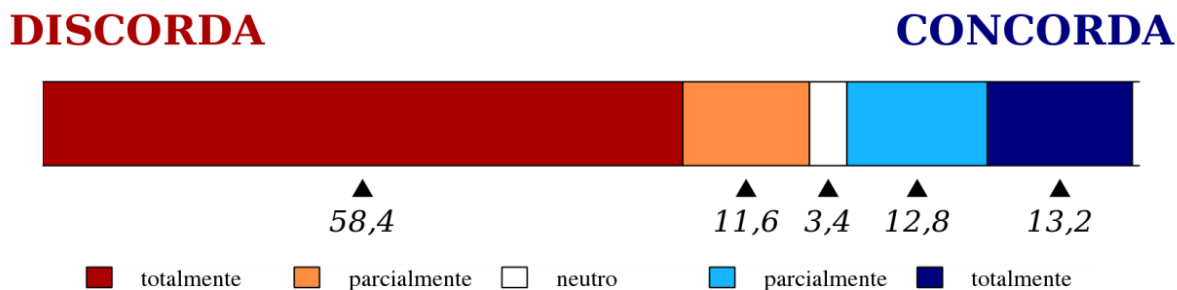
Entretanto, discorreremos sobre as mulheres em um contexto no qual as conquistas foram consideráveis, as reflexões constantes, mas as mudanças sociais ocorrem a passos lentos. A relação de dominação está tão enraizada, que se reproduz a todo o momento e em todo lugar e, acreditar que a independência econômica e os direitos transformados em leis podem quebrar esse modelo de inferioridade às mulheres, é utopia. É necessário uma (re) educação, pautada no respeito às escolhas individuais de homens e mulheres, e não na diferenciação dos sexos, com expectativas padronizadas tanto para meninos como para meninas.

⁴⁰ IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2011.

Link: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf

Recentemente o Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada-IPEA realizou uma pesquisa no país⁴¹, referente à violência contra mulheres, em que a pergunta era:

Mulheres que mostram o corpo merecem ser atacadas?⁴²



FONTE: IPEA 2014.

Como vemos acima 13,2 % concordam totalmente e 12,8% concordam parcialmente. O resultado poderia nos levar a seguinte reflexão; os casos de violência sexual direcionada às mulheres no Brasil ocorrem porque as mulheres não sabem vestir-se de forma “decente”, caso contrário não sofreriam tais abusos. Justificativa de um crime praticado por seres “irracionais”, incontroláveis, em que o tamanho da roupa revela a dimensão do respeito que as mulheres merecem. Os percentuais revelam que para uma parte da população brasileira, mulheres merecem ser atacadas simplesmente porque não assumiram posturas de conduta impostas por essa sociedade patriarcal.

O estabelecimento de normas de controle ao corpo das mulheres, e isso inclui sua vestimenta, possibilita o direito de acesso fácil e rápido ao corpo daquelas que ousam subverter tais normas. Um direito legitimado socialmente por homens e mulheres que acreditam na culpabilidade de mulheres atacadas, agredidas e estupradas, pois não estavam vestidas adequadamente, estavam desacompanhadas na rua à noite e/ou ingeriram bebida alcoólica. Diversos pretextos são utilizados para não responsabilizar diretamente o agressor.

As representações construídas em relação ao corpo das mulheres estão intrínsecas de forma sutil e simbólica na sociedade brasileira, podem ser percebidas, por exemplo, nas letras de músicas em que são tratadas como meros objetos sexuais, ou são humilhadas por terem dispensado um possível pretendente. Na mídia, através de novelas e campanhas publicitárias,

⁴¹ Foram detectados erros na primeira divulgação da pesquisa do IPEA. Nesse trabalho, foram considerados os dados com as devidas correções realizadas pelo Instituto.

⁴² Acesso ao site do IPEA em 28/04/2014 as 14:12 hs.

Link:http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971&catid=10&Itemid=9.

são retratados dois tipos ideais de mulheres – a mãe dedicada e dona de casa, presente nos comerciais de produtos de limpeza, fralda descartável e eletrodomésticos. E as que não se encaixam nesse perfil, presentes em propagandas de cerveja e bronzeadores. Entretanto, uma não exclui a outra, mulheres que consomem produtos de limpeza, também podem gostar de tomar cerveja, usar biquíni, se bronzear e usar roupas de sua escolha, sem merecerem ser atacadas, pois nada justifica as violências praticadas contra as mulheres.

Na legislação brasileira é crime (atacar mulheres), mas como criminalizar e penalizar o que é justificado socialmente? Esse é um dos diversos tipos de violências praticada contra as mulheres justificada numa sociedade patriarcal.

Segundo Whitacker (1990), as diferenças entre homens e mulheres são óbvias, porém: “[...] O intrigante é que a sociedade tenha a necessidade de reinterpretá-las de modo simbólico e artificial, transformando-as em desigualdades sociais que atingem diferencialmente mulheres do mundo inteiro.” (WHITACKER, 1990, p.10). De acordo com a Organização Mundial das Nações Unidas- ONU⁴³, cerca de 70% das mulheres do mundo sofrem algum tipo de violência no decorrer de sua vida, e 1 a cada 5 poderá ser alvo de tentativa ou efetivação de estupro.

As experiências das mulheres são pautadas por históricos de violências, seja de forma direta ou indireta, quando não é com elas, conhece alguém que vivencia ou vivenciou uma situação de assédio, abuso sexual, agressão, etc. Como as mulheres poderão superar o controle psicológico e o medo de passar por situação de violência já que a todo momento seu modo de ser e agir são vigiados? Os índices tão alarmantes, o medo passa a fazer parte da vida das mulheres de uma forma muito natural, prejudicando sua autoestima e emancipação.

2.2. Atuação do movimento feminista no cenário brasileiro

O surgimento do movimento feminista brasileiro tinha por finalidade trazer à reflexão a condição das mulheres, pensando sobre si mesmas, qual sua posição e atuação na sociedade e o que poderia ser repensado, questionado e transformado a partir de tais reflexões. Daniela Auad define o movimento como – “formado por mulheres críticas e questionadoras”. (AUAD, 2003, p.14).

⁴³ Acesso em 28/04/2014 as 14:57 hs. Link: <http://www.onu.org.br/unase/sobre/situacao/>

Não distanciando de Soares (2011), que o define enquanto uma: “[...] a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social.” (SOARES, 2011, p.11) Dessa maneira, elas atuariam perante a sociedade de forma transformadora a partir de uma série de práticas.

Para as autoras do clássico livro- O que é feminismo? - Esse é um processo de auto-organização das mulheres em busca de transformações.

O feminismo busca repensar e recriar a identidade do sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (ALVES; PITANGUY, 2003, p.09)

Nessa definição, a equidade entre homens e mulheres seria possível através da valorização dos atributos do ser humano, independente de seu sexo biológico, as oportunidades e o direito de escolhas seriam iguais para ambos os sexos.

No Brasil, em meados dos anos de 1930 as mulheres lutaram pelo direito de votar e serem votadas, porém:

[...] De início, a luta pelo voto era uma bandeira típica da classe média e da burguesia, levantada por mulheres mais cultas, que tinham acesso ao noticiário internacional e para quem essa luta era uma demonstração de modernidade e progresso. (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p. 25)

Em 1934 foi outorgado o direito ao voto às mulheres, contudo, esse direito foi reivindicado por mulheres letradas e de classe média e, por isso, não é uma data exposta por muitas pesquisadoras feministas. Apesar de sua importância, não engloba um significativo período de reivindicações tidas feministas, pois atenderia a um grupo específico, entretanto:

Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas. Uma vez atingido seu objetivo- o direito ao voto- esta prática de luta de massas estava fadada a desaparecer. Há assim uma desmobilização das mulheres. Entretanto, o questionamento da sua discriminação prossegue, incorporando outros aspectos que configuram a condição social da mulher. (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 48)

Durante a ditadura militar no Brasil, as mulheres reapareceram de forma mais emblemática na política brasileira.

A dura fase de repressão política, iniciada em 1964, foi um período de enorme conscientização a respeito da situação da mulher na sociedade brasileira. As mulheres mais politizadas começaram a se organizar, ansiosas por protagonizarem algum tipo

de resistência à ditadura militar. Muitas vieram de partidos clandestinos, outras vieram de movimentos apoiados pela ala mais progressista da Igreja Católica, e eram trabalhadoras sindicalizadas, artistas, intelectuais, estudantes, profissionais liberais, de diferentes idades e origens políticas, sociais e religiosas[...]. (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p. 34)

As crises econômicas e o aumento da inflação contribuíram para a manifestação de outros movimentos sociais, a partir da segunda metade da década de 70. Nesse mesmo período aumentou o número de movimentos populares, e a ação pastoral da Igreja Católica. Dessa forma a mobilização feminina se inicia pela luta por direitos de cidadania, não se questiona seu papel subalterno na sociedade e surgiu nos grupos de esquerda ou nas lutas democráticas.

A origem do movimento feminista ocorre concomitante a outros movimentos sociais e durante um complicado momento político, como ressalta Sarti (1998):

O feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. (SARTI, 1998, p.06)

Uma organização mais participativa em prol de direitos específicos das mulheres no Brasil começou a surgir nas décadas de 70 e 80. A anistia em 1979 permitiu que muitas mulheres retornassem ao país, trouxeram experiências, principalmente dos movimentos feministas atuantes na Europa (SARTI, 1998). Assim, o Dia Internacional das Mulheres comemorado todo dia 08 de março, passa a ser um marco de articulações e eventos, como protestos e fóruns. Além, da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher- CDNM em 1985, como uma resposta a reivindicações anteriores que visibilizou o movimento.

De acordo com Timoteo (2013), o movimento feminista latino-americano se diferenciava do movimento europeu e norte-americano devido a promoção de um projeto mais amplo de reforma social, tinha como pretensão incluir todas as demandas ditas femininas.

As mulheres latino-americanas estavam preocupadas com a consolidação de direitos específicos às mulheres trabalhadoras, como creche. A fim de sanar as necessidades básicas em primeiro lugar, logo, as dificuldades para se avançar em propostas de reflexão e emancipação para esse grupo surgiram. Segundo Perrot (2007), as mulheres sempre estiveram presentes nos espaços públicos (que poderíamos chamar de espaços de manifestações e articulações), talvez com baixa ou nula visibilidade. Enquanto silenciadas elas sempre lutaram por suas famílias, motivo que em sua maioria, as levavam para esses espaços. E posteriormente por autonomia e

direitos igualitários. Apesar de a historiadora relatar a história das mulheres na Europa, essa forma de organização, não foi diferente no caso brasileiro.

No Brasil, alguns movimentos de mulheres cresceram com a presença e o apoio da Igreja Católica, de tal modo que a partir da década de 90 os partidos políticos passaram a privilegiar a presença feminina com o tema “mulher”. Soares (2011) descreve essa relação com a Igreja como solidária e conflituosa. Os partidos políticos ganharam visibilidade na com a entrada das mulheres nesses espaços decisórios, sua inserção foi utilizada em favor de uma visão dita inclusiva, mas essencialista tinha apenas como meta, a busca por votos e não uma transformação na política do país, em prol aos direitos das mulheres.

Segundo Moraes (2002), o conceito essencialista traduz uma representação de enaltecimento da mulher, como uma habilidade natural, de um ser “sensível”, “mãe”, “cuidadosa”, com o estabelecimento de papéis diferenciados que não contribui para uma ativa mobilização em prol dos direitos das mulheres, pelo contrário as mantém onde estão – à margem ou representada por um poder que as exclui.

A despeito disso, ainda durante a década de 90, o movimento feminista cresceu em visibilidade e número de adeptas, alcançou as regiões do interior do país, com influências e mediação da Igreja Católica, como no caso da organização feminina enquanto movimento em Mato Grosso do Sul, que apesar do período promissor de incentivos as ideias de libertação das classes menos favorecidas, o movimento de mulheres não refletia sobre as raízes e a reprodução da discriminação. “[...] Ou seja, essas mulheres ainda não tinham uma consciência sobre a discriminação de gênero e sua condição de subordinação e, como estas são mantidas e reproduzidas”. (SANTOS, 2009, p. 36).

Segundo Santos (2009), essas mulheres se desvincularam da instituição e formaram o Movimento Popular de Mulheres do Mato Grosso do Sul- MPM. Mesmo com a desvinculação, o movimento não avançou na discussão de assuntos polêmicos, como o aborto, que já fazia parte das pautas dos grandes centros urbanos do país. Havia tabus para ainda serem quebrados.

[...] as mulheres de Mato Grosso do Sul não tinham maturidade suficiente para travar uma discussão aberta e tão complexa, inclusive em virtude da característica de sociedade extremamente conservadora, onde o papel da mulher ainda passava pela condição de vetor reprodutivo e por estarem ainda muito vinculadas aos princípios católicos. Então, as lideranças optaram por fazer uma formação ligada às temáticas mais próximas das mulheres, que era a saúde, excluindo da pauta de discussões a descriminalização do aborto. (SANTOS, 2009, p. 36)

A atuação do Movimento Popular de Mulheres no Mato Grosso do Sul- MPM teve como prioridade a saúde das mulheres e a implantação de serviços básicos (creches, hospitais, delegacias especializadas) que as auxiliaria enquanto mulher trabalhadora. Todavia, o

movimento tinha a preocupação constante do fortalecimento do grupo, trabalhava temas diversos e utilizava metodologias de cunho místico, que fizessem as mulheres sentirem-se importantes e empoderadas. Esse empoderamento estava em seus conhecimentos cotidianos, como os chás, as ervas medicinais, a medicina alternativa, que levou milhares de mulheres a morrerem na Inquisição. Por isso a analogia que o grupo criava dessas mulheres às bruxas. O sentido da palavra empoderamento para Santos (2009) está ligado ao fortalecimento e ao controle de seu próprio corpo. O que podemos traduzir também como uma forma de emancipação dessas mulheres, através de seus próprios conhecimentos.

O MPM se organizou, no primeiro momento, pautado na troca de experiências para a superação do isolamento social e econômico percebido por uma determinada classe social de mulheres: lavadeiras, domésticas, artesãs, dentre outras. No segundo momento, sentiu-se a necessidade de maior articulação entre os grupos, para que as demandas defendidas e reivindicadas por estes, transformassem em ações para conquistas conjuntas. Antes disso, se identificava como uma organização laica, autônoma, com base social nas comunidades mais carentes de algumas cidades do Estado. (SANTOS, 2009, p.46)

A articulação com outros movimentos, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Movimento das Mulheres Agricultoras-MMA, Serviço de Informação a Mulher-SIM, Central de Movimentos Populares-CMP, promoveram avanços em suas reivindicações. Dentre eles, a ampliação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; implantação de Coordenadorias de Políticas Públicas para Mulher; implantação e funcionamento de Centros de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência; Alfabetização e Qualificação de mulheres em vários municípios do estado; entre outras. (SANTOS, 2009).

Embora naquele momento, discussões mais complexas e libertadoras não avançaram, como a descriminalização do aborto, as mulheres tiveram conquistas significativas, em especial as encontradas em condições de vulnerabilidade, como por exemplo, a alfabetização. Conquistar o direito a serem alfabetizadas significa uma emancipação considerável, que pode se prolongar através dessa ferramenta. Assinar o próprio nome, lidar com o seu dinheiro, ler uma revista, escrever uma carta, são processos emancipatórios inimagináveis para aquelas que viveram a margem do mundo das letras.

Diante do significativo empenho dos movimentos sociais, a década de 1990 foi um período marcado pela sua institucionalização, pois muitos recursos de cunho social que serviriam para impulsionar o desenvolvimento de famílias e comunidades só poderiam ser recebidos através das instituições. Por isso:

[...] Caberia, ao feminismo, enquanto movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através de seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero. (TIMOTEO, 2013, p. 99).

Trabalho árduo, pois fazer parte da máquina burocrática do Estado poderia ser uma faca de dois gumes – influenciar e induzir as autoridades a atenderem as reivindicações da população feminina ou o retrocesso e estagnação das demandas e conquistas alcançadas. Ao movimento, estava a incumbência de lidar com tais paradoxos, pois:

A criação desses espaços institucionais demonstrou o êxito alcançado pelos movimentos feministas brasileiros em suas articulações com o Estado. Essas articulações construídas em um ambiente marcado por impasses, negociações e conflitos resultaram em atuações específicas do Estado para gerar práticas de governabilidade democrática que permitiram novas formas de institucionalização e de mediação com os interesses das mulheres que resultam na formulação e implementação de políticas públicas específicas de sua condição. (MIRANDA, 2009, p. 13)

Diante das conquistas enquanto movimento, sua ampliação só poderia se realizar com o apoio de órgãos governamentais e/ou instituições, pois demandava esforços financeiros além das possibilidades dos movimentos, e não foi diferente com o MPM.

O Movimento Popular de Mulheres, já na pessoa jurídica da Associação de Grupos de Mulheres de Mato Grosso do Sul, articulava politicamente com governos, em âmbito municipal e estadual, para estabelecer parcerias que pudessem financiar os projetos. Também estabelecia parcerias com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Educação, Missão Urbana e Rural – MUR, Central de Apoio aos Movimentos Populares – CEDAMPO, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A fundação de uma pessoa jurídica, pelo Movimento, apresenta-se como necessária para captar recursos para operacionalizar suas agendas. (SANTOS, 2009, p. 48)

Dessa maneira: “Os movimentos feministas brasileiros apresentam uma trajetória de lutas permeadas por impasses e alianças com o Estado.” (MIRANDA, 2009, p.08). Impasses para a real efetivação de suas demandas conforme a vontade e necessidade das mulheres e alianças para os incentivos financeiros de grande alcance para execução de seus projetos de emancipação para essas mulheres.

São mais de trinta anos de movimentos sociais empenhados em demandas específicas destinadas às mulheres e, as conquistas não foram poucas, entretanto- “[...] O peso dos retrocessos sociais e políticos torna sumamente dificultoso imaginar um projeto emancipatório.” (CIRIZA, 2006, p.54). E as desigualdades permanecem múltiplas.

De acordo com Tavares, o crescimento econômico do Brasil foi de 7,5% em 2010, também houve uma alta na escolaridade feminina, porém:

[...] O Brasil continua sendo um país violentamente desigual. Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência. (TAVARES, 2011, p. 10)

A naturalização de papéis subordinados ou definidos enquanto feminino para as mulheres, é uma das causas do lento avanço para a equidade no campo das relações de gênero e dos espaços decisórios. Por um lado, elas permanecem por mais tempo na escola e apresentam um grau de escolaridade superior ao dos homens, por outro, poucas mulheres exercem cargos de liderança, além de receberem salários incompatíveis com os dos homens, que Moraes (2002) define sexismo institucional.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, demonstraram que no ano de 2011, mulheres e homens com mesmo nível de escolaridade continuam a ter rendimentos salariais distintos, ou seja, os homens permanecem com rendimentos maiores. Homens com 11 anos ou mais de estudos possuíam um rendimento médio de R\$ 2.467,49, as mulheres com mesmo nível de escolaridade apresentavam um rendimento médio de R\$ 1.706,39. Uma diferença salarial de R\$ 761,10 a menos para as mulheres⁴⁴. Mulheres essas, que em sua maioria é responsável sozinha pelo trabalho doméstico, com uma jornada de trabalho duplicada.

Nos espaços políticos, a presença das mulheres tornou-se evidente, mas não satisfatória. A presença não significa que realmente elas tenham os mesmos direitos de participação política, como por exemplo nos movimentos sociais de reforma agrária.

[...] Entre as lideranças o número de homens é proporcionalmente maior que o de mulheres, e esta relação se inverte quando olhamos sua participação no conjunto do movimento. (GOHN, 2004, p. 293-294).

Essa realidade pode ser percebida nos movimentos de luta pela Reforma Agrária, na fase do acampamento mulheres e crianças são indivíduos notáveis e estão na linha de frente nos confrontos com a polícia e fazendeiros, mas quando passam para a fase do assentamento, mulheres e crianças são inseridas no espaço doméstico, desenvolvem as tarefas do lar e de seu entorno, dificultando novamente sua participação e atuação nos espaços políticos e decisórios da comunidade.

⁴⁴ IBGE, 2012. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Esse recuo das atividades políticas está presente entre as mulheres do assentamento Eldorado II: “[...] na fase do acampamento participava, ajudava e contribuía”. (Joelma, 58 anos). Com uma trajetória de 12 anos de acampamento Joelma descreve uma atuação bastante ativa, que não existe mais depois que foi assentada. Não diferindo da fala de Neuza: “[...] a gente faz parte, né. Mas nunca mais fui em reunião, depois que nós fomos assentados, nunca mais participei de nada.” (Neuza, 61 anos). Todavia, essa situação não é uma regra, mas uma naturalização social de espaços destinados a homens e mulheres em momentos de calma, quando objetivos comuns foram almejados.

A ação das mulheres deve ser constante, pois “[...] Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias”. (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 07) e, diversas mudanças precisam acontecer para uma verdadeira equidade entre homens e mulheres em todas as áreas da vida social, seja no trabalho fora de casa, seja na execução de tarefas domésticas.

Os avanços relativos às questões subjetivas de libertação sexual e dos direitos reprodutivos são insuficientes. A Constituição Brasileira abriu exceções de não criminalização do aborto em casos de estupro e fetos anencefálicos, no entanto, o processo é demorado, e por vezes, conta com a interferência de instituições religiosas e opiniões contrárias da sociedade. O subjugo permanece e a busca por autonomia continua.

O levante do movimento feminista no país foi proeminente, embora tardio comparado a outros países. Sua atuação trouxe à tona questionamentos práticos de mulheres trabalhadoras, como melhores condições de salários, creches para os/as filhos/as, direito à educação, moradia e rigor na aplicação de leis contra agressores.

2.3. Mulheres em movimento

No Brasil, o movimento feminista em geral, era formado por mulheres de classe média alta, eram militantes universitárias, intelectuais, políticas, sindicalistas, mulheres letradas e com o mínimo de conhecimento sobre sua posição na sociedade. O que não tira nenhum mérito do grupo, mas não dialogou com o movimento das mulheres “guerreiras” de classes populares que, infelizmente estão distantes de se envolverem efetivamente nesse movimento que reivindica sua emancipação.

Essas mulheres conquistaram independência, uma vida profissional mediante o trabalho de outra mulher em sua casa. Dessa forma, a reinterpretção dos comportamentos tidos como

femininos e masculinos não alcançou enfaticamente o conjunto da sociedade, porque o espaço doméstico não se transformou. A realização das tarefas domésticas foi substituída, ao invés de discutida e distribuída de maneira igualitária aos membros da família.

[...] Existe, ao que parece, um distanciamento cada vez maior entre feministas acadêmicas e feministas militantes, ao mesmo tempo que no terreno das práticas aparecem novos sujeitos cujas demandas e estratégias não sempre são suscetíveis de uma vinculação harmônica, mesmo quando estiverem relacionadas com a questão do corpo, do gênero, da diferença. (CIRIZA, 2006, p. 52)

Os feminismos que perpassam as mulheres de classes populares são distintos daqueles difundidos na academia, em algumas abordagens as distâncias são imensas. Porém, não podemos dizer que essas mulheres, assim como as mulheres do campo são submissas e passivas, incapazes de reações diante de sua realidade.

No entanto, o feminismo no campo não pode ser dissociado das lutas reivindicatórias, das revoltas “isoladas” nas diversas lutas populares por acesso à terra, à documentação [...] ainda que tenham sido lutas não assumidas como de caráter feminista. (CONTE, 2013, p. 451)

A despeito das discriminações e da construção histórica/social de um “ser considerado inferior”, as mulheres criam alternativas de subversão. E as mulheres do campo não são diferentes, apesar da carga de estereótipos que lhe são atribuídas, cada vez mais, elas se levantam com uma bandeira feminista, talvez com discussões de temas com menor conotação polêmica e subjetiva, mas significativos para a emancipação das mulheres do campo, como por exemplo, a ênfase na autonomia financeira e no seu reconhecimento como trabalhadoras rurais

De acordo com Teles (2003), existem dois tipos de movimentos – o movimento feminista e o movimento de mulheres. O movimento feminista seria composto por mulheres que propõem transformações subjetivas; o movimento de mulheres composto por mulheres em busca de direitos:

A expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista” refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história.” (TELES, 2003, p. 12).

Ambos os grupos lutam por visibilidade, seja na reivindicação de direitos garantidos, mas não efetivados ou no combate às discriminações contra as mulheres. Entretanto, a distância existe porque a luta de um grupo já está garantida para o outro. O movimento feminista aborda

questões subjetivas, relacionadas à discriminação porque, em sua maioria, é formado por mulheres com suas necessidades básicas resolvidas, como moradia, educação de qualidade, saúde e trabalho. O movimento de mulheres luta por direito às condições básicas de sobrevivência, que não conquista facilmente, os obstáculos e as dificuldades se ampliam devido à falta de recursos. O distanciamento existe porque as demandas prioritárias permanecem distintas, sendo necessária a reflexão entre gênero e classe social para melhor compreensão dos fatos, das necessidades e reivindicações.

A pesquisa realizada por Conte (2013) com o Movimento de Mulheres do Campo-MMC do Rio Grande do Sul apontou algumas considerações em relação às dificuldades do encontro entre o feminismo urbano e as mulheres rurais.

[...] uma das dificuldades de o feminismo encontrar-se com as lutas das mulheres da roça, foi justamente, em função da dicotomia existente entre cidade e campo e os estereótipos criados acerca do rural (homens e mulheres tidos como atrasados e incapazes), pois, segundo mostrou a pesquisa, as primeiras lutas de caráter público, como passeatas organizadas pelas mulheres camponesas, eram, de forma geral, repudiadas e ridicularizadas pela população urbana. (CONTE, 2013, p. 454).

A própria incompreensão entre os grupos dificulta a luta. Um movimento não reconhece o outro e as dificuldades de diálogo entre movimento feminista e movimento de mulheres se tornam evidentes. No entanto, ambas as bandeiras e os questionamentos são válidos.

As mulheres assentadas que participaram dessa pesquisa (apresentadas no próximo capítulo), não se pronunciam sobre feminismo, mas se reconhecem enquanto mulheres com direitos, que lutaram e permanecem na luta por suas demandas e o reconhecimento no avanço da reforma agrária. Vânia relata que por ser solteira teve algumas dificuldades na fase de acampamento:

[...] eu mostrei que tinha mais capacidade que um homem. Porque o que mandar e o que precisar, homem as vezes fica lá esperando. Eu não, eu ia de atrás. Eu também não me rebaixo, porque tem gente que diz- mulher é inferior. Sou inferior a um homem, não tenho a força que ele tem, mas eu tenho a força de vontade. (Vânia, 34 anos).

Segundo Vânia, a ausência de força física é superada por sua força de vontade em prosseguir lutando pelo direito à terra. Assim como ela, outras mulheres na luta pela reforma agrária são constrangidas, em todo momento devem provar sua capacidade de assumir o lote, seus conhecimentos com agricultura, sua disposição ao trabalho na roça e o desejo de viver no assentamento, pois depois de assentada, as propostas para vender seu lote são constantes:

[...] Acho que o sofrimento que foi antigamente pra mim, eu olho assim pro passado que eu vi, eu falo assim- eu não passei tudo aquilo pra nada, sabe. Porque eu não vou dizer pra você que muitos já não chegaram e fizeram proposta- Vende o lote e vai pra cidade, faz isso com seu lote, faz aquilo. Eu falo não, Deus me deu essa benção eu vou ficar aqui até quando Deus quiser. (Vânia, 34 anos)

Assim como Vânia rememora as dificuldades enfrentadas pelo direito à terra, a memória se transforma em força para prosseguir em seus objetivos, algumas lutas de mulheres do campo são lembradas devido a sua repercussão e estão registradas na memória coletiva como uma forma de continuar, insistir e jamais desistir.

Um caso de repercussão nacional e internacional é o assassinato de Margarida Maria Alves⁴⁵ em 12/08/1983. Margarida Alves era presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba e havia movido 73 ações por direitos trabalhistas para trabalhadores rurais das usinas, motivo de seu brutal assassinato. Sua morte tornou-se símbolo político que deu nome ao evento nacional Marcha das Margaridas, que mobiliza milhares de trabalhadoras rurais em Brasília em busca de projetos e ações que atendam às necessidades das mulheres do campo.

Em Mato Grosso do Sul, ocorreu o assassinato de Dorcelina Folador⁴⁶ em 30 de outubro de 1999, ela estava em seu quinto ano como repórter voluntária do jornal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST e exercia seu segundo mandato como prefeita do município de Mundo Novo localizado a 460 km da capital- Campo Grande. A morte de Dorcelina foi de grande tristeza para aqueles/as que tinham esperança de viverem em um lugar mais justo e digno, pois segundo reportagens sobre sua atuação na prefeitura de Mundo Novo, ela enfrentava ilegalidades no município, o que resultou em inimigos próximos.

Aos 36 anos sua vida foi encerrada, com 6 tiros nas costas. Passados 15 anos de sua morte, seu túmulo ainda é visitado com frequência por pessoas que acreditam que Dorcelina virou “santa”, atribuem-lhe a realização de seus pedidos.

O município de Anapu, no Pará, ficou conhecido mundialmente pelo assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, com três tiros, em fevereiro de 2005.⁴⁷ Ela atuava há muitos anos em defesa dos agricultores rurais e o uso sustentável de uma terra marcada pelo

⁴⁵ PEREIRA, M.S. Mulheres e família nos Assentamentos de Reforma Agrária Santa Rosa e Guaçu no município de Itaquiraí- MS. Dourados, MS: UFGD, 2012.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Acesso em 04\05\2014 as 20:38 hs. Link: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/02/assassinato-da-irma-dorothy-stang-em-anapu-pa-completa-9-anos.html>.

coronelismo e desmatamento ilegal da Amazônia. E muitas outras mulheres que morreram na luta cotidiana por terra, moradia e trabalho, mas que não foram e não são noticiadas.

Mulheres como essas representam, para outras mulheres sem-terra, a força feminina, a possibilidade de ocupação de espaços sociais e políticos em prol de uma vida melhor, com vozes de resistência ecoando nos espaços da reforma agrária, como alternativas de inclusão social, mais ainda, como reconhecimento da resistência pela igualdade de gênero. Mulheres que querem se empoderar política e socialmente, fazer parte de um todo de mulheres que podem e devem falar, da maneira que elas sabem e compreendem o mundo e os dilemas vividos por aquelas que lutam juntas pela reforma agrária no país.

As demandas e lutas das mulheres do campo não são recentes e ganham força e notoriedade cotidianamente. Através de movimentos de mulheres autônomos ou ligados a outros movimentos e/ou instituições, elas se colocam no cenário de enfrentamento contra as desigualdades, principalmente, em relação às diferenciações entre homens e mulheres. Lutam por seus direitos e estabelecem um movimento *de e para* as mulheres do campo.

CAPÍTULO III

MULHERES ASSENTADAS: CONSTRUÇÕES DE UMA NOVA HISTÓRIA

3.1. Arranjos e rearranjos familiares: reflexões sobre a família

A família pode ser definida a partir de diversas concepções, dentre elas, enquanto um grupo domiciliar regido por normas de convivência. Esse grupo, não necessariamente, precisa ser formado por pai, mãe e filhos/as. A entrada da mulher ao mercado de trabalho, a saída dos/as filhos/as para estudarem em outras cidades, a constante ausência e até mesmo abandono do homem à família, são fatores que geraram transformações em uma das instituições de socialização mais importante e antiga do mundo.

A intenção é protagonizar as mulheres⁴⁸ na família, para isso discorreremos sobre essa unidade doméstica como arranjo e rearranjo bastante heterogêneo na sociedade brasileira, sem referências em modelos impostos. Esses arranjos e rearranjos familiares foram considerados a partir da especificidade de cada família visitada, através de leituras de Fonseca (2008), Sarti (1996), e Bergamasco (1996), pois:

Quando se trabalha com famílias, tanto cientistas sociais, quanto psicólogos, médicos, educadores e outros profissionais enfrentam um primeiro problema: o de identificar a noção de família com suas referências pessoais. A família tende a ser identificada com a “nossa” família, tão forte é a identificação da ideia de família com o que nós somos. Por isso, quando se lida com questões de família, é difícil estranhar-se em relação a si mesmo. Há uma tendência a projetar a família com a qual nos identificamos- como idealização ou como realidade vivida- no que é ou deve ser a família, o que impede de olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista. (SARTI, 2004, p.16)

A definição de família impõe certos limites no imaginário coletivo, seja por ser uma identificação e/ou comparação a partir de seu reconhecimento com referência ao modelo ideal ou de sua exclusão por fugir desse modelo imposto pela sociedade. Família essa que Engels (1985) denominou de nuclear burguesa, constituída através da monogamia e que impôs à mulher o espaço da casa, atribuindo-se toda responsabilidade da vida doméstica e do cuidado com filhos/as. Esta realidade, efetivamente, não faz parte da organização da familiar brasileira, sempre reinventada nas diversas camadas sociais, especialmente, aquelas não dominantes. Diante desse contexto deve-se “[...] desmistificar a família conjugal moderna, mostrando-a não

⁴⁸ O protagonismo das mulheres vai além de seu estado civil, é reconhecido por sua atuação diante das dificuldades de viver no assentamento. Sabe-se que muitas são casadas, mas ficam responsáveis em cuidar do lote, enquanto o companheiro permanece fora para trabalhar em cidades vizinhas.

enquanto unidade ‘natural’ ou universal, mas sim enquanto construção histórica.” (FONSECA, 2008, p. 522).

A sociedade brasileira é caracterizada por valores tidos como liberais e ao mesmo tempo conservadores. As mulheres conquistam, cada vez mais, espaço fora do domicílio, porém, no que tange à família, prevalecem valores conservadores ou padronizados, como a essencial presença masculina no âmbito familiar como imposição de respeitabilidade dessa unidade, desconsiderando os momentos de escolhas dessas mulheres, como o rompimento de uma relação conjugal. E isso ocorre por inúmeros motivos, como por exemplo: um casamento infeliz, um marido ou pai alcoólatra, ausente, agressivo, falta de companheirismo, falta de afetividade, ausência de diálogo, etc. É necessário considerar diversas hipóteses, pois em qualquer arranjo familiar os indivíduos vivenciam processos complexos de socialização. Dessa maneira, consideramos que:

[...] Na cultura brasileira, “família” pode significar muitas coisas: pode designar a família doméstica seja de socialização ou de procriação; pode significar uma parte do “kindred” ou da rede de parentesco; ou pode significar a “árvore genealógica”. (WOORTMAN, 1987, p. 59-60)

Essa família não se enquadra em um modelo imposto, se arranja e rearranja de formas variadas, a partir de vínculos que vão além de laços consanguíneos ou de parentesco. A família não é funcional, sua importância está na constituição de “[...] parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo.” (SARTI, 1996, p. 33). E essa explicação do mundo ocorre em qualquer arranjo familiar, a partir de suas experiências.

A busca por uniões consensuais que resultem em acerto, companheirismo e afetividade e o desejo por uma família sem moldes tem se tornado parte da vida das mulheres, elas se emancipam e buscam autonomia para viverem segundo a sua vontade. Entretanto, a emancipação feminina e a aceitação do divórcio, de separação, um rompimento não passa por um processo tranquilo, ainda é comum a situação em que:

[...] Um casal pode permanecer casado por muito tempo, ou mesmo por toda vida, mesmo que as relações sejam altamente tensas. Podem permanecer casados por razões sociais, políticas ou econômicas, mesmo que não mais existam (ou nunca tenham existido) laços afetivos. É preciso estabelecer uma diferença entre o que poderíamos chamar “casamento jurídico” e “casamento afetivo”, isto é, entre “estrutura” e “sentimento”. (WOORTMAN, 1987, p. 110).

O modelo de família tradicional não faz parte da realidade brasileira, no entanto, sua forma idealizada permanece no imaginário coletivo da sociedade, principalmente entre famílias mais ricas, que sacrificam liberdade e sentimento em nome de uma estrutura social que é

imposta a elas. A relação abalizada em sentimento e afeto pode não existir mais, mas a aparência deve permanecer, o casamento em sua forma jurídica é mantido, por diversas razões que podem envolver “status, poder e/ou dinheiro”. Entretanto, tais relações existem dentro de uma dominação conjugal, mantida pela submissão das mulheres em um sistema patriarcal que atua dentro e fora do âmbito familiar.

Como exposto no Capítulo II, o contrato social condicionou as mulheres à extensão de propriedade dos homens. Assim, mesmo nos casos de insatisfação conjugal, a manutenção da aparência é norteadora dessa relação, principalmente nas famílias em que a união envolve poder, capital e futuras heranças. Desfazer tais relações envolve a dissolução do patrimônio familiar. “[...] Ignorar o contrato matrimonial é ignorar metade do contrato original.” (PATEMAN, 1993, p.18)

No caso de famílias pobres, Klass Woortman (1987), através de uma pesquisa desenvolvida com famílias em situação de vulnerabilidade em Salvador concluiu que:

Seria errôneo imaginar que as classes pobres não tem consciência do modelo dominante. De fato, este é, para elas, um modelo ideal; mas, como mencionamos antes, opera também um “modelo adaptativo”, e ambos são ideologicamente manipulados. As mulheres de fato “apelam” para o modelo dominante-ideal para afirmar sua autonomia e dominância nos termos do modelo adaptativo, ou “operacional”. (WOORTMAN, 1987, p. 65).

A pesquisa de Woortman (1987) mostrou que as mães desejavam a construção de uma família fundamentada nesse modelo tradicional para as filhas, que nem elas mesmas tinham em suas vidas, além da preocupação constante por preservar a virgindade como forma de garantir um bom casamento com rapazes de classe média. No entanto, tal esperança não parecia ser impositiva ao considerar a liberdade com que essas mulheres circulavam fora do espaço doméstico, principalmente em suas relações afetivas/sexuais, já que em sua grande maioria, as mães eram mulheres responsáveis pela unidade familiar, ou seja, sem companheiros. Dessa maneira, as filhas também possuíam certa liberdade afetiva, decidiam os tipos de arranjos familiares que mais lhes agradassem ou que lhes fossem convenientes.

No entanto, não devemos considerar o fato de arranjos familiares formados por mulheres responsáveis pela unidade familiar apenas como escolha, mas também em alguns casos enquanto uma não responsabilização por parte masculina para com filhos/as e o matrimônio. Muitas dessas famílias foram reorganizadas pelo desinteresse e até mesmo desaparecimento desse pai que não aceitou sê-lo. Na pesquisa de Woortman (1987), ele ressalta que os homens não sentem-se à vontade em casa, desse modo:

[...] só as mulheres tinham família, pois elas eram percebidas como as “principais” constantes, ou permanentes da unidade familiar, em oposição aos homens, percebidos como transitórios (WOORTMAN, 1987, p.75).

O cuidado para com filhos/as permanece como responsabilidade das mulheres, com um sanção social difícil de ser alterada, através de relações sociais alicerçadas na essencialização da mulher como mãe. Como se diz popularmente: “O filho é sempre da mãe”.

A manutenção dessa família é, em grande parte, de exclusiva responsabilidade feminina, são mulheres que aprendem a “nadar contra essa maré”, a reverter a culpabilidade pelo insucesso matrimonial. Mais seguras e independentes, conquistam autonomia.

O número de unidades familiares que está sob responsabilidade de mulheres continua crescendo, realidade que pode estar relacionada com a conquista de autonomia e segurança para fazerem suas escolhas, como, por exemplo, estarem “sozinhas” e não permanecerem em um a relação causadora de frustrações, pois até mesmo “[...] a condição de viver só – que todavia não significa ser “solteirona” – também tende a se estabilizar com a idade.” (WOORTMAN, 1987, p.118).

Segundo dados do IBGE/2010, a proporção de mulheres responsáveis por domicílios era de 37,3%. Sendo 39,3% residentes em áreas urbanas e 24,8% moradoras em área rural. Apesar do número considerável na área rural, as famílias em que mulheres são responsáveis pela unidade familiar ainda são mais comuns nos centros urbanos.

A necessidade de se ter renda própria, a busca por melhores condições de vida aos/as filhos/as, como educação e saúde mesmo que apresentadas de forma precária, são melhor encontradas nas áreas urbanas, além disso, é comum nas classes pobres as mulheres viabilizarem uma rede de solidariedade e relações sociais amplas, até mesmo pela proximidade das casas. Diferente de áreas rurais, em que as famílias residem distantes uma das outras, há maiores dificuldades para o estabelecimento e a manutenção dessa rede de solidariedade tão necessária e de suma importância às famílias, em especial às mulheres.

A renda insuficiente é um dos motivos que incentiva muitas mulheres a trabalhem fora de casa, seja para complementar a renda junto aos demais integrantes da unidade familiar, e/ou por ser a única responsável pelo sustento da família, e isso pode incluir a presença ou não de um esposo. Embora, o que leva muitas dessas mulheres a trabalharem fora seja a necessidade financeira, muitas julgam “[...] ser conveniente para uma mulher ter uma fonte de renda.” (WOORTMAN, 1987, p. 92).

A autonomia gerada através da capacidade de obter renda própria seria a busca do modelo adaptativo apresentado por Woortman (1987), pois ao se tornar participante financeiramente da casa, as mulheres se sentem mais livres para decidirem qual relacionamento afetivo desejam para sua vida, que pode implicar em divórcio ou rompimento frente a uma relação frustrada, ou mesmo tida enquanto fardo, como no caso de maridos desempregados ou irresponsáveis, ou simplesmente – “[...] o trabalho pode lhe proporcionar a gratificação de pelo menos, sair de casa- uma atividade que a retira do confinamento doméstico.” (SARTI, 1996, p. 76).

Essas mulheres buscam conquistar outros espaços de socialização e reconhecimento. Reconhecimento esse, não encontrado dentro do espaço doméstico por não se tratar de um trabalho remunerado e/ou valorizado em toda a sua dinâmica: fazer/refazer/alguém desfaz, o cansaço que resulta em insatisfação constantes por “serviços não realizados”, enfim, um cotidiano repetitivo.

No entanto, seria reducionista considerar a saída das mulheres para assumirem trabalhos fora de casa, automaticamente, como propulsora para compreenderem melhor seu modo de vida e as violências cotidianas impostas por uma sociedade sexista. A entrada das mulheres ao mercado de trabalho as tornou mais uma peça fundamental dentro da família, a remuneração passa a compor o orçamento familiar, porém sua jornada de trabalho dobrou ou até mesmo triplicou. A mulher sempre foi peça fundamental para a manutenção da família, seja em seus cuidados com os integrantes da família, seja na economia doméstica. O exemplo citado trata-se de contribuição financeira (trabalho produtivo), pois o trabalho doméstico (trabalho reprodutivo) dificilmente é valorizado enquanto trabalho dentro das famílias.

As mulheres passaram a dividir as despesas da casa com marido e/ou demais integrantes da unidade familiar, mas as tarefas domésticas continuaram sob sua responsabilidade, ou divididas de forma desigual. Essa sobrecarga feminina é, frequentemente, encontrada nas famílias de classe baixa, por não disponibilizarem de recursos para manutenção de uma funcionária⁴⁹ que realize as atividades domésticas da casa.

[...] Muitas mulheres pobres são empregadas domésticas em casas de classe média e, na situação brasileira, a participação feminina no mercado de trabalho, ao nível desta classe, requer uma substituta – a empregada – na esfera doméstica. Correlatamente, é claro que tal participação de mulheres de classe média só é possível porque existem

⁴⁹ Os direitos trabalhistas do/a trabalhador/a doméstico/a se ampliaram a partir de 2013, como indenização em demissões sem justa causa, conta no FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche, seguro-desemprego e seguro contra acidente de trabalho. Entretanto, as relações de poder permanecem, assim como a ausência de informações e a pobreza.

empregadas disponíveis – as mulheres pobres que necessitam de trabalho. (WOORTMAN, 1987, p. 102)

A participação feminina enquanto grupo político e organizado, ainda é difícil para algumas classes sociais. A não transformação efetiva de modelos sociais e a permanência do desempenho de papéis diferenciados para homens e mulheres não contribui para uma real modificação nas estruturas sociais. Mulheres ricas necessitam de mulheres pobres para desempenharem as atividades domésticas de sua residência, que precisam das filhas para cuidarem desses afazeres em sua ausência.

Nesse caso, são apresentados dois modelos: a) modelo de conciliação: mulheres que conciliam trabalho profissional e trabalho doméstico; b) modelo da delegação: mulheres que delegam a outras mulheres o cuidado com a casa, a família, as crianças. (HIRATA, 2010, p. 46). O modelo de conciliação é mais praticado entre as mulheres pobres e o modelo de delegação pelas mulheres que dispõem de recursos financeiros para contratação de uma funcionária.

O ideal seria um modelo de parceria, em que o cuidado com a família e as tarefas domésticas fossem repartidos de maneira igualitária por homens e mulheres (HIRATA, 2010). A “ajuda” masculina não é suficiente para quebrar tabus e transformar esse aspecto no interior da família, é necessário uma maior responsabilização em todas as esferas familiar.

O trabalho reprodutivo designado às mulheres, recentemente, se coloca como um ponto de questionamento na própria organização familiar, que em certa medida, “obriga” os integrantes da unidade a participarem das tarefas domésticas e na contribuição financeira da casa.

Esse conjunto de atividades aparentemente óbvias e sem muita importância e sempre identificadas como atributo essencial das mulheres, só nas últimas décadas começou a ser percebido como indispensável para o bem-estar dos indivíduos que fazem parte da família. (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009, p.95).

Apesar das divisões raramente serem igualitárias, as transformações ocorrem lentamente. O questionamento ganha espaço dentro de casa e a família percebe que o trabalho produtivo é tão significativo e importante quanto o trabalho reprodutivo e, ambos necessitam de esforço e dedicação. A problemática já adentrou as residências e movimentou as famílias, o próximo passo é a mudança de comportamento, e a não reprodução de estereótipos ditos femininos e masculinos.

Dessa maneira, a constituição da família independente de seu arranjo, de sua forma de organização, é de suma importância para formação do indivíduo, pois as transformações sociais

tendem a iniciar nela. Segundo Sarti (1996), num país precário na assistência às famílias mais pobres, como educação e saúde, a família é um importante elo de solidariedade entre os indivíduos:

[...] Suas relações fundam-se, portanto, num código de lealdade e de obrigações mutuas e recíprocas próprio das relações familiares, que viabilizam e moldam seu modo de vida também na cidade, fazendo da família e do código de reciprocidade nela implícito um valor para os pobres. (SARTI, 1996, p. 32).

Esse valor está implícito na reciprocidade dos integrantes, e quanto mais coesa a unidade familiar maiores são as chances de negociação no que tange às atividades domésticas, ao orçamento financeiro, à independência e autonomia. Entretanto, a dicotomia entre cidade e campo permanece em relação à família. No contexto rural, as mulheres “lutam” por direitos e respeito as suas escolhas, mas isso não é um caminho fácil. Os padrões sociais do campo impostos às mulheres permanecem conservadores, principalmente, à mulher divorciada, separada, solteira, ou seja, sem a presença de um companheiro, ela é considerada, por muitas pessoas, como incapaz de se manter no lote e, por isso, sua permanência no assentamento é árdua – “Esse mundo rural, cujo pilar é o casal, é muito hierarquizado: entre os sexos (ele é o senhor)”. (PERROT, 2007, p.111). Ao homem confere a posição de sustento, o “patriarca da família”, sua ausência é mal vista no sentido de às mulheres serem conferidas a posição de mantenedora das relações familiares, e não da produção de capital.

De acordo com a última lista de beneficiários/as do INCRA (2012), o assentamento Eldorado II, localizado no município de Sidrolândia tem 118 mulheres titulares de lotes. No entanto, apesar de números expressivos, durante a pesquisa não foi fácil localizá-las. Diante de informações obtidas durante os diálogos, constatou-se que algumas mulheres eram solteiras quando adquiriram o lote, mas no período da pesquisa encontravam-se casadas. Destas, algumas permanecem no assentamento outras foram embora por vontade do companheiro. E por último, as que desistiram devido dificuldades encontradas para manutenção no lote.

Contudo, as dificuldades para encontrá-las, ocorreram por mais uma questão. O assentamento Eldorado II está situado numa região privilegiada da antiga fazenda, fica próximo a uma reserva, tem a lagoa, duas escolas, posto de saúde e uma igreja católica. Espaços de socialização e lazer, porém, percebemos que o assentamento possui pouca articulação entre as mulheres, elas não fazem parte de um movimento social ativo, não se encontram com frequência e, como consequência, se conhecem pouco.

Essa dificuldade para a socialização feminina, prejudica sua permanência no lote, diante das dificuldades diárias e da própria vida, as redes de solidariedade que desempenhariam um

papel significativo na vida das pessoas, em especial, das mulheres, estão fragilizadas, além de encontrarem-se distantes de suas famílias.

3.2. Avanços/recuos na emancipação das mulheres do campo

A década de 90 foi marcada pela luta das mulheres do campo por direito ao acesso à documentação, aos direitos previdenciários e à participação política (SALES, 2007). As mulheres foram às ruas, fizeram campanhas e lutaram contra a indigência, além de apresentarem um número significativo de analfabetismo, muitas não tinham documentos civis básicos como Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF). A falta de documentação gera maior invisibilidade e dificuldade para a conquista de outros direitos, como ao crédito e a aposentadoria.

O direito à terra foi concedido formalmente as mulheres na Constituição de 1988, mas a sua implementação dificilmente era efetivada. O assunto ganhou notoriedade através da manifestação de mulheres rurais ocorrida em Brasília no ano 2000, conhecida como Marcha das Margaridas⁵⁰, em que o movimento reivindicou o direito à titulação conjunta da terra para o casal. (DEERE, 2004).

A discriminação contra a mulher era tal que os funcionários do INCRA tomaram por certo que mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior, e não era incomum para mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária. Além disso, quando o filho mais velho da viúva era nomeado beneficiário, ela algumas vezes perdia o acesso à terra quando ele casava e formava sua própria família. (DEERE, p. 184-185)

E essa organização em prol de direitos essenciais, assume uma importância maior na vida das mulheres a partir do momento que começam a refletir sobre sua condição enquanto mulher na família e na sociedade. A citação acima nos remete ao caso de uma das entrevistadas durante a pesquisa, ela relatou que permaneceu por 2 anos no acampamento, e mesmo assim, sentiu-se discriminada pelo INCRA por ser solteira.

É. E eu não nego pra você que por ser solteira, fui recriminada [sic] dentro do assentamento. Porque quando eu peguei o lote, o cara tinha falado na primeira entrevista que minha pontuação foi alta, porque eu entendia tudo de lavoura. Ele falou que solteira não tinha direito, daí eu recorri. (Vânia, 33 anos).⁵¹

⁵⁰ Homenagem a Margarida Alves, líder nordestina assassinada.

⁵¹ Entrevista realizada e transcrita por Marina Santos Pereira, no dia 27/03/2014. Nome fictício.

Vânia não representa caso isolado, outras mulheres passaram por situação semelhante, tanto a instituição como alguns companheiros de luta não eram favoráveis ao acesso de mulheres sem companheiros ao lote, e, se ouvia muito: “*Ah, uma mulher solteira dentro do lote vai fazer o que?*”. Nessas indagações é perceptível a concepção das mulheres do campo como uma extensão dos homens, sua identidade de trabalhadora rural não é considerada, e revela como está presente o contrato sexual/social/matrimonial na vida das mulheres, em especial as mulheres do campo, em que as famílias são representadas num modelo nuclear e patriarcal, em que a ausência do homem comprometeria a presença da mulher no lote.

No caso de Vânia e as demais mulheres, elas tiveram o apoio do “sindicato”⁵² (FETAGRI) ao recorrerem do resultado, conseguiram a aprovação do cadastro e chegaram ao lote, uma conquista significativa diante da luta pelo reconhecimento enquanto mulheres trabalhadoras rurais.

A titulação dos assentamentos de forma conjunta é obrigatória em situações de casamento e de união estável. Ela prevê que se a terra ainda estiver em processo de titulação e houver uma separação, em respeito ao código civil, a terra ficará com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos. [...] Na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária, foi incluído novo critério complementar, dando preferência para as famílias chefiadas por mulheres. (BUTTO, 2010, p. 97).

O direito à seguridade da família e das mulheres existe, entretanto, diante dessas circunstâncias e adversidades, as mulheres do campo permanecem lutando para terem seu direito de acesso à terra garantido, independentemente de seu estado civil.

A conquista dos direitos básicos às mulheres do campo é o resultado de articulações e resistências constantes que não atingiram somente a esfera pública, mas também o espaço doméstico, especialmente para o reconhecimento enquanto trabalhadora rural pela própria família. Um enfrentamento contra a imagem de “ser apenas sombra do homem, de ajudá-lo”.

A organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. As trabalhadoras rurais percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico; não são simplesmente uma *ajuda*. (SALES, 2007, p. 439)

Estimular as mulheres a terem esse olhar para as reais desigualdades entre mulheres e homens contribui em dobro para a organização do grupo. O trabalho das mulheres seja ele

⁵² Sindicato é forma como elas chamam a Federação dos Trabalhadores na Agricultura- FETAGRI/MS.

desempenhado em âmbito produtivo e/ou reprodutivo é essencial para organização e manutenção da família. E sua emancipação ultrapassa a esfera da organização e resistência, elas percebem o valor do seu trabalho.

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais. (ESMERALDO, 2013, p. 242).

O reconhecimento de si mesma, enquanto trabalhadora rural, contribui para a sua autoestima, confiança e prazer nas atividades desenvolvidas. Por isso, a articulação das mulheres, os diálogos sobre suas experiências e a exposição de seus projetos, são momentos relevantes para emancipação feminina. Juntas e articuladas, elas têm força política para enfrentarem as barreiras sociais que lhe dizem “não” e impedem sua emancipação. No entanto, permanecer em constante força ativa e política em prol de melhores condições de vida e direitos parece tarefa árdua, principalmente, àquelas já assentadas e com obrigação ou responsabilidade individual para com as tarefas ligadas à casa, às/aos filhas/os, ao marido e/ou aos demais integrantes da família. Perceber opressão diante dessas condições não é apenas difícil, mas complexo. Discutir sobre tais temas, muito mais.

Independente do arranjo familiar das mulheres, notamos no seu cotidiano, a junção entre o trabalho rural e/ou doméstico, elas estão sempre preocupadas e atarefadas e, é nessa fase do assentamento que:

A família se reestrutura para um novo enfrentamento: o de permanecer na terra e dela retirar os frutos para sua reprodução. O estudo dos filhos é fundamental, ao mesmo tempo em que buscar outras terras para outros trabalhadores ou mesmo para seus filhos torna-se obrigação. As mulheres assumem a luta em torno de melhores condições de vida e trabalho. (BERGAMASCO, 1996, p.90).

Na existência de problemas na vida das mulheres, das/os filhas/os e para a permanência na terra, elas se organizam a sua maneira, seja em grupo, via sindicato, igreja, escola, seja no movimento social, mesmo que não ocorra de maneira constante e direta. A articulação entre as mulheres resultou em muitas conquistas, entretanto, nos locais onde essa rede não é estável, as dificuldades do grupo são perceptíveis, como o caso das mulheres do assentamento Eldorado II.

Em relação à produção no lote, através da ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, existente desde de 1995, foi criada uma

linha de crédito direcionada às agricultoras familiares, nomeado PRONAF/Mulher e, foi lançado em 2003. O objetivo do financiamento é proporcionar recursos para atividades produtivas desenvolvidas por mulheres, como mecanismo para a diminuição ou eliminação de sua dependência a outras pessoas e proporcionar fonte alternativa de renda à família.

A linha de crédito e a participação em projetos destinados às mulheres proporciona expectativas de superação da pobreza, como também autoconfiança ao gerir suas próprias metas e os propósitos que resultem em melhores condições de vida à família. Contudo, essa alternativa não é realidade para muitas mulheres. No assentamento pesquisado, nenhuma das mulheres entrevistadas acessou a linha de crédito específica, e as respostas quanto aos motivos não foram concretas. Compreende-se que existem dúvidas ou desconhecimento dessa linha de crédito. Segundo Rosa (2011):

[...] o PRONAF-Mulher, mesmo sendo um programa que surge do encaminhamento de pautas e reivindicações das mulheres do campo e suas organizações, ainda não tem efetivado consideráveis mudanças no processo de empoderamento das mulheres camponesas e que não tem contribuído para a conquista do espaço público. (ROSA, 2011, p. 10)

De acordo com Rosa (2011), além do pouco conhecimento sobre o programa, há a falta de interesse das instituições responsáveis em acioná-lo. A ausência de empenho na atenção aos projetos desenvolvidos pelas mulheres trabalhadoras rurais é apontada na fala de Vânia, quando participava das reuniões realizadas pela associação local.

[...] Na reunião que teve ali, no dia o Almir falou que nem estão muito dando o tal de PRONAF\Mulher porque já tem os vinte mil, e é no mesmo lote, se não consegue pagar os vinte, quem dirá o outro. (Vânia, 34 anos).

Vânia não precisou recorrer à linha de crédito específica por ser titular do lote. Entretanto, diante de suas considerações percebe-se durante a reunião do sindicato que as instituições responsáveis pelo encaminhamento dos projetos não se mostram interessadas em informar sobre a linha de crédito e nem atender as demandas das mulheres assentadas.

Perante a conquista de direitos, o acesso à informação e ao crédito, as mulheres ainda estão condicionadas diante das instituições pelas representações sociais de seu sexo biológico.

Verifica-se uma representação naturalizada do homem como chefe da família e responsável pela produção, o que conduz a uma perspectiva masculina desta. Como consequência, observa-se uma desvalorização e marginalização das atividades realizadas pelas mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva. A mulher é vista comumente como mãe, filha ou mulher de agricultor e não como agricultora. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho na família representa um entrave fundamental

para a participação das mulheres em atividades produtivas remuneradas e consequentemente no acesso ao crédito por estas. (GONÇALVES, 2006, p. 07)

As dificuldades são encontradas dentro e fora do âmbito familiar. As representações de papéis diferenciados desempenhados por mulheres e homens, a falta de informação, o descaso das instituições e até mesmo o desinteresse dos órgãos de assistência técnica em colaborar para a formação empreendedora dessas mulheres, contribuem para sua marginalização diante dos processos produtivos na família e bloqueia projetos que poderiam resultar em melhores condições de vida a todos/as seus/as integrantes.

Mais uma vez se faz necessário pensar a família e as mulheres de forma ampla e dinâmica. A família não deve ser apenas considerada como um núcleo restrito e as mulheres como reprodutoras de “tarefas obrigatórias” ao cuidado dessa família. Com a política de acesso ao crédito, nem sempre concretizada, as mulheres assentadas continuam a margem enquanto trabalhadoras rurais. E para aquelas que conseguem acesso ao recurso, a falta de reconhecimento provoca empecilhos à sua emancipação. “[...] Imersas na hierarquia de sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural [...]”. (PERROT, 2007, p.110).

A socialização distinta dos sexos desde a infância, reproduz comportamentos naturalizados e considerados como normais, mulheres e homens desempenham atividades diferentes, fundamentadas numa diferenciação biológica, elas são responsáveis pelos cuidados domésticos e da família, e eles pelo trabalho que gera capital. A naturalização desses argumentos, mantém as mulheres em patamar de inferioridade, subjugo social e masculino. Por isso, diante dos avanços referentes à conquista de recursos e projetos para as mulheres do campo, sua emergência ainda é difícil. A partir do momento em que as mulheres chegam aos lotes, a organização, permanência e luta por direitos se complicam, sobretudo, contra as desigualdades e sua invisibilidade no espaço doméstico.

O assentamento Eldorado II é acompanhado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura- FETAGRI/MS, com atuação no estado desde 1979 e filiada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG.

A Federação se apresenta solícita em assessorar as assentadas, como foi o caso de Vânia que teve seu cadastro no INCRA recusado por ser solteira, e oferecendo assistência necessária no processo de outras assentadas, como Rute e Sonia, que adquiriram o lote através de transferência. Apesar das contribuições fundamentais da Federação, ela não pode ser considerada enquanto um movimento social, que como grupo organizado tem por finalidade a luta por mudanças sociais. Sua contribuição está circunscrita à esfera jurídica.

Dessa maneira, percebemos diferenças entre os assentamentos Eldorado II e outros liderados por movimentos sociais, nos quais as mulheres são mais participativas em reuniões, cursos e festividades do assentamento, assim, fortalecem e ampliam suas redes de solidariedade.

As conquistas e os avanços na área de direitos básicos existem, como documentação civil, acesso à terra e à produção através de linha de crédito específica, todavia, sem uma integração entre elas, articulação e luta pela manutenção, ampliação e busca por novas conquistas, as mulheres do assentamento Eldorado II poderão apresentar recuos, como já citado, redes de solidariedade fortalecidas podem cooperar para melhorias na vida das mulheres do campo.

3.3. Vozes de mulheres assentadas

Para a realização da pesquisa, foram entrevistadas seis mulheres no assentamento Eldorado II apresentando três tipos de famílias: a) famílias em que o marido trabalha em cidades vizinhas, a esposa e os/as filhos/as são responsáveis pelo cuidado do lote; b) família em que a mulher é solteira, não teve filhos/as e é responsável pelo lote⁵³; c) famílias em que mulheres solteiras com filhos/as e/ou netos/as são responsáveis pelo lote.

A agente de saúde Maura possibilitou o conhecimento das mulheres que passaram a fazer parte da trajetória dessa pesquisa, individuais em suas experiências, mas com sonhos e conquistas em comum. Elas serão apresentadas individualmente, com registro de: nome, idade, estado civil e integrantes da unidade familiar, para posterior análise de suas características comuns e distintas.

A primeira dessas mulheres a ser entrevistada foi Sonia, 39 anos, nascida em Sidrolândia, mas cresceu em Campo Grande. Casada, mãe de dois meninos e uma menina, com idades entre 15 e 24 anos, que não moram com ela, que vive no lote com o neto de 4 anos de idade. Seu esposo trabalha em Campo Grande e retorna esporadicamente ao assentamento, como afirmou:

Tem mês que ele vem fica 15 dias, tem vez que fica uma semana, depende, varia, depende do serviço dele. Se tiver pouco serviço ele fica um pouco mais, uma semana, as vezes 10 dias. Já ficou até 1 mês, 2, sem vir. (Sonia, 39 anos⁵⁴).

⁵³ Única família com essas características, envolvida na pesquisa.

⁵⁴ Todas as entrevistas com as mulheres apresentadas neste tópico (3.3), foram realizadas e transcritas por Marina Santos Pereira. E os nomes das mulheres são fictícios, para preservação de suas identidades.

A ausência do esposo ocorre porque ele é a principal fonte de renda da família, Sonia disse ter realizado plantações no lote, mas foi suficiente apenas para o sustento. A comercialização ocorre ocasionalmente, quando alguém encomenda galinha, leitão, ou quando plantou mandioca e milho e conseguiu vender um pouco. O lote de Sonia é bem organizado, mas o material de sua casa ainda não foi entregue totalmente, seu domicílio tem apenas um cômodo de alvenaria.

Ela viveu no acampamento durante 5 anos, mas por problemas pessoais, saiu e ficou fora do sorteio dos lotes. Sonia não entrou em detalhes sobre o problema pessoal que a teria afastado da luta em momento tão próximo de conseguir o lote, no entanto: “Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas” (BOSI, 2003, p.18). Após cinco anos de acampamento, as lembranças podem não apenas remeter a recordação da perda de anos na luta, mas ligações a perdas pessoais, difíceis de rememorar.

No caso de Sonia, a posse do lote ocorreu através de um processo de transferência, em que a titularidade permanece em nome do antigo morador, por isso as dificuldades na aquisição de crédito e participação de projetos que atende ao assentamento, se ampliam. No entanto, a CRESCER e a FETAGRI a auxiliam nessas questões.

Sonia sente-se beneficiada com a conquista do lote e não pensa em ir embora, apesar de se queixar sobre a falta de trabalho no campo, realidade que resulta na decisão de muitas pessoas em saírem do lugar, ela é otimista: “Ah... agora é bem melhor do que na beira da estrada, né? [...] vai melhorar bastante esse assentamento, é novo ainda, não tem nem 10 anos. Ainda vou produzir bastante aqui ainda [risos].” (Sonia, 39 anos).

Neuza, outra senhora entrevistada, de 61 anos que morou em várias cidades de Mato Grosso do Sul. Viúva há seis anos, é mãe de 3 filhos e 2 filhas adultos/as que residem em Campo Grande. Mora no lote com as duas netas, de 7 e 9 anos, filhas de sua filha caçula.

Ela conta que moravam todas juntas, ela, a filha e as netas em Campo Grande, e cuidava das netas para a filha trabalhar, por isso ao decidir ir para o assentamento, as meninas sentiram muito, inclusive uma adoeceu e dizia sentir muitas saudades. E como Neuza também se encontrava sozinha e iniciava um quadro de depressão, o acordo para o fim da tristeza de todas foi fácil: “Ela deixou as meninas ficarem comigo, pra mim não ficar sozinha. Porque eu fiquei um tempo sozinha e estava com depressão. Aí, ela deixou elas ficarem comigo.” (Neuza, 61 anos).

Em relação à produção no lote, Neuza já plantou pepino, abobrinha, jiló e pimentão, produtos vendidos com o intermédio da filha para um mercado localizado em Campo Grande.

Porém, no ano de 2013, houve uma perda nas lavouras do assentamento, devido mudanças climáticas, o que a fez desanimar e “soltar as galinhas no lote”. Perguntei se ela pretende voltar a produzir para venda: “Olha, eu pretendo plantar mais um pouquinho. Eu vou plantar pimenta agora. [...] aliás eu já até semeei elas, só pimenta por enquanto.” (Neuza, 61 anos). A renda principal para o sustento da família resulta de uma edícula que aluga em Campo Grande, e do benefício Bolsa Família. No entanto, essa renda não é suficiente para sua manutenção e das netas, por isso recebe auxílio dos/as filhos/as também.

A experiência de Neuza no acampamento ocorreu de forma indireta. Seu falecido esposo ficou por um período de 8 anos acampado, mas não permanecia constantemente, ele ficava uns dias e voltava, devido um problema no coração. Neuza ficava na cidade. As/os filhas/os não moraram no assentamento e, apenas dois gostam de ir passear e pensam no futuro morarem lá. Neuza também não fica o tempo todo no assentamento: “Ah... eu sempre enjoa de ficar aqui, eu vou embora e volto, eu vou pra Campo Grande e volto, sabe. Esses tempo atrás, eu fui pra lá e passei seis meses pra lá...aí, eu vim.” (Neuza, 61 anos)

Entretanto, ela relata que a vinda das netas foi importante para sua recuperação, e a rotina da casa passou a ser outra:

É, eu melhorei bastante. Porque a gente melhora, uma coisa a mais pra se preocupar. Principalmente em cozinhar, né. Quando a gente vai fazer comida se é só pra gente... não faz. Eu não faço [...] A criança, ah... menina, é o dia inteiro tem que fazer. É uma comida, é um bolo, uma coisa qualquer. A gente não para, né. Se elas não estivessem comigo, eu não estaria fazendo nada. (Neuza, 61 anos).

A terceira mulher entrevistada, Vilma com 43 anos, casada, mãe de duas filhas e um filho. Residem no lote, ela, o esposo, a filha caçula e o genro. A família já acessou o recurso do PRONAF, mas a produção é suficiente apenas para consumo, ainda não conseguiram produzir para a comercialização. Com uma trajetória de dois anos morando no acampamento, Vilma afirma que a vida melhorou: “Eu acho que melhorou. Assim, depois do PRONAF tudo, que a gente não tinha condições de comprar vaca, tudo. Agora a gente tem a vaquinha aí no pasto, pouca, mas bem. Cercou o lote, eu acho que tá bem melhor agora.” (Vilma, 43 anos)

Todas/os as/os filhas/os moraram no assentamento por certo período, entretanto, diante da falta de oportunidades de trabalho, um casal decidiu ir embora, e apenas a filha mais nova, que se encontrava grávida de 3 meses no dia da entrevista, permaneceu no lote. A produção no lote e o benefício Bolsa Família não são suficientes para o sustento da família, por isso o esposo a complementa com trabalhos como pedreiro realizados fora do assentamento.

Os materiais da casa não chegaram por completo para Vilma, ao entrar para o assentamento a família ficou por dois anos morando na lona. Agora parte da casa é de alvenaria, construída com recursos próprios. A região que ela se encontra não recebe abastecimento adequado de água, com uma escassez contínua. Todos os lotes tinham encanamento para receber água, mas cortaram a energia que alimentava a bomba e não a religaram; descobriu-se que o corte ocorreu por falta de pagamento e a dívida está muito alta. Entretanto, ninguém se responsabiliza pela dívida, que segundo Vilma é da associação local que permitiu que isso acontecesse.

A família obtém água através de poço semi-artesiano, mas fica sempre apreensiva em época de seca. Algumas famílias lamentam que, para a implantação de um poço, às vezes é necessário usar recursos do PRONAF. Em algumas regiões do assentamento esse custo é alto devido as dificuldades de se encontrar água. Segundo o esposo de Vilma, os próprios moradores, inclusive ele, assinaram um documento e pediram a anulação de perfuração de alguns poços, acreditavam que não faltaria água. Mesmo diante dessas dificuldades, Vilma conclui:

Agora o povo vive no paraíso, perto do que era [...] Agora a gente tá tranquilo. Só tentando achar um meio de ganhar uns troco a mais, melhorar. Porque a gente faz de tudo pra melhorar. Tem vez que eu falo assim pros guri- Ah, eu vou ficar velhinha e aqui dentro, vou aposentar. Porque aqui é gostosinho pra morar, só é ruim as dificuldades que tem. (Vilma, 43 anos).

Joelma a quarta mulher entrevistada, tem 58 anos e vive com um companheiro, entretanto, há períodos em que ela passa até 20 dias sozinha no lote porque ele fica fora em busca de trabalho para o sustento dos dois. O investimento em relação à produção decorre de “bicos” que o companheiro realiza. Ela complementa: “Quando for pra sair meu PRONAF eu já quero ter alguma coisa, tenho certeza, porque eu sou uma pessoa que quando quero alguma coisa, eu luto, eu vou a luta”. (Joelma, 58 anos).

Mãe de duas filhas e dois filhos, viveu durante 14 anos em diversos acampamentos, uma história de transitoriedade na luta pela terra e desencontros na vida pessoal. Joelma teve 4 filhos/as durante o seu primeiro casamento, porém relatou ter tido um filho anterior a essa união que foi registrado e criado pelos avós paternos. Ela não entrou em detalhes sobre o motivo da situação e se mantém contato com ele. Sua relação com as/os filhas/os parece bastante complicada, por não aceitarem a vida que a mãe escolheu, ou seja, a luta pela terra: “Quando comecei a ir para beira de estrada era tudo “molecote”, tudo criança.” (Joelma, 58 anos).

Uma situação conflituosa se iniciou com a escolha de Joelma, e se agravou pelas divergências e contradições que a luta pela terra suscita entre lideranças e militantes. Ela relata que teve um problema de saúde e se ausentou do acampamento com o conhecimento da liderança local, no entanto, ao retornar descobriu que sua “vaga” teria sido vendida:

Por causa disso aí, devido ficar esperando, não gosto nem de lembrar (choro) desavença, né. Eu tenho filho meu que tem raiva de mim, por causa disso aí. Eles acham que a gente faz pouco caso, que abandona, a gente não dá o que eles quer né. Por causa que o grupo antes de ir pra sem-terra, da reforma agrária é muito bom, mas você sofre muito. E por esse motivo eu tive que deixar... eles foram por conta deles, ficar com o pai deles, que eu vivo com outra pessoa né, porque eu sou divorciada. Porque não compensou meu casamento, apesar que tive meus quatro filhos, mas não compensou. Quando eu vi, já tava velha né, que eu quis acordar porque eu casei nova. Então os filhos acha que a gente não progrediu, não deu o que eles queriam, porque a gente não quis dá. Mas não é, o sofrimento do sem-terra é demais menina, pra quem vem lutando é demais, é sofrido. Pra uns é favorecido, pra outros não. Você entendeu? Hoje em dia eu posso dizer, apesar de ter um sofrimento ainda, primeiramente eu agradeço a meu Deus, depois ao seu João⁵⁵. Sabe, porque quem fez por mim foi seu João que ele intercedeu por mim, conversou com o cara lá da FETAGRI, conversou lá no INCRA. Então, através do João eu tenho esse pedaço de chão. Porque ele interferiu, porque se ele não interfere... a maior parte das lideranças que a gente possui é só gente safada, né. (Joelma, 58 anos).

A trajetória de Joelma é cheia de experiências subjetivas mal resolvidas de longa data, vão desde o fato do pai não ter permitido que estudasse quando criança até a rejeição das/os filhas/os por ter assumido a direção de sua vida, rompido um casamento que propiciava casa e conforto, em busca de um ideal e de sua liberdade. Joelma se considerou “velha” e sem a direção de sua própria vida, quis “acordar”, buscar um novo destino e sentido para sua existência. Seu recomeço de vida enquanto mulher que se permitiu sonhar, foi árduo, entretanto libertador:

Mas sou feliz, filha. Eu fui rejeitada desde pequena [choro com soluço] por causa da minha cor, eu cheguei de pensar que eu era filha adotiva deles, e não é difícil, sabe. Mas tirando isso aí, eu sou muito feliz. Muito feliz mesmo, depois que eu entrei dentro da terra eu me sinto outra pessoa. Eu me sinto uma pessoa completamente realizada, porque pelo menos o povo do INCRA, o povo da FETAGRI, o povo do sindicato me deu esse lugar pra mim morar, sobreviver, porque eu não vivia, eu vegetava. (Joelma, 58 anos)

Seus pais morreram quando ainda criança, por isso permaneceu a dúvida em relação à rejeição que sentia, se estava relacionada à raça e/ou por ser adotada.

A felicidade ressaltada por Joelma diante de circunstâncias adversas em sua vida, está no sentido de vida que a terra lhe proporcionou. Reanimando-a da mais completa apatia, definida por ela enquanto uma pessoa que “vegetava”. Ela se queixa de dores e doenças,

⁵⁵ Nome fictício.

entretanto, seu lote é muito arborizado e organizado. A entrada, os ambientes são divididos por árvores e plantas. Na frente da casa tem uma pequena capela que protege uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, sem esquecer do cabrito amarrado na entrada, com a postura de guardião do lugar. No trabalho de embelezamento do lote, há uma relação com sua memória e trajetória de vida, uma forma de se encontrar como mulher que foi proibida de satisfazer muitos desejos, inclusive de estudar. Dando sentido e novas formas a vida em sua volta.

A mais nova das entrevistadas, a quinta mulher é a Rute com 32 anos, ela é mãe de uma menina e dois meninos, com idade entre 08 e 13 anos. Casada, porém o esposo fica no máximo dois dias no assentamento e retorna para Campo Grande, onde trabalha. A família não teve acesso ao recurso do PRONAF, pois trata-se de uma transferência, como no caso de Sonia. A renda para o sustento da família resulta do trabalho do esposo e da venda de chinelos bordados e sabão de álcool que ela produz. Seu objetivo é começar uma horta, mas ela já tem galinhas e gado leiteiro.

Rute nasceu e cresceu na cidade, não tem histórico de vivência na área rural. A instalação da família ocorreu por vontade do esposo e sua adaptação à nova realidade foi muito difícil. Ela lamenta o fato de ficar sozinha e resalta a vontade constante de ir embora: “Porque é tipo assim, você tem um lugar pra você morar, mas sozinha as coisas é muito difícil, não é fácil.” (Rute, 32 anos). Segundo ela, se tivesse mais companheirismo e integração entre as assentadas tudo poderia ser diferente.

Apesar de sucinta em suas respostas, apresentava sinais de angústia. Seu semblante triste e cansado não passa despercebido. Ela vive um sonho alheio não apenas a sua vontade, mas distante de toda uma trajetória de vida que não condiz com a atual. Dessa maneira, Rute segue o caminho para o bem estar da família, deposita sua fé e esperança em Deus, e tem esperança de a vida melhorar. Durante os contatos percebemos que essa esperança tem um sentido ambíguo, ora ela remete a si mesma, mas ênfase está no futuro dos/as filhos/as.

Vânia tem 34 anos, solteira, não tem filhas/os mora sozinha no assentamento, é a sexta mulher entrevistada. Parou de estudar quando mais jovem por oito anos, posteriormente retornou e está terminando o Ensino Médio. Com recurso do PRONAF em andamento, conseguiu plantar apenas abacaxi, através de recursos próprios. Sua renda é resultado do trabalho enquanto auxiliar de serviços gerais na escola municipal do assentamento. Os materiais para construção da casa não chegaram em sua totalidade, o cômodo em seu lote teve os materiais e a construção paga com recursos próprios: “Eu tenho uma pecinha que eu fiz por conta, trabalhei oito meses pro cara e fiz uma pecinha e fiz a minha arinha.” (Vânia, 34 anos).

Ela veio de Rio Brilhante para o acampamento em Sidrolândia em um grupo de 50 pessoas e permaneceu acampada por dois anos. Quando a fazenda foi desapropriada, apenas cerca de 15 pessoas permaneceu no grupo. Apesar do deslocamento para a região e o conhecimento de que a desapropriação seria local, a maioria considerou o lugar distante de Rio Brilhante, onde mantinha famílias. Para Vânia essa condição não foi um problema:

E pra mim, não importava a distância, importava que eu queria um pedaço de terra. [...] Só que eu não sabia todas essas dificuldades, burocracia que tem, né. Agora, dá pra aprender um pouco mais, deu pra aprender como é que é. Hoje em dia, se fosse pra eu ficar debaixo da lona de novo, eu não queria, né. Porque você sofre lá, e você entra e sofre mais um pouco. Que quando você tá na beira da reta, você vai fazer uma diária, trabalhar. Quando você entra no assentamento fica mais difícil, porque um fica olhando, outro fica cuidando, né. Então, você tem que ficar ali, se você sair já dá problema. (Vânia, 34 anos).

Em nenhum momento a distância foi um empecilho para Vânia, que estava disposta a lutar pelo lote, independente de onde ocorresse a desapropriação. Porém, destaca que a luta prossegue, no acampamento tinha mais autonomia para sair e trabalhar, já no assentamento isso complica devido a vigilância constante das pessoas em relação à permanência e produção no lote.

Nascida no Rio Grande do Sul, ela viveu no estado até os 14 anos e sempre morou em sítio. Quando veio para o estado de Mato Grosso do Sul residiu em distritos e municípios pequenos, apresenta dificuldades para se adaptar na cidade:

[...] é uma alegria tá aqui dentro. Não tenho vontade se ir pra cidade, morar lá. Eu não tenho essa curiosidade. Meu namorado fala assim- Ah, você pensa tudo lá dentro. Porque o professor assim, gosta de falar, gosta de explicar... então ele falou que a faculdade vai funcionar aqui e pro futuro, coisa e tal. Então eu falo- Tié, eu adoro lá, eu me criei num lugar assim. Na cidade eu não tenho esse benefício que eu tenho lá, eu falo pra ele. Porque eu sofri muito, falar a verdade pra você. Na cidade, quando eu fiquei 2 anos aqui também, eu tenho um problema de pele muito sério, então, o pessoal olhava e recriminava. (Vânia, 34 anos).

Vânia relata que tem uma doença de pele muito rara chamada Síndrome de Darier, um transtorno genético em que a pessoa não transpira e por isso desenvolve alergias na pele, mas com o tratamento, as crises estão sobre controle. Ressalta que as alergias aumentam em situações de estresse. E na cidade ela sofria com os olhares preconceituosos, as pessoas acreditavam ser algo contagioso, prejudicava as relações sociais e a contratação em algum emprego. Todavia, isso não é obstáculo ao desenvolvimento de suas atividades no trabalho realizado na escola e no lote, sua precaução constante é fazer uso abundante de protetor solar.

Seu lote fica distante de onde estuda e trabalha, por isso dorme todos os dias na casa de uma amiga que mora próximo do local. Seu padrasto também reside no assentamento, mas sua mãe não gosta de morar no campo e permanece em Rio Brillante. Seu namorado mora em Campo Grande e, tenta convencê-la a ir embora, mas se diz muito feliz no assentamento:

[...] Por enquanto, ele tá tentando me levar pra lá, mas acho que o namoro vai acabar (risos) [...] Ah... eu acho que a Vânia hoje é uma mulher realizada, assim, em algumas partes, né. Porque antes era tudo para os outros, e eu me sinto feliz, não tenho tristeza. Acho que o sofrimento que foi antigamente pra mim, eu olho assim pro passado que eu vi, eu falo assim- eu não passei tudo aquilo pra nada, sabe. Porque eu não vou dizer pra você que muitos já não chegaram e fizeram proposta- Vende o lote e vai pra cidade, faz isso com seu lote, faz aquilo. Eu falo não, Deus me deu essa benção eu vou ficar aqui até quando Deus quiser. Só se eu adoecer, cair de cama e disser- não posso trabalhar. Mas enquanto isso se Deus me der força pra trabalhar, eu acho que não tenho porque desanimar, sabe. Os professores meu fala- Tania você parece uma moleca no meio dessas crianças. Mas é como eu me sinto, uma criança. Meu namorado fala- você é muito brincalhona, você não leva as coisas a sério. Eu falo que o que dá pra brincar, eu brinco. Quando é sério, é sério. Então, pra mim tá aqui não é uma brincadeira, é uma coisa séria. Porque você sofreu, você batalhou, pra agora chegar um e dizer- vende e vai embora. (Vânia, 34 anos).

A determinação de Vânia foi perceptível em todo momento de sua fala. Sente-se feliz, realizada e com muitos planos e projetos para sua vida no assentamento. Apenas lamenta o fato de muitas companheiras não terem resistido às pressões e às dificuldades encontradas no assentamento e decidiram ir embora.

Para sintetizar as semelhanças entre as mulheres entrevistadas, o quadro abaixo traz algumas informações:

NOME/ IDADE	ESCOLARIDADE	ACAMPAMENTO	TITULARIDADE DO LOTE	MATERIAIS P/ CONSTRUÇÃO	REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO
Neuza, 61	2º ano E. F.	Esposo/ 8 anos	Casal	Não	Não
Joelma, 58	Não estudou	Sim/ 12 anos	Titular	Não	Não
Vilma, 43	7º ano E. F.	Sim/ 2 anos	Casal	Não	Não
Sonia, 39	4º ano E. F.	Sim/ 5 anos	Não possui	Não	Não
Vânia, 34	Ensino Médio	Sim/ 2 anos	Titular	Não	Não
Rute, 32	4º ano E. F.	Não	Não possui	Não	Não

Com exceção de Vânia, que retomou os estudos e está concluindo o Ensino Médio e Joelma que não frequentou a escola, as demais assentadas apresentam baixo grau de escolaridade, essa condição dificulta o domínio e acesso a informações burocráticas relacionadas aos projetos existentes no assentamento.

Rute e Sonia não possuem a titularidade do lote, pois se trata de uma transferência realizada pela FETAGRI e, apesar da assessoria que a Federação e os técnicos agrícolas da CRESCER lhes dispõem, é notável em suas falas o desconhecimento do processo, elas depositam confiança nas informações transmitidas pelas organizações. No entanto, a intenção não é colocar em dúvida o acompanhamento disponibilizado por tais órgãos às famílias, e sim compreender como as famílias com menor grau de escolaridade se sentem confusas diante das questões burocráticas que envolvem a terra.

Joelma é a assentada que mais falou sobre o assunto, proibida pelo pai de frequentar a escola quando criança, acredita que todas as pessoas devem ter o direito de estudar. Para ela é muito doloroso, pois foi impedida a ter acesso a esse direito por ser mulher: “No meu tempo, se uma mulher estudasse ela era castigada, era só os filhos [...] enquanto a mulher era só pra fogão e batedor de roupa.” (Joelma, 58). Uma visão de educação excludente, mantida por um sistema de relação e poder patriarcal, sem perspectivas emancipatórias às mulheres, que permaneciam restritas aos cuidados domésticos, marido e filhas/os.

Todavia, Joelma conta que aprendeu a ler, escrever e fazer contas sozinhas com o auxílio de pessoas a quem perguntava para “conquistar as letras e os números”. Esse exercício de aprendizagem era realizado quando criança, na areia com apoio de um palito. Ela complementa:

[...] essa universidade que vem, então ela vai vir e tem que ser a primeira a progredir orientação e dar um curso, a prática, ou seja, como ela vê que é melhor para os trabalhadores. Porque nós precisamos não só de palavras, nem de papel escrito não. (Joelma, 58 anos).

Joelma aborda sobre a responsabilidade da universidade com o lugar, com a realidade e acertadamente, levanta a reflexão de nossa contribuição enquanto pesquisadoras e incentiva-nos a pensar que é mais necessário compreender o enfrentamento diário para permanência no assentamento, do que palavras e papéis.

Brandão (2007), aborda que numa verdadeira pesquisa participante cria-se solidariedade e interação entre os saberes e, a construção e reconstrução de teorias ocorrem a partir de práticas refletidas criticamente e não impostas por “acúmulos de certezas”.

E é a possibilidade de transformação de saberes, de sensibilidades e de motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e de capitais, em nome da humanização da vida social, que os conhecimentos de uma pesquisa participante devem ser produzidos, lidos e integrados como uma forma alternativa emancipatória de saber popular. (BRANDÃO, 2007, p. 55)

Joelma é sábia e politizada pela vida. Ela faz questão de ressaltar seu aprendizado a partir de saberes e fazeres do cotidiano com a compreensão da importância de seus conhecimentos práticos para permanência no assentamento.

De acordo com Sarti, através de um estudo realizado com famílias da periferia de São Paulo:

[...] Os pobres demonstram enorme respeito pela “educação”, que constitui um valor, mas que, como todo valor, é relativizado. Não deixam de apontar limites, expressos numa desconfiança: a sabedoria não está só nos livros, mas na prática de quem lida com a vida, na experiência... (SARTI, 1996, p. 07).

Essa experiência na vida prática é o retorno desejado por Joelma. Como uma troca, o assentamento contribui e a universidade retribui, assim ambos são beneficiados. Ecléa Bosi alega que se não houver uma qualidade de vínculo, responsabilidade e amizade em relação às entrevistadas, estaríamos praticando: “[...] uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro.” (BOSI, 2003, p. 61). Por isso, a pesquisa envolve responsabilidades das quais os cientistas sociais não devem se isentar, principalmente em se tratando de um local de estudos e pesquisas com vinculação institucional.

Vânia quando mais jovem parou de estudar, achava que não seria importante naquele momento, e assim, os anos foram passando:

[...] eu não tinha vontade estudar, porque eu achava que não precisava, né. Mas hoje em dia, eu me sinto mais feliz. Porque estudar pra mim, é um convívio com os outros e aprendo mais, sabe. Aprendi muito aqui dentro. Então, eu me sinto feliz por isso. (Vânia, 34 anos).

O retorno à escola⁵⁶ promoveu um impacto significativo na vida de Vânia, a satisfação em estar em contato direto com as pessoas, contribuiu para que a alegria de estar em grupo lhe inspirasse a sorrir novamente e esquecer o passado de exclusão e preconceito que tanto sentia na cidade.

Com exceção de Rute, que deseja voltar a estudar, mas não esboçou planos de retorno, Vilma, Neuza e Sonia não falaram sobre o assunto. Para as mulheres que foram impedidas de estudar quando mais jovens, o recomeço dessa fase impõe garra e determinação, pois não se trata apenas de voltar à escola, envolve vencer obstáculos e barreiras impostas às mulheres desde muito cedo.

⁵⁶ A escola estadual do assentamento oferece Educação de Jovens e Adultos- EJA.

A invisibilidade feminina entrelaçada à pobreza vivenciada quando crianças fez com que o lápis e o caderno fossem trocados pela enxada ou vassoura. E voltar a escola, é proporcionar a si mesma uma nova chance, é vencer a barreira do “depois de velha não aprende mais”, é enfrentar a falta de apoio do esposo, da família, é assumir a direção de sua própria vida, traçar um caminho para uma nova história contada e escrita pelas mulheres do campo.

Com relação à titularidade do lote, Neuza e Vilma possuem a titularidade conjunta com os esposos. Joelma e Vânia são titularidades do lote. Sonia e Rute ainda não a possuem por se configurar como uma transferência realizada através da Federação junto ao INCRA.

As entrevistadas não receberam os materiais para construção da casa de forma integral. O material chega por etapas, e pode demorar muito de uma etapa para outra. No caso de Vilma, o cimento chegou primeiro, depois de muito tempo ela recebeu os tijolos, todavia o cimento já não tinha mais condições de uso. Para muitas famílias são anos de espera e de perdas:

Olha, que eles falaram pra nós, até final do ano quando começou no outro ano. São sete anos que nós estamos esperando, no outro ano. Agora esses dias que teve a reunião, até o final do ano, né. Então, não dá pra dizer. Eles não dão garantia nenhuma. (Vânia, 34 anos).

Essa espera perdura ano após ano, assim elas vão se “ajeitando” como podem. Constroem casas de alvenaria ou de forma mista, com cômodos de alvenaria, madeira e lona, com recursos próprios.

Todas as mulheres são integradas a FETAGRI responsável pela distribuição dos lotes que coube ao assentamento Eldorado II. Ligadas à Federação existem as associações, como uma espécie de associação de moradores, para atender as demandas apresentadas por assentadas/os. No entanto, nenhuma dessas mulheres participa das reuniões, em alguns casos, dizem que a associação não funciona, isso demonstra não correspondência às expectativas e necessidades do grupo

As respostas quanto a dificuldade em participar são as mesmas, segundo elas, nunca são informadas das reuniões, Vilma acrescenta: “[...] aqui é difícil, quando a gente fica sabendo a reunião já passou. Ninguém vem avisar. A gente perde muita reunião aqui porque fica sem saber que tem reunião.” (Vilma, 43 anos). Para as assentadas, não existe um trabalho de divulgação dessas reuniões, logo, entendemos que também não existe um processo de exposição de pautas das reuniões.

Não há uma participação massiva das/os assentadas/os nas reuniões, portanto, as decisões não são horizontais. Apenas algumas pessoas fazem parte dos processos decisórios do

assentamento, e, conseqüentemente, coexiste a reprodução da hierarquia, desigualdade e exclusão do âmbito político, especificamente, para as mulheres, em um espaço onde a vivência coletiva seria essencial para benefício de todas/os.

[...] Várias vezes veio sementes, pra uns eles davam, pra outros não. Quando vinha alcançar pra outros aquela semente já não prestava mais. Nós não sabíamos quando tinha reunião, nós não sabíamos quando tinha reunião do INCRA, quem dirá das associações. (Joelma, 58 anos).

A ausência feminina nos processos decisórios do assentamento é complicada por si só, entretanto, quando esse espaço inclui uma minoria de moradoras/es em geral, a exclusão aumenta. A falta de diálogo e de uma agenda feminista das associações voltadas para as assentadas, gera desilusão diante de um sonho arduamente conquistado:

Que eu acho que aqui tinha que ter mais união, né. Aqui tinha que ter mais parceria, sobre liderança. Porque a gente não tem. Reunião, a gente fica sabendo pela boca dos vizinhos, porque não tem união, não tem nada. Não tem companheirismo, não tem nada [...]. Porque você vai nos assentamentos por ai, lá pra cima... direto tem curso para as mulheres. As mulheres estão sempre juntas, fazendo alguma coisa. Aqui nunca tem nada. Então, é complicado. (Rute, 32 anos).

Rute se refere aos assentamentos próximos ligados aos movimentos sociais, eles mantêm uma pauta voltada para as mulheres assentadas que envolve cursos, encontros e reuniões, parece se referir a um conjunto de atividades prazerosas criadoras de diálogos. Mulheres acostumadas a participarem da vida política na fase do acampamento, que entre elas correspondeu de 2 a 12 anos de “beira de estrada”, ou até mesmo aquelas que não foram acampadas, tinham uma vida social mais ampla. E hoje circunscritas ao espaço doméstico e ausentes das decisões tomadas pelas associações. O questionamento não relaciona-se somente às responsabilidades no espaço doméstico e sim, a não ter opções de relações sociais e lazer, a ausência de divisão de tarefas entre as pessoas moradoras na casa e a valorização da identidade da trabalhadora rural.

O espaço sindical rural é um campo político no qual transitam forças e lutas de grupos sociais que, além de produzirem consciência para afirmação de um segmento rural da classe trabalhadora, também se constrói de forma unitária e com o caráter economicista expressos nas suas lutas e no discurso político, omitindo a formação e a existência de trabalho feminino que se faz representar no mundo social de forma diferenciada e sexista e em detrimento do gênero feminino. (ESMERALDO, 2013, p. 247)

Pensar a luta pela reforma agrária apenas como uma luta de classes é pressupor: “[...] alianças entre seres socialmente desiguais, ou seja, homens e mulheres.” (SAFFIOTI, 1992, p. 199). Dessa maneira, a atenção e o incentivo das associações são importantes no que tange a participação das mulheres assentadas nos processos decisórios da comunidade, envolvendo-as e cooperando para a sua emancipação.

Estamos diante de mulheres que não fazem parte de nenhum movimento social, não mantiveram, não ampliaram e não estabeleceram novas relações com outras mulheres quando já assentadas. Mulheres que lutaram pela reforma agrária, pelo direito à terra para si e para outras pessoas, mas que agora se encontram enfraquecidas enquanto grupo. O apoio das associações e demais instituições presentes no assentamento Eldorado II para a criação de uma rede de solidariedade entre as mulheres, contribuiria no sentido psicológico e material de cada uma delas. Os traumas, as tristezas, angústias e incertezas são perceptíveis em suas falas, e isso afeta diretamente os rumos dos projetos de produção no lote relacionados à conquista de uma vida digna em âmbitos material e subjetivo.

O sentimento de solidão são expressões comuns nas considerações de Joelma e Neuza. Seus filhas/os são adultos/as, não tem mais as preocupações e não são responsáveis por cuidados diários para os quais foram “designadas” desde jovens, enquanto mães. Neuza é viúva e encontrou nas netas a ocupação necessária para findar a tristeza e o desânimo. O esposo de Joelma fica muitos dias fora do assentamento em busca de trabalho, por isso ela encontrou sua ocupação nas atividades do lote e, muitas vezes, excede sua capacidade física, causando-lhe prejuízos à saúde.

Jovem e com as/os filhas/os ainda crianças, Rute deposita sua esperança em Deus. Ela disse que alimenta sua fé em casa, pois não tem ido a igreja. O isolamento é a saída encontrada por muitas que estão sem expectativas e ânimo. E sua entrevista, assim como a realizada com Joelma foi carregada de sentimentos de emoção, tristeza e choro, pois: “[...] Há situações difíceis de serem contadas já que pareceram absurdas às próprias vítimas delas.” (BOSI, 2003, p. 64), como a ausência de direitos de escolhas por parte de Joelma e, a difícil adaptação de Rute no assentamento.

Ambas apresentaram traumas que necessitam ser resolvidos para que possam prosseguir a vida de maneira tranquila e saudável. A ausência de uma rede de solidariedade entre as mulheres tendem a agravar tais questões, que se iniciam no âmbito emocional, mas perpassam por toda família e em suas relações com o mundo externo.

A instalação da família nos assentamentos de reforma agrária, não finda a luta das mulheres, mas nesse caso a força promissora que impulsionava essa luta tem se entorpecimento

diante de seu isolamento. As mulheres ao ampliaram seu campo de relações sociais, podem se sentir mais saudáveis e confiantes e, a sua visibilidade contribui para o fortalecimento das relações locais. Juntas poderiam pensar em alternativas de produção e manutenção no assentamento com qualidade de vida, através de socialização de experiências e aplicação de seus conhecimentos.

Rute demonstrou sua dificuldade de adaptação e, por vezes, seu desejo em ir embora, mesmo assim, tem projetos para seu lote. Todas as mulheres tem sonhos e planos para futuro que envolvem a permanência da família no local. O desânimo pode ter “contagiado” algumas, mas o sonho ainda não morreu, a esperança existe e persiste em cada uma delas:

Eu espero pro futuro, que eu falei pra você, é uma casa melhor, ter um gadinho no pasto, plantar minhas coisas, criar. (Vânia, 34 anos).

Criar um gadinho pra mim sobreviver, criar, plantar as coisas pra mim comer, né. Vender as vezes a gente vende, mas é muito pouco, né. (Sonia, 39 anos).

Eu espero assim, sabe... o que me dá força assim é Deus. E assim no momento, o que eu quero é criar meus filhos, tudo em paz. [...] Eu quero mexer com a horta, né. Ai, eu to esperando dinheiro pra comprar a tela, pra poder prender as galinhas. (Rute, 32 anos).

Ah... eu espero melhorar bem, hein (risos) [...] melhorar a casa, que não chegou até hoje o material da minha casa. Ih... fazer uma casa boa, né. (Neuza, 61 anos).

Ai, meu Deus. Eu espero uma casa confortável, água encanada pra gente [...] saúde nos postos, acho que é isso que tá precisando pra ficar melhor mesmo. (Vilma, 43 anos).

Muitos entram pro assentamento com a finalização de construir ali seu sonho [...] eu espero que isso aqui se transforme num lugar muito bonito, muito bom. Mas com capacitação pro povo, pra população mais jovem. (Joelma, 58 anos).

Os desejos para um futuro melhor não são distintos entre as mulheres, envolvem construção da casa, ter conforto, produzir alimentos e, melhorar a qualidade de vida – como ter acesso à água, saúde, educação, assistência e trabalho. Dessa maneira, a gestação de uma rede de solidariedade seria uma alternativa de fortalecimento e de interação entre as mulheres do assentamento Eldorado II.

As mulheres do Eldorado II semeiam frutos para a vivência de novas relações e experiências em prol de sua visibilidade enquanto trabalhadoras rurais, elas enfrentam as dificuldades e demonstram que a luta não foi em vão, querem permanecer no lote e continuam sonhando, como salientou uma das entrevistadas: “Quem vive não pode perder a esperança.” (Vilma, 43 anos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA: A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DAS REDES DE SOLIDARIEDADE

Com uma economia política sobre controle dos grandes latifundiários e do Estado, as questões relacionadas à concentração de terras nas mãos de poucos no Brasil fizeram com que problemas e conflitos aumentassem e se agravassem em suas intensidades. Os históricos conflitos no campo resultaram em muitas mortes, e até mesmo embates com exército brasileiro. O messianismo (Canudos, Contestado), a organização sindical iniciada na região Nordeste (Ligas Camponesas), a Teologia da Libertação (Igreja Católica), marcaram a memória coletiva de resistência e luta contra a exploração e miserabilidade no campo.

A luta pela reforma agrária não está isolada do passado, a compreensão desse processo histórico/social revela as desigualdades sociais, os conflitos existentes no campo e nas relações de trabalho do país e permite pensar como se funde uma concepção de sociedade moderna, com relações políticas, econômicas e sociais arcaicas e clientelistas.

O estado de Mato Grosso do Sul se constrói a partir da concentração de terras, do coronelismo e de lutas armadas, são pontos de tensão na questão agrária que ainda permanecem. Além dos problemas já existentes em relação à terra, a ausência de transparência no processo de desapropriações de áreas para fins de reforma agrária, consiste em outro agravante, como no caso da aquisição da fazenda Eldorado pelo grupo Bertin, e posteriormente, pelo INCRA.

São problemas de um país, em que a concentração de terras e os conflitos agrários são resultantes de um coronelismo que permanece em suas relações políticas e econômicas. No entanto, as resistências de pessoas e grupos dispostos a lutarem pelo desaparecimento dessa oligarquia política e fundiária também persistem: “Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto.” (OLIVEIRA, 2002, p. 14).

Transitoriedade, pobreza e baixa escolaridade são características comuns de muitas famílias e antigos/as funcionários/as da fazenda Eldorado. A desapropriação de um lado, gerou angústias aos que trabalhavam há tantos anos na fazenda, de outro, esperança às famílias acampadas, no entanto, atualmente famílias e ex-funcionários/as fazem parte de um mesmo grupo – assentadas/os – construído a partir dessa nova realidade, e prosseguem na luta por qualidade de vida e alimentam expectativas de dias melhores.

Nesse processo de construção da sociedade brasileira, pautada por conflitos no campo, as mulheres são protagonistas, estão na linha de frente nos confrontos, atuam nos movimentos

sociais, questionam violências e hierarquias de gênero. Assim, como na história da humanidade elas estão presentes e ativas, na luta pela reforma agrária brasileira não foi diferente.

As mulheres participam dessa história entre normas, prescrições e modelos impostos, como o contrato sexual/social que impõe lugares e normas de comportamentos às mulheres, torna-as invisíveis diante de sua presença evidente. Ausência de reconhecimento enquanto indivíduos dotadas de direito, suas reivindicações, por vezes, são transformadas em caprichos.

As diversas faces e a permanente transformação do patriarcado (SAFFIOTI, 2004, p.45) devem ser sempre consideradas, a invisibilidade das mulheres persiste em uma sociedade com leis de proteção conquistadas, mas negligenciadas. Muitas mulheres sofrem agressões, são mantidas em cárcere privado, humilhadas, estupradas, julgadas e mortas, os assassinatos são enquadrados como feminicídio, entretanto, disfarçados em crimes “passionais”, elas são condenadas por uma sociedade sexista e patológica.

O patriarcado, veladamente, alimenta a violência, sempre de vestimentas novas, que são recosturadas pela luta das mulheres e resulta em transformações nas relações de gênero e em conquistas históricas como do direito ao voto e a descriminalização do aborto. Elas reivindicam direito a escolher seus caminhos e por uma humanidade sem rótulos.

As mulheres do campo, por suas especificidades, são protagonistas de suas histórias, pois mesmo não se reconhecendo enquanto feministas, incorporam iniciativas de luta por reconhecimento e visibilidade na reforma agrária, enquanto trabalhadoras rurais e mulheres. Buscam melhorias na qualidade de vida e condições dignas para a permanência na terra, participam de movimentos sociais diversos, com perspectivas e demandas distintas.

O movimento feminista e movimento de mulheres estão presentes historicamente, com características singulares, que se complementam na luta por ideal comum: a visibilidade das mulheres. As demandas desses movimentos são necessárias, as mulheres desejam conquistar mais direitos e mais participação em espaços decisórios da sociedade. E as alianças com o Estado devem ser firmadas de maneira cautelosa, pois o poder de manifestar e questionar não podem ser extintos desses movimentos. Um poder combinado com o direito a ter direitos em amplos espaços sociais, como acesso ao mercado de trabalho e as perspectivas de geração de renda às mulheres, como os assentamentos rurais.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho duplicou sua jornada de tarefas diárias, revela que o modelo de parceria, isto é, divisão igualitária das tarefas domésticas (HIRATA, 2010), ainda não faz parte das famílias brasileiras, em sua maioria. A luta das mulheres por visibilidade é cotidiana e o reconhecimento enquanto trabalhadora rural é um direito tanto no âmbito público quanto privado, sem dicotomização entre eles. A família deve ser pensada de

forma ampla e dinâmica, que se rearranja conforme as expectativas e experiências das pessoas nos dois âmbitos.

No assentamento Eldorado II, as mulheres mostraram como a resistência é sua maior bandeira de luta, diante de entraves da vida elas seguem em direção à realização de seus sonhos, relembram um passado difícil, protagonizam histórias de liberdade e conquistas.

Dessa maneira, por ser uma luta cotidiana, as redes de solidariedade entre as mulheres do campo são uma alternativa que precisa ser construída e mantida para que a permanência na terra seja menos árdua. A comunicação, a ajuda mútua, as trocas de experiências são elementos importantes na construção de uma rede de fortalecimento dessas mulheres enquanto grupo que vivencia trajetórias distintas, mas objetivos comuns.

[...] No contexto da pobreza, e mais especificamente da vulnerabilidade acentuada, as mulheres, para driblarem as inseguranças sociais, acabam tecendo redes de apoio, em geral com outras mulheres, e por meio dessas relações sociais com os mais próximos ocupam o lugar onde o Estado e o mercado não chegam, prestando relevantes serviços no enfrentamento das condições de pobreza. (AZEREDO, 2010, p. 577)

Segundo Azeredo (2010), as mulheres pobres sempre contaram como uma rede de apoio entre elas, como alternativas de proteção, principalmente no que tange aos cuidados para com a família. Assim, podemos encontrar aqui também uma nítida definição do que se trata – redes de solidariedade.

O papel das redes de solidariedade entre as mulheres é a construção de relações de apoio que possam amenizar as situações de vulnerabilidade enfrentadas por elas, que não são alcançadas pelas políticas públicas do Estado, como também vivenciar o protagonismo de sua própria história e do grupo na busca por reivindicações e direitos sociais.

Trata-se de privações materiais e simbólicas acumuladas ao longo da vida e reproduzidas sob as formas de desigualdades e discriminações, inclusive por parte das políticas públicas, que mesmo tomando como alvo preferencial as mulheres, não tem se voltado para a perspectiva de gênero. (AZEREDO, 2010, p. 588)

Os grupos vivenciam dificuldades de integração, articulação e comunicação em que as redes de solidariedade estão ausentes ou enfraquecidas. Essa condição dificulta a luta por demandas, o estabelecimento de parceiras e o sentimento de companheirismo, essa é uma das principais problemáticas vivenciadas pelas mulheres do assentamento Eldorado II.

O desejo de permanência no lote, continuidade da luta por melhores condições de vida e trabalho, ainda está vivo, movido pela esperança de um futuro melhor. Mas os dias são

intensamente difíceis quando não se tem uma rede de apoio, e muito se perde ou se deixa de construir quando o trabalho não se desenvolve em conjunto.

Contudo, é necessário um olhar mais atento às demandas das mulheres assentadas, principalmente por instituições e profissionais atuantes nos locais, como os movimentos sociais, técnicos agrícolas, a universidade, FETAGRI e associações de moradores. É possível afirmar diante da pesquisa desenvolvida, que as famílias das mulheres assentadas e o assentamento como um todo conquistarão benefícios com o fortalecimento de uma rede de solidariedade local, através de reuniões, cursos e/ou encontros e alternativas criadas em diálogo constante.

Conjuntamente e de modo solidário, as perspectivas para a superação dos desafios podem se ampliar: a produção prospera, conflitos internos são solucionados, as mulheres se emancipam, rompem a invisibilidade imposta e assumem o seu protagonismo. A vida no assentamento terá qualidade e propiciará a segurança e tranquilidade desejadas pelas famílias. São afirmações e desejos ao mesmo tempo, nossos enquanto pesquisadoras e das famílias diante de suas considerações de que a vida melhorou e continuará nesse caminho.

Com a esperança de que dias melhores virão, as mulheres seguem na luta pela permanência na terra, na visibilidade enquanto trabalhadora rural e na possibilidade de construção de um mundo melhor para suas famílias.

“Ah... muita coisa já melhorou né, mas tem muito ainda [...] Não penso não, em ir embora.” (Sonia, 39 anos).

“A gente ainda sonha, né [...]” (Vilma, 43 anos).

“Me sinto bem sim [...] tá com oito anos que estou aqui.” (Neuza, 61).

“Pode ter certeza que as mulheres mais sofridas, é as mulheres daqui [...] É a prova de fogo.” (Rute, 32 anos).

“Já chorei muito, já pensei muito, minha mãe que tá longe. Mas de ir morar pra coisa (cidade), que nem falei pra você, não tenho vontade. Fico feliz aqui dentro.” (Vânia, 34 anos).

“Enquanto hoje a gente derrama lágrima, amanhã nós sorri. Tem o amanhã.” (Joelma, 58 anos).

Estamos diante de uma história de mulheres trabalhadoras rurais com vistas ao avanço dos direitos, à valorização, ao reconhecimento e emancipação feminina. São elas que sofrem, choram, sorriem e sonham. Os sonhos é o alimento da esperança, mas também não deixa de ser um compromisso com o passado. Pensam em sair, mas preferem ficar, contam os anos de andanças e reconhecem o seu protagonismo na trajetória de luta pela terra e na terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, B. M. PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ALVES, M. F. P. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais**: Discutindo a experiência do PRONAF mulher no oeste potiguar. In: VII Congresso latino-americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. VII Congresso latino americano de Sociologia Rural, v. 01. p. 1-23.
- AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AVELINO JÚNIOR, Francisco José. A geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 113-137.
- AZEREDO, Verônica G. **Entre paredes e redes**: o lugar da mulher nas famílias pobres. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.
- BALDUINO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela\Paz e Terra, 2004, p. 19-25.
- BERGAMASCO, Sonia M. P. P. A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas. In: **Mulher, família e desenvolvimento rural**. PREVESLOU, Clío. ALMEIDA, Francesca R. ALMEIDA, Joaquim A. (Orgs.). Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.
- BERGAMASCO, Sônia Maria. NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Henrique. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.
- BRUSCHINI, M. C. A. RICOLDI, A. M. Família e Trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p.93-123, jan./abr. 2009.
- BUTTO, Andrea. Políticas para as Mulheres Rurais: autonomia e cidadania. In: **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do Antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. Brasília: Paralelo 15. São Paulo Editora UNESP, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: uma discussão conceitual. In: Dados. v. 40, n.2, Rio de Janeiro, 1997. p. 229-250.
- CHAUÍ, Marilena. Simulacro e poder. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.
- CIRIZA, Alejandra. Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria(s) e política(s) sob o capitalismo global. **En publicacion: Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania**. Atilio A. Boron, 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de

Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril, 2006.

CONTE, Isaura I. Weschenfelder Noeli V. Possibilidades de construção da igualdade de gênero no campo. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 2, p. 445-460, jul/dez, 2013.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande, MS: UFMS, 1995.

DEERE, Carmen Diana. Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 175-204, janeiro-abril/2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v.99, 1985.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org). Niterói: Alternativa, 2013, p. 237- 256.

FABRINI, João E. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 53-79.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. (Orgs). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: ed. Contexto, 2008.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GONÇALVES, Renata. Militância das mulheres do MST: o feminismo (re)visitado. GONÇALVES, Eliane et al. **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.

HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. In: **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

ITABORAÍ. Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 157-176, jul./dez. 2003.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo. Ciências Humanas\USP, 1986a.

- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986b.
- MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. NIEM/UFRGS, 2009.
- MORAES, Márcia. **Ser humana: quando a mulher está em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MURARO, Rosie Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PEREIRA, Marina Santos. **Mulheres e família nos Assentamentos de Reforma Agrária Santa Rosa e Guaçu no município de Itaquiraí- MS**. Dourados, MS: UFGD, 2012.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, Ed. Contexto, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Variações sobre a técnica do gravador como registro de informações vivas**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor Ltda, 1991.
- ROSA, Wagner. J. **O PRONAF-Mulher: Conquista sem acesso**. Dourados: UFGD, 2011.
- ROUSSEAU, Jean- Jacques. **O Contrato Social**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SAFFIOTI, Helleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.
- SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.
- SANTOS, Célia Maria Flores. Poderosa Poção. **Experiências de “Bruxas”, ativistas e militantes: o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, década de 1990**. Dourados, MS: UFGD, 2009.
- SARTI, Cynthia. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- SARTI, Cynthia. A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. Artigo apresentado no XXI Congresso da LASA, 1998.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, Jul/Dez; 1990.

- SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy (orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.
- TAVARES, R. R. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy (orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- TIMOTEO, Carolina Quieroti. As transformações do movimento feminista no Brasil e sua relação com a América Latina. **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**—“Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. GEPAL, 2013.
- VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Niterói, RJ: Ed. UFF, 1987.
- WHITACKER, Dulce. **Mulher e homem: o mito da desigualdade**. São Paulo: Editora Moderna, 1990.
- WOORTMAN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Brasília: CNPq, 1987.